



Mestrado em Estudos Culturais Contemporâneos

Adilson Pereira de Barros Junior

**POR UMA PASTORAL DA DIVERSIDADE SEXUAL EM BELO HORIZONTE**

Belo Horizonte

2019

Adilson Pereira de Barros Junior

**POR UMA PASTORAL DA DIVERSIDADE SEXUAL EM BELO HORIZONTE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais Contemporâneos da Universidade FUMEC, como requisito para a obtenção de título de Mestre em Estudos Culturais Contemporâneos.

Linha de Pesquisa: Cultura e Interdisciplinaridade.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Henrique Barbosa

Belo Horizonte

2019

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

B277p

Barros Júnior, Adilson Pereira de, 1967-

Por uma pastoral da diversidade sexual em Belo Horizonte / Adilson Pereira de Barros Júnior. - Belo Horizonte, 2019.

90 f. ; 29,7 cm

Orientador: Luís Henrique Barbosa

Dissertação (Mestrado em Estudos Culturais Contemporâneos), Universidade FUMEC, Faculdade de Ciências Humanas, Sociais e da Saúde, Belo Horizonte, 2019.

1. Homossexualidade. 2. Sexo – aspectos religiosos – Igreja Católica. I. Título. II. Barbosa, Luís Henrique. III. Universidade FUMEC, Faculdade de Ciências Humanas, Sociais e da Saúde.

CDU: 272:613.885

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Universitária-FUMEC



Adilson Pereira de Barros Junior

**Por uma pastoral da diversidade sexual em Belo Horizonte**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Estudos Culturais Contemporâneos da Universidade Fumec, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Estudos Culturais Contemporâneos.

Aprovado em: 27 de agosto de 2019.

**BANCA EXAMINADORA**

Prof. Dr. Luiz Henrique Barbosa – Universidade FUMEC  
(Orientador)

Prof. Dra. Astréia Soares Batista - Universidade FUMEC  
(Examinador Interno)

Prof. Dr. Rubens Alves da Silva - UFMG  
(Examinador Externo)

*Ao defender-se da acusação de “pansexualismo”, Freud explica que o amor não é apenas sexual, porque Eros se espalha pela personalidade toda. O amor entranha-se na existência humana. Arrancá-lo, seria arrancar a vida das pessoas. A sexualidade há de ser compreendida de modo global, e não fragmentário. Sexualidade é fenômeno vital a ser focado pelo olhar biológico, psicológico, antropológico, jurídico, político, econômico, social, ético e religioso. Sexualidade não é ilha. Está articulada com fisiologia, afetividade, inteligência, liberdade, criatividade, linguagem, convivência social e cultural. A sexualidade é valor humano. É preciso enxergá-la com olhar otimista, e não pessimista. Sexualidade é vida, amor, energia criadora, traço do projeto de Deus. Não é campo indecoroso nem invenção demoníaca. Há que amadurecer a sexualidade. Entendê-la, cultivá-la, assumi-la. Sexualidade não é apenas prática genital. É potencial energético efervescente que dinamiza o ser humano todo, no seu existir e no seu agir. Não é o sexo que degrada o ser humano. É a malícia humana que perverte o sexo. Em sua natureza íntima, a sexualidade é ética e estética. Não é suja nem feia. É limpa e bela. (Juvenal Arduini)*

## **AGRADECIMENTOS**

Em nome da fé que esteve sempre presente em minha vida e que também foi motivação para realizar este trabalho, meu primeiro agradecimento é ao Deus-Amor, fonte e inspiração de todo o bem.

Com muito carinho, lembro com eterna gratidão dos meus pais, Adilson e Ana, que foram capazes de me ensinar a enxergar e a vivenciar um pouco desse Deus que é amor. Serei eternamente grato pelo apoio e incentivo que me deram nos estudos.

A todos os meus amigos que me ajudaram direta ou indiretamente nesse tempo de pesquisa. Àqueles que entenderam minhas ausências e me deram força pra aguentar os momentos de cansaço e desânimo. Agradecimento especial ao querido amigo Cláudio Henrique, pelo incentivo de ingressar no mestrado e pelo apoio durante o curso. A todos os que estiveram próximos nesses momentos finais; em especial agradeço a força do Paolo, Adriano, Luciana e Izabela.

Não posso deixar de agradecer a todos os colegas de mestrado, que enriqueceram muito esta minha caminhada. Todos e cada um dos colegas, vindos das mais variadas experiências acadêmicas e profissionais. E quanta gratidão a todos os professores, que também souberam nos mostrar esse admirável mundo dos estudos culturais contemporâneos. Agradeço especialmente à nossa queridíssima coordenadora Astréia Soares e aos meus dois dedicados orientadores, Maria Cristina e Luiz Henrique Barbosa.

Por fim, meu carinho e agradecimento cordial a todos do grupo da diversidade sexual, que me receberam de coração e braços abertos, me fazendo sentir totalmente em casa. Agradeço por já fazer parte dessa história, esperando contribuir com nosso trabalho para que o Amor seja a bandeira de todos, independente de raça, cor, credo, gênero ou orientação sexual.

## RESUMO

As crenças e os valores culturais da Igreja Católica, marcados por um pensamento caracteristicamente heteronormativo em sua moral sexual, deixaram sequelas profundas na sociedade. Sua postura de condenação à homossexualidade ainda se faz presente nas sociedades contemporâneas, disseminando uma cultura de discriminação, preconceito e violência. Aliados à luta por respeito e reconhecimento das pessoas LGBT, grupos católicos têm surgido no cenário da diversidade sexual. Este trabalho propõe um estudo de caso de um desses grupos, em que a luta se configura na busca de pessoas pelo reconhecimento da identidade católica, sem que precisem abrir mão da identidade LGBT. O caminho para este estudo de caso começa com uma revisão bibliográfica das questões de gênero e da diversidade sexual na sociedade contemporânea para, em seguida, analisar um pouco da história da homossexualidade no contexto da doutrina católica. Após essa contextualização, a proposta é refletir sobre a relação tão conflituosa entre a moral sexual católica e as pessoas que não desejam e não aceitam viver uma identidade imposta pelo padrão heteronormativo vigente. O desejo desses grupos passa pelo reconhecimento como pastorais da diversidade sexual, o que significa acolhida e pertencimento na instituição Igreja Católica. Essa busca parece ainda fazer sentido nas sociedades contemporâneas, haja vista a falta de abertura da Igreja para o diálogo e para a acolhida da diversidade sexual, traduzidos na triste estatística de discriminação, preconceito e LGTBfobia.

**Palavras-chave:** Igreja Católica. Homossexualidade. Diversidade Sexual.

## ABSTRACT

The beliefs and cultural values of Catholic Church, permeated by inherent heteronormative sexual moral, have left deep marks in the society. Its attitude of condemnation towards homosexuality is still present nowadays, strengthening the culture of prejudice, discrimination and violence. In the current scenario of sexual diversity, catholic groups have arisen to support the efforts of LGBT community to gain respect and recognition. This dissertation proposes a case study of one of these groups, within which LGBT people seek for a catholic identity without abnegating their LGBT identity. This case study begins with a literature review about gender issues and sexual diversity in the contemporaneity, then an analysis of the history and context of homosexuality in the catholic doctrine. Thereafter, the proposal is to think about the conflicting relationship between the catholic sexual moral and those who do not wish or accept to live an identity imposed by the heteronormative pattern. These groups aspire to be recognized as pastoral care of sexual diversity, which means to be embraced and to belong officially to the Catholic Church. This aspiration seems very reasonable in the contemporaneity considering the lack of openness of the church to the dialogue and welcoming of the sexual diversity, which reveals itself in regrettable statistics about discrimination, prejudice and LGBT phobia.

**Keywords:** Catholic Church, Homosexuality, Sexual Diversity.

## SUMÁRIO

---

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>8</b>
<b>1 SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA E QUESTÕES DE GÊNERO .....</b>	<b>13</b>
1.1 Modernidade e a transformação da intimidade.....	13
1.2 Identidade, gêneros e diversidade sexual .....	19
1.3 A homossexualidade na história .....	27
1.4 Teoria Queer.....	41
<b>2 IGREJA CATÓLICA E HOMOSSEXUALIDADE .....</b>	<b>44</b>
2.1 Igreja Católica: tradição, poder e conservadorismo.....	44
2.2 A homossexualidade para a doutrina católica.....	47
2.3 A caminho de uma nova moral sexual?.....	54
2.3.1 Algumas experiências de grupos católicos LGBT no Brasil.....	57
<b>3 A PASTORAL DA DIVERSIDADE SEXUAL EM BH .....</b>	<b>61</b>
3.1 A experiência dos participantes.....	63
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>80</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>83</b>
<b>APÊNDICE.....</b>	<b>90</b>

## INTRODUÇÃO

O progresso da ciência, o acesso à educação, a conquista de direitos e a liberdade de expressão próprios da modernidade tornaram os indivíduos seres menos sujeitos à tradição e mais livres para suas próprias escolhas. Nesse contexto, encontra-se a polêmica relação entre religião e sexualidade, presente nas mais diversas culturas há tempos. Nas comunidades religiosas em que a direção tomou os caminhos da moralidade repressiva, essa relação tem sido tensa, provocando na sociedade conflitos, culpas, julgamentos, disseminando intolerância e violência e, infelizmente, gerando morte. A tradição religiosa cristã, na qual se situa o catolicismo, é um exemplo histórico dessa trajetória de dissensos e conflitos no campo da sexualidade.

Mesmo nas sociedades contemporâneas, tabus como virgindade, métodos contraceptivos, divórcio, aborto e homossexualidade ainda são questões polêmicas causadoras de divergências entre representantes eclesiais católicos e a sociedade. O cristianismo defendeu e inseriu em sua doutrina o negativismo em relação ao prazer<sup>1</sup> e, por mais que a sociedade laica tenha discutido os limites entre o *ethos* católico e o *ethos* privado e temas derivados, já bastante presente nas mídias, a Igreja Católica pouco avançou nas questões morais.

Pesquisas científicas<sup>2</sup> em diversas áreas como biologia, medicina, antropologia, psicologia e ciências sociais há muito têm demonstrado uma nova concepção da sexualidade humana distante da visão oficial da Igreja Católica. O pluralismo cultural vigente e o contato entre culturas, alavancados pela globalização, tornaram difícil a manutenção de tradições imunes às interferências laicas e exógenas. Diferentes visões de mundo estão sendo obrigadas a conviver, apresentar suas razões e debater temas de interesse geral, o que propicia a emergência de novas configurações sociais e de novos conflitos.

A tradição religiosa conservadora não é mais a única referência fornecedora de sentido, sendo impelida a apresentar-se mais dinâmica. No campo específico da

---

1 O cristianismo sofreu grande influência do estoicismo, escola filosófica fundada na Grécia no ano IV a.C., a qual pregava o autocontrole como forma de superar os sentimentos e pensamentos destrutivos, além de negar e desprezar os prazeres (hedonismo).

2 Pesquisa realizada em 2013 avaliou 112 artigos na base de dados Scielo, dos quais 38 são da área da saúde e os demais em sua maioria abordam as práticas educativas, as políticas públicas, concepções, gênero e educação (IX ENPEC, 2013).

religião, em que a tradição é um traço forte, essa dinâmica está presente e é alimentada pela liberdade de expressão e autonomia que capacita o indivíduo contemporâneo para novas escolhas. Assim, a adesão a uma determinada profissão de fé ou igreja deixa de ser simplesmente uma herança familiar ou imposição social, tornando-se uma escolha.

A diversidade sexual é uma realidade e um desafio para as sociedades contemporâneas, principalmente para a maioria das instituições religiosas, que precisam aprender a lidar com ela, inclusive internamente. No entanto, se a dimensão transcendente, na maioria das vezes representada por uma crença e pertença religiosa, faz parte das necessidades de indivíduos, a homossexualidade ainda significa um fator de segregação e de sofrimento para muitas pessoas, principalmente para aquelas que tiveram ou têm um vínculo com a religião e desejam continuar a expressar sua fé sem abrir mão de sua orientação sexual. Para muitos fiéis homossexuais a tradição religiosa continua a fazer sentido.

No caso da tradição católica, seus representantes oficiais buscam, em geral, controlar o exercício da religião pelos fiéis e sustentar o “verdadeiro catolicismo”. Tal fato, no entanto, não impediu o surgimento de outros catolicismos<sup>3</sup> pelo mundo e nem garantiu sucesso na repressão a modos diversos de vivenciar essa religião. Este fato está associado à presença de uma perspectiva performática, que conta com a presença de grupos periféricos dentro do catolicismo não como dissidências, mas como eventos que surgem em suas margens e que almejam uma pertença à identidade católica. Dessa forma, surge uma articulação criativa entre ortodoxia e heterodoxia, num jogo de fronteiras entre as diversas linguagens do atual campo religioso. Configura-se, assim, um ambiente de pluralidade religiosa que, de alguma forma, acaba por compatibilizar diferenças aparentemente incompatíveis. (STEIL, 2001).

Desse modo, a partir da existência dos chamados catolicismos brasileiros e da maneira pela qual a Igreja Católica conduz seus conflitos internos e administra sua imagem pública, sobretudo no que diz respeito à moral sexual, procuramos entender o significado desse grupo que passa pela experiência de atuar como pastoral da diversidade sexual na Igreja de Belo Horizonte. Em seu processo cultural

---

3 Referimo-nos aqui aos catolicismos carismático, popular, progressista, dentre outros.

dinâmico, esse grupo parece ter o potencial de se tornar um espaço de contraponto cultural, de discussão e de ações políticas e culturais, um lugar de articulação de valores e preceitos da sociedade contemporânea. Em tese, tal processo teria, na Igreja Católica como um todo, um ator cuja contribuição seria fundamental para consolidar os valores e preceitos de maneira responsável, diante de uma população que ainda tem na religião um elemento fundamental de formação da conduta em direção a uma sociedade mais justa.

Parece haver uma espécie de hibridação entre o estilo de vida católica e as opções pessoais daqueles que questionam a doutrina oficial, porém desejam se manter católicos sem abrir mão de sua subjetividade e gostos privados. A multiplicação de grupos com atividades pastorais mesmo não oficiais nas comunidades católicas surge como uma nova estratégia de manutenção deste vínculo, sem “ofender” a oficialidade da Igreja e seus representantes mais conservadores. Por outro lado, parece que esses representantes administram as diferenças fazendo “vistas grossas” à sua existência, em nome da unidade da Igreja.

Apesar de nunca ter havido tanta diversidade como agora, isso não significa necessariamente mais aceitação das diferenças; sejam elas de raça, cor, credo, gênero, orientação sexual ou ideologia. Mesmo em países formados a partir de múltiplas influências culturais, como o Brasil, em que sincretismos e crenças distintas enriqueceram nossa experiência cultural, não se chegou a uma convivência de fato respeitosa entre os diferentes. Ao contrário, têm sido frequentes nos diversos âmbitos da sociedade, inclusive nas instituições religiosas, os casos de etnocentrismos, intolerância religiosa e de gênero (mulheres e grupos LGBT), limitando a autonomia e os direitos dos indivíduos.

Esta pesquisa, ao trabalhar especificamente com as relações entre a oficialidade católica e grupos LGBT, procura fomentar o diálogo e a discussão sobre o universo religioso e a crítica aos fundamentalismos em torno da diversidade sexual. Isso se apresenta como uma necessidade já que, apesar do declínio da adesão a uma instituição religiosa, a religião ainda continua sendo um importante elemento de formação de condutas e de orientação nas interações sociais, muitas vezes reforçando preconceitos, estereótipos e relações desiguais de poder.

O propósito deste trabalho de pesquisa é analisar a relação estabelecida entre a Igreja Católica contemporânea e a experiência de um dos grupos católicos da diversidade sexual em Belo Horizonte. Em resumo, busca-se compreender, por

meio do estudo de caso, o jogo e a negociação que se dá entre a visão oficial da Igreja e das pessoas LGBT católicas que desejam praticar sua fé.

O caminho para essa reflexão precisa passar por aquilo que a história registra e deixa como aprendizado. Para fundamentar o estudo de caso pretendido, fez-se necessário abordar primeiro um pouco da trajetória destes dois atores: os grupos da diversidade sexual e a Igreja Católica. No primeiro capítulo, foi preciso descrever um pouco do cenário da diversidade sexual e trazer um pouco do histórico a respeito da homossexualidade, tocando nas principais ideias de alguns estudiosos dos temas da identidade de gênero, das pessoas LGBT na sociedade contemporânea e das suas nuances. No capítulo seguinte apresentou-se parte da trajetória da Igreja Católica diante dos avanços da modernidade, com foco na sua relação com a homossexualidade.

Para contextualizar a Igreja Católica em relação ao tema deste trabalho de pesquisa, optou-se por destacar a doutrina que surge a partir do Concílio Vaticano II (1962-1965). Ele foi considerado um marco da Igreja Católica no século 20, com o objetivo de modernizar a Igreja e atrair os cristãos afastados do catolicismo. Esse recorte deu-se em função da enorme quantidade de material relativo à história do catolicismo, cujo tratamento foge ao escopo da dissertação; e pelo fato do Vaticano II significar o que foi considerado um momento de abertura da Igreja para a modernidade, uma vez que se esperava da instituição uma atitude mais aberta e receptiva em relação à diversidade.

O centro da análise proposta é a moral sexual católica em relação à homossexualidade, condenada pela Igreja Católica, com base na sua tradição e doutrina. Nesse sentido, vale a pena rever os métodos de interpretação das escrituras (Bíblia): o histórico crítico e o fundamentalista. Eles permitem compreender as dificuldades, os equívocos e os perigos na interpretação da “Lei de Deus”. Faz-se necessário confrontar as interpretações de ontem e de hoje. Assim, o relato de novas interpretações, novos estudos e novas experiências são fundamentais para perceber a mudança que se aproxima, apontando para uma nova moral sexual católica.

Por fim, teoria e prática poderão se tornar aliados no entendimento de novas experiências. À luz da fundamentação teórica descrita, o estudo de caso realizado neste trabalho de pesquisa pode ajudar a compreender um pouco mais da relação social tão conflituosa entre os interesses da Igreja Católica e das pessoas LGBT. A

partir dessa compreensão, fica mais fácil descobrir as melhores estratégias para tornar tal relação mais saudável.

Para este trabalho foram utilizados dois procedimentos para a coleta de dados: a observação participante e a entrevista. O primeiro aconteceu porque o pesquisador se tornou um participante real da vida do grupo pesquisado, permitindo assim, uma maior interação com o grupo. Isso favoreceu uma relação de maior confiança com seus membros, o que facilitou entender um pouco mais a fundo as relações estabelecidas entre eles. As entrevistas, como segundo procedimento de coleta de dados, propiciaram a captação em profundidade das informações, recebidas diretamente dos participantes do grupo.

A conjugação dos dois procedimentos de coleta de dados foi significativa para o conhecimento da experiência do grupo e para a contextualização de sua presença no âmbito da Igreja Católica de Belo Horizonte. Isso inclui o conhecimento da estrutura do grupo, dos membros, das relações entre seus membros e os outros grupos semelhantes, das relações de hierarquia e poder na instituição Igreja Católica, da interação do grupo com outros núcleos em nível nacional e internacional, das relações do grupo com os católicos praticantes, bem como aqueles que estão afastados, sobretudo por causa das questões de preconceito e discriminação das pessoas LGBT por parte da Igreja Católica.

## **1 A SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA E AS QUESTÕES DE GÊNERO**

Giddens (2002) afirma que a sociedade contemporânea é uma sociedade que vive no dinamismo das grandes e rápidas mudanças que afetam as práticas sociais e comportamentos tradicionais, de forma nunca vista em sistemas anteriores ao mundo moderno. Podemos assim dizer que uma sociedade moderna é essencialmente uma sociedade de uma ordem que questiona a tradição, na qual as relações sociais não têm mais o parentesco e a terra como referências, mas estão sob a influência da globalização, do pluralismo e da diversidade cultural.

Este primeiro capítulo aborda brevemente as mudanças que atingiram os relacionamentos ao longo dos últimos séculos, desde a modernidade até o século presente. Uma reflexão a respeito das mudanças nas identidades e na questão do gênero também está em pauta neste trabalho para introduzir aspectos sobre os relacionamentos homoafetivos, base do objeto desta pesquisa.

### **1.1 Modernidade e a transformação da intimidade**

Aprendemos dos estudos em História que estamos na era da modernidade. O início da modernidade se dá no século XVIII e de lá para cá muita coisa mudou. Para Giddens (2002, p. 11), a modernidade é "[...] estilo, costume de vida ou organização social que emergiram na Europa a partir do século XVIII e que posteriormente se tornaram mais ou menos mundiais em sua influência". Segundo o autor (2002), a modernidade refere-se às instituições e modos de comportamento nas sociedades que vivenciam o "mundo industrial" e o capitalismo. Porém, somente a partir do século XX pode-se considerar que os impactos da modernidade se tornaram mundiais.

O que chamamos atualmente (século XXI) de sociedades contemporâneas pode ser entendido como uma consequência da modernidade. Nesses pouco mais de três séculos, as sociedades se transformaram bastante. As sociedades contemporâneas, também definidas como sociedades complexas, estão no contexto da modernidade exatamente por esta característica de dinamicidade de mudanças no comportamento social. De acordo com Enne (2004), o conceito de rede é o que mais tem sido utilizado para a compreensão das novas formas de socialização, caracterizadas pelo fluxo informacional que emergiu com a globalização. Mitchell

(1969) afirma que este conceito, aplicado aos estudos das sociedades complexas e urbanas, sugere dois tipos de rede: uma que envolve a troca de bens e serviço e uma segunda que diz respeito à troca de informações, ou seja, um processo de comunicação.

O fenômeno da globalização se apresenta como consequência e característica marcante da modernidade, permeando todas as sociedades contemporâneas. Talvez seja o fenômeno que mais representa a essência do homem moderno. Segundo Giddens (1991, p. 69),

A globalização pode assim ser definida como a intensificação das relações sociais em escala mundial, que ligam localidades distantes de tal maneira que acontecimentos locais são modelados por eventos ocorrendo a muitas milhas de distância e vice-versa. Este é um processo dialético porque tais acontecimentos locais podem se deslocar numa direção anversa às relações muito distanciadas que os modelam. A *transformação local* é tanto uma parte da globalização quanto a extensão lateral das conexões sociais através do tempo e do espaço. Assim, quem quer que estude as cidades hoje em dia, em qualquer parte do mundo, está ciente de que o que ocorre em uma vizinhança local tende a ser influenciado por fatores – tais como dinheiro mundial e mercados de bens – operando a uma distância indefinida da vizinhança em questão.

O estilo de vida sob os efeitos da globalização, além de mudar a ordem social tradicional - presente na pré-modernidade, estabelecendo uma interconexão mundial - alterou todas as formas de relacionamento social. Ao abordar essas mudanças essenciais da modernidade, Giddens (1991) fala de um processo de “descontinuidades”, caracterizado basicamente por três elementos que separam as instituições modernas das tradicionais: o ritmo dinâmico e acelerado de mudanças; o escopo da mudança, que atinge toda a Terra; e a natureza das instituições modernas tipificadas pelo sistema político Estado-Nação. Outra característica da modernidade está ligada à confiança nas relações estabelecidas. Nas sociedades com forte traço de tradição, as consideradas pré-modernas, a confiança se estabelecia no sistema de parentesco, religioso e comunitário. Já nas sociedades modernas, ela está mais fluida, com relações abstratas de amizade, ou seja, tempo e espaço estão indefinidos. Para Giddens (1991), a globalização promove uma difusão das instituições ocidentais por todo o mundo, provocando alterações profundas em outras culturas ao introduzir novas formas de interdependência mundial.

Todas essas alterações na cultura afetam as identidades<sup>4</sup> no campo da afetividade e sexualidade. Com a modernidade as relações entre homens e mulheres começam a se transformar, surgindo novos papéis para ambos. Com a contribuição do feminismo, que questiona justamente a desigualdade de papéis desempenhados por homens e mulheres, direitos políticos e econômicos surgem como foco desta luta por igualdade, respeito e democracia. Surgem discussões ao respeito do que é sexo e amor, qual a finalidade do casamento, quais os elementos da relação íntima entre os sexos, qual a posição e a importância da mulher e dos homens na sociedade e quais são as características básicas da identidade pessoal (BILAC, 2012).

Giddens (1993), analisando as transformações da intimidade na contemporaneidade, destacou o papel do feminismo nesse processo. A luta das mulheres viabilizou as mudanças na vida privada das novas formas de família, com conseqüente ganho de espaço na vida pública. Princípios igualitários e democráticos começam a alterar as relações entre os gêneros. Além de definir os novos papéis, com a mesma participação de homens e mulheres na vida familiar, a valorização destes princípios contribuiu para uma nova consciência em relação às motivações para o casamento e para o relacionamento sexual. A partir do século XIX, as relações entre homens e mulheres já não são tão influenciadas dentro de uma esfera de poder, na qual a maioria dos casamentos estava atrelada unicamente a um laço de parentesco ou a interesses econômicos; passam a ser motivados pelo amor sexual e romântico. Com o advento das novas tecnologias reprodutivas e a reprodução autônoma do século XX, a sexualidade ganha outra conotação. A atividade sexual se desvincula da função reprodutiva, gerando novas relações e criando a sexualidade plástica: elemento base para que a mulher reivindique seu direito ao prazer sexual. Essa revolução sexual confere à mulher uma autonomia sexual e propicia o florescimento do homossexualismo.

As novas configurações de relacionamentos estão marcadas pela presença do que Giddens (1993) chama de “amor romântico”, “amor confluyente” e “relacionamento puro”. Esses novos formatos de relacionamentos já não estão mais vinculados a uma “condição natural” ou “para sempre”. A realização do prazer sexual

---

4 Os conceitos e a relação entre cultura e identidade serão tratados no próximo subitem deste capítulo, no qual será tratada também a relação desses conceitos com a questão de gênero.

recíproco se transforma em um elemento-chave para manutenção ou dissolução do relacionamento porque todos têm o direito de ser sexualmente realizados. Dessa forma, tais relacionamentos não serão necessariamente mais monogâmicos ou exclusivamente heterossexuais.

Giddens (1993) afirma que na sociedade moderna a família está constituída cada vez mais por novos laços de parentesco e que a transformação da intimidade está relacionada com o sexo e o gênero. Ele considera que os laços biológicos e de casamento são os responsáveis por uma série de direitos e deveres presentes na relação feminina. As transformações da intimidade e das relações entre os gêneros e as novas formas de viver o amor e a sexualidade parecem ter como pano de fundo as lutas e as conquistas das mulheres. E curiosamente a base desta luta (feminismo) está na reivindicação pelo prazer sexual. Conquistas essas que chegaram ao âmbito pessoal, familiar, profissional, educacional, político e etc. A virada na mentalidade e na construção das novas identidades surge a partir de uma negociação de novos vínculos pessoais, estabelecendo assim uma relação mais democrática vivida entre iguais. Neste contexto é que Bilac (2012, p. 101) define democracia como

uma situação que possibilita relações livres e iguais entre os indivíduos e promove os seguintes resultados: a criação de circunstâncias em que as pessoas possam desenvolver suas potencialidades e expressar suas diversas qualidades; negociação de decisões para evitar o uso arbitrário da autoridade política e abuso do poder de coerção; o envolvimento dos indivíduos na determinação das condições de sua cooperação e expansão da oportunidade econômica para os indivíduos possam atingir seus objetivos. Após definir democracia, Giddens (1993) a relaciona com a intimidade por meio do princípio da emergência da relação pura e do princípio da autonomia, identificado como a condição de um indivíduo se relacionar com os outros de modo igualitário. A democratização da vida pessoal implica relacionamento interpessoal pautado pelo respeito, pela cooperação, pela confiança e pela responsabilidade. Nesse tipo de relacionamento, os participantes são ativos e podem modificar seu comportamento e realizar mudanças sociais.

Apesar de a busca pela democracia no domínio público ter sido inicialmente uma luta masculina, foi pela reivindicação das mulheres que a democratização na esfera pessoal se compatibilizou com a democracia na esfera pública. As transformações ocorridas no âmbito privado com a liberação sexual da mulher, com os métodos contraceptivos e com as relações homossexuais ganharam o espaço público. As conquistas beneficiam a todos os gêneros, mas as mulheres só conseguiram participar delas por mérito próprio. Novas relações surgem entre

homens e mulheres com poderes para assumirem novas identidades (GIDDENS, 1993).

As novas oportunidades nos relacionamentos na sociedade moderna demonstram o rompimento com o passado, pois os indivíduos são ativos e autores de novos comportamentos, gerando mudanças sociais. Por outro lado, as mudanças sociais em relação à tradição e à cultura nem sempre são rápidas. Muitos paradigmas culturais não mudam na mesma velocidade e igual profundidade do processo de globalização, por exemplo. Valores tradicionais cristãos em relação à sexualidade estão nesse contexto. As sociedades contemporâneas ainda vivem muito influenciadas pela complexidade e incertezas em torno de tabus como virgindade, contracepção, divórcio e homossexualidade.

As questões de gênero estão no rol dos elementos utilizados pelo discurso colonial como jogo de poder no qual os dominantes do sistema tentam impor suas crenças, regras e interesses. Segundo Bhabha, o discurso colonial baseia-se no sistema binário colonizador x colonizado e é um aparato de poder

que se apoia no reconhecimento e repúdio de diferenças raciais/culturais/históricas. Sua função estratégica predominante é a criação de um espaço para “povos sujeitos” através da produção de conhecimento em termos dos quais se exerce vigilância e se estimula uma forma complexa de prazer/desprazer. Ele busca legitimação para suas estratégias através de produção de conhecimento do colonizador e do colonizado que são estereotipados, mas avaliados antiteticamente... Apesar do jogo de poder no interior do discurso colonial e das posicionalidades deslizantes de seus sujeitos (por exemplo, efeitos de classe, gênero, ideologia, formações sociais diferentes, sistemas diversos de colonização, e assim por diante), estou me referindo a uma forma de governabilidade que, ao delimitar uma “nação sujeita”, apropria, dirige e domina suas várias esferas de atividade. O objetivo desse discurso é apresentar o colonizado como uma população de tipos degenerados com base na origem racial de modo a justificar a conquista e estabelecer sistemas de administração e instrução (BHABHA, 2001, p.111).

Michel Foucault (1988b) reforça a ideia de um jogo de poder presente na sexualidade quando afirma que existe uma incapacidade da sociedade de não compreender a emergência do dispositivo da sexualidade dominante da época. Antes, a sociedade necessita superar a representação que se faz da sexualidade como é vista no ocidente; ou seja, uma representação que considera a sexualidade como repressão ou dominação social. Diz ainda que essa dominação educa/molda os valores em relação ao corpo apenas como destinado à produção. Para Foucault, o ocidente acostumou a conceber o sexo como algo negativo e que ele está relacionado diretamente com o poder. O autor diz que, quando o indivíduo quer

reconhecer a si próprio e buscar sua verdade, no fundo expressa uma vontade de saber sobre a relação do seu corpo com o sexo.

Poder-se-ia dizer, para concluir, que o problema ao mesmo tempo político, ético, social e filosófico que se coloca para nós hoje não é liberar o Estado e suas instituições, mas liberar a nós mesmos do Estado e das instituições que a ele se prendem. É preciso promover novas formas de subjetividade, recusando o tipo de individualidade que nos impuseram durante muitos séculos (FOUCAULT, 1988b, p. 102-103).

Apesar de alguns sociólogos e críticos das teorias culturais mencionarem o pós-colonial<sup>5</sup> como uma superação do colonialismo, resquícios do discurso colonial persistem nos sistemas de poder atuais. Segundo Hall,

Como os outros “pós”, com os quais se alinha, como o pós-colonial funde histórias, temporalidades e formações raciais distintas em uma mesma categoria universalizante. Essa visão é compartilhada por Anne McClintock, outra dentre as primeiras estudiosas deste campo que critica o conceito por sua linearidade e sua “suspensão arrebatada da história” (McClintock, 1992). Para ambas o conceito é utilizado para marcar o fechamento final de um período histórico, como se o colonialismo e seus efeitos estivessem definitivamente terminado. O “pós”, para Shohat, significa “passado”: algo definitivamente concluído e fechado. Porém, para a autora, isso também faz parte de sua ambiguidade, já que o conceito não esclarece se essa periodização é epistemológica ou cronológica (HALL, 2003, p. 102).

Por outro lado, as mudanças nos sistemas de dominação pautados pelos binarismos parecem emergir num contexto de lutas anticoloniais. Ainda segundo Hall (2003), o processo de descolonização marcou profundamente as sociedades colonizadoras e colonizadas, de modo que a nova conjuntura apresenta certa subversão do antigo binarismo colonizador/colonizado. Para Hall,

As diferenças entre as culturas colonizadora e colonizada permanecem profundas. Mas nunca operaram de forma absolutamente binária, nem certamente o fazem mais. Essa mudança de circunstâncias, nas quais as lutas anticoloniais pareciam assumir uma forma binária de representação para o presente momento em que já não podem mais ser representadas dentro de uma estrutura binária, eu descreveria como um movimento que parte de uma concepção de diferença para outra (ver HALL, 1992) de

---

<sup>5</sup> Em termos de periodização, contudo, o “pós-colonial” retém alguma ambiguidade, pois, além de identificar o momento pós descolonização, como momento crítico para um deslocamento nas relações globais, o termo também oferece – como toda periodização – outra narrativa alternativa, destacando conjunturas-chave àquelas encrustadas na narrativa clássica da Modernidade. Vista sob a perspectiva “pós-colonial”, a colonização não foi um subenredo local ou regional de uma história maior (por exemplo, da transição do feudalismo para o capitalismo na Europa Ocidental, esse último se desenvolvendo “organicamente” nas entranhas do primeiro). Na narrativa reencenada do pós-colonial, a colonização assume o lugar e a importância de um amplo evento de ruptura histórico-mundial. O pós-colonial se refere à “colonização” como algo mais do que um domínio direto de certas regiões do mundo pelas potências imperiais. Creio que significa o processo inteiro de expansão, exploração, conquista, colonização e hegemonia imperial que constituiu a “face mais evidente”, o exterior constitutivo, da modernidade capitalista europeia e, depois, ocidental, após 1492 (HALL, 2003, p. 112-113).

*différance*, e essa mudança é precisamente o que a transição em série ou titubeante para o “pós-colonial” designa. Mas não se trata apenas de não designá-la em termos de um “antes” e um “agora”. Ele nos obriga a reler os binarismos como forma de transculturação, de tradução cultural, destinadas a perturbar para sempre os binarismos culturais do tipo aqui/lá (HALL, 2003, p. 108-109).

Normalmente os paradigmas culturais são transformados ou substituídos num longo processo dialético. Isso é o que demonstra as mais diversas transições da história, como exemplificado pelos autores que trataram do colonial/pós-colonial. As mudanças são lentas e muitas vezes não acontecem de forma radical. Resquícios de um paradigma muitas vezes podem ser percebidos na sociedade após séculos de grandes viradas histórico-mundiais. O binarismo colonizador/colonizado sofreu mudanças, mas de certa forma ainda está presente em outros vários binarismos.

Os padrões binários ligados ao gênero e sexo – homem/mulher, masculino/feminino ainda são defendidos por muitos estudos científicos. Porém, tantos outros autores têm demonstrado, conforme já citado, que a manutenção desses padrões tem uma motivação de poder e dominação, herdados do discurso colonial. A teoria que mais embasa o discurso colonial é a biológica, porém os estudos concernentes à identidade trazem uma nova perspectiva para esse entendimento.

Nas próximas páginas essa perspectiva será brevemente discutida, demonstrando a relação entre o gênero e a identidade e o quanto as identidades não são fixas e muito menos restritas a um padrão binário. O padrão binário de gênero ainda está presente na sociedade contemporânea, porém não pode mais representar um paradigma hegemônico.

## **1.2 Identidade, gêneros e diversidade sexual**

Quem somos? Qual a nossa identidade? O que realmente nos identifica? Estas não são perguntas fáceis de responder. Somos uma soma de atributos que vão nos construindo ao longo do tempo. Alguns são inatos, outros chegam ao longo do tempo, alguns se transformam, outros deixam de existir, porém, quando falamos de identidade, pensamos em algo que nos represente, que nos faz reconhecer em nossa essência e sermos únicos. A identidade é única porque é o modo como percebo e vivo minha vida: coisa que nenhuma outra pessoa pode fazer por mim.

Segundo Manuel Castells (*apud* AROCENA 2012, p. 29), “a identidade é fonte de sentido e experiência das pessoas”.

Para além da essência inata ao ser humano, toda subjetividade é definida por uma variedade de fatores. Falar de identidade é falar de um conjunto de disposições internas e externas. Ninguém nasce pronto, a identidade da pessoa não está dada desde o nascimento, ou seja, a identidade de uma pessoa é resultado de um processo cultural e relacional, de interação com o meio social no qual está inserida. A relação com outras pessoas se apresenta como condição básica para seu crescimento e desenvolvimento. A concepção de identidade passa por esse processo de interação. De acordo com Larraín (2005, p. 91):

A identidade, portanto, é a capacidade de se considerar como objeto e nesse processo ir construindo uma narrativa sobre si mesmo. Mas esta capacidade só se adquire em um processo de relações sociais mediadas pelos símbolos. A identidade é um projeto simbólico que o indivíduo vai construindo em íntima relação com os grupos sociais dentro dos quais se desenvolve. Os materiais simbólicos com os quais se constrói este projeto são adquiridos na interação com outros.

O processo de construção de uma identidade pode ser comparado a uma viagem que nunca fazemos sozinhos, mas sempre em contato com o outro, num aprendizado contínuo. Essa viagem, de acordo com Louro (2016), propicia mudanças ao longo de nossa vida, desde mesmo antes do nosso nascimento até o momento de nossa morte, transformando nosso corpo, caráter e identidade, provocando alterações físicas na forma de ver o mundo, as pessoas e as coisas. Segundo Lopes (2002, p. 177), esse processo de aprendizado:

Se dá não por acúmulo ou etapas (nascimento-infância-juventude-maturidade-velhice-morte), mas por epifanias e momentos, em que os tempos se mesclam incessantemente, desmistificando um aprendizado pela experiência cronológica, idealizadora da maturidade.

Uma das primeiras e mais fortes referências acerca de nossa identidade é a sexualidade <sup>6</sup>, com definições que acontecem desde o momento de nossa concepção. O desenvolvimento biológico inicia o processo de construção deste

---

<sup>6</sup> Sexualidade refere-se às construções culturais sobre os prazeres e os intercâmbios sociais e corporais que compreendem desde o erotismo, o desejo e o afeto, até noções relativas à saúde, à reprodução, ao uso de tecnologias e ao exercício do poder na sociedade. As definições atuais da sexualidade abarcam, nas ciências sociais, significados, ideias, desejos, sensações, emoções, experiências, condutas, proibições, modelos e fantasias que são configurados de modos diversos em diferentes contextos sociais e períodos históricos. Trata-se, portanto, de um conceito dinâmico que vai evoluindo e que está sujeito a diversos usos, múltiplas e contraditórias interpretações e que se encontra sujeito a debates e a disputas políticas (GÊNERO, 2009).

corpo que, em seguida, culturalmente é nomeado como feminino ou masculino. Louro (2016, p. 15), afirma:

A declaração “É uma menina!” ou “É um menino!” também começa uma espécie de “viagem”, ou melhor, instala um processo que, supostamente, deve seguir um determinado rumo ou direção. A afirmativa, mais do que uma descrição, pode ser compreendida como uma definição ou decisão sobre o corpo.

Segundo Andrade (2017), a construção da sexualidade no ser humano não é uma programação a partir de uma carga genética que informa e define seu comportamento, mas sim uma construção que nos é dada socialmente, por meio de um aprendizado com a família, escola e comunidade. Nesse sentido somos capazes de reinventar e recriar o que nos é oferecido, ou seja, a cultura com a qual temos contato. Esse talvez seja um dos fatores mais relevantes no fato de cada vez mais termos uma humanidade tão plural. Com o acesso rápido a conteúdos diversos, propiciados pelas informações da televisão e internet, as sociedades vêm construindo modos diversos de existir no mundo. Assim, com as culturas e com a trajetória e criatividade individual, a sexualidade tende a assumir formas diversas.

Cada sociedade possui um conjunto de regras, de padrões de comportamento e de concepções sobre o que é e para que serve a sexualidade. Tal conjunto de regras e padrões, que é informado, apreendido e utilizado pelos indivíduos, constitui o que chamamos de cultura sexual (BRASIL, 2002, p. 16).

A cultura, intrínseca à vida social, também se caracteriza pela dinamicidade e não tem um caráter fixo. Tomamos aqui a cultura à luz da definição de Stuart Hall (2003) como o terreno dinâmico de práticas, representações e costumes de qualquer grupo sócio histórico. A cultura é fruto de um “trabalho produtivo” que capacita os homens a produzirem a si mesmos como novos tipos de sujeitos. Portanto, diz o autor que

Não é uma questão do que as tradições fazem de nós, mas daquilo que nós fazemos das nossas tradições. (...) Estamos sempre em processo de formação cultural. A cultura não é uma questão de ontologia, de ser, mas de se tornar (HALL, 2003, p. 43).

Pelo fato de a construção de uma identidade se dar em um processo cultural, a determinação de lugares e posições sociais atribuídas aos sujeitos vai influenciar seus corpos. Características como a cor da pele e dos olhos; formato dos olhos, nariz ou boca; presença de vagina ou pênis; presença de seios (ou não) são ao mesmo tempo atributos físicos mas, também, culturais e podem (ou não) se tornar marcas de raça, gênero, etnia, classe ou nacionalidade. Porém, o

entendimento a respeito do corpo e da sexualidade não mais está vinculado somente a uma concepção metafísica ou à ordem social de um poder hegemônico; surge um novo contexto, atribuindo mais centralidade e liberdade na vivência da sexualidade (LOURO, 2016).

A mesma autora defende, portanto, que:

Antes de pretender, simplesmente, “ler” os gêneros e as sexualidades com base nos “dados” dos corpos, parece prudente pensar tais dimensões como sendo discursivamente inscritas nos corpos e se expressando através deles; pensar as formas de gênero e de sexualidade fazendo-se e transformando-se histórica e culturalmente. Não se pretende com isso, negar a materialidade dos corpos, mas o que se enfatiza são os processos e as práticas discursivas que fazem com que aspectos dos corpos se convertam em definidores de gênero e de sexualidade e, como consequência, acabem por se converter em definidores dos sujeitos (LOURO, 2016, p. 80).

Observa-se, portanto, que a cultura sexual e seus padrões têm uma variação espaço-temporal. Os diferentes espaços geográficos e culturais tendem a formar a cultura sexual, definindo critérios de relacionamento sexual, tais como idade, status social, parentesco, dentre outros. No Brasil do século XX, por exemplo, entre nossos avós era muito comum o casamento entre homens mais velhos e mulheres adolescentes entre 12 e 15 anos, idade normal para o início da reprodução. Para os padrões de hoje a gravidez na adolescência pode ser considerada um problema (ANDRADE, 2017).

O debate acerca das questões de gênero nas sociedades contemporâneas se apresenta como um problema na medida em que está longe de uma definição clara dos próprios conceitos de sexo e gênero. Em relação ao termo “gênero”, o documento *Gênero e diversidade na escola* o apresenta como um

Conceito formulado nos anos 1970 com profunda influência do movimento feminista. Foi criado para distinguir a dimensão biológica da dimensão social, baseando-se no raciocínio de que há machos e fêmeas na espécie humana, levando em consideração, no entanto, que a maneira de ser homem e de ser mulher é realizada pela cultura. Assim, gênero significa que homens e mulheres são produtos da realidade social e não somente decorrência da anatomia de seus corpos (GÊNERO, 2009, p. 17).

As questões a respeito dos grupos que assumem um modelo diverso do padrão heteronormativo têm se tornado frequente nas reflexões sobre diversidade sexual e identidade de gênero. As lutas e conquistas dos direitos das mulheres, gays, lésbicas e de pessoas com outras orientações sexuais têm se tornado objeto profícuo, porém complexo para a compreensão da própria identidade de gênero. Como esse processo é recente, os teóricos e teóricas feministas e de gênero, no

entanto, parecem não chegar a um consenso quando discorrem sobre as diferenças entre sexo e gênero, por exemplo. Segundo Butler (2017), até mesmo a categoria denominada “sexo”, compreendida pela ciência como um atributo inquestionável como natural/biológico e imutável, se apresenta como objeto de dúvida.

A concepção de gênero surgiu originalmente para questionar a formulação de que a biologia é o destino. A distinção entre sexo e gênero veio ao encontro da tese de que, por mais que o sexo em termos biológicos pareça estável, o gênero parece ser uma construção cultural. Dessa forma, pode-se inferir que o gênero não é nem o resultado causal do sexo nem tampouco tão aparentemente fixo quanto o sexo. A identidade e a unidade do sujeito podem ser contestadas por uma distinção que abre espaço ao gênero como interpretação múltipla do sexo (BUTLER, 2017).

A autora, na tentativa de conceituar “gênero”, segue discorrendo sobre a distinção entre sexo e gênero, de forma que:

Se os gêneros são os significados culturais assumidos pelo corpo sexuado, não se pode dizer que ele decorra de um sexo desta ou daquela maneira. Levando a seu limite lógico, a distinção sexo/gênero sugere uma descontinuidade radical entre corpos sexuados e gêneros culturalmente construídos. Supondo por um momento a estabilidade do sexo binário, não decorre daí que a construção de “homens” se aplique exclusivamente a corpos masculinos, ou que o termo “mulheres” interprete somente corpos femininos. Além disso, mesmo que os sexos pareçam não problematicamente binários em sua morfologia e constituição (ao que será questionado), não há razão para supor que os gêneros também devam permanecer em número de dois (BUTLER, 2017, p. 25-26).

A concepção binária do sexo nunca representou a realidade dos sujeitos e de suas relações na contemporaneidade. A realidade demonstra que essa norma não vale para uma grande parcela da população. Frequentemente nos deparamos com descontinuidades, transgressões e subversões. Na verdade, fora da norma existe uma multiplicidade de formatos para outras possíveis identidades nas categorias sexo-gênero-sexualidade. Os sinais de tantas outras subjetividades possíveis se apresentam em nosso cotidiano e merecem reconhecimento e direitos. Nesse sentido, afirma Louro (2016, p. 85-86):

Uma multiplicidade de sinais, códigos e atitudes produz referências que *fazem sentido* no interior da cultura e que definem (pelo menos momentaneamente) quem é o sujeito. A marcação pode ser simbólica ou física, pode ser indicada por uma aliança de ouro, por um véu, pela colocação de um *piercing*, por uma tatuagem, por uma musculação “trabalhada”, pela implantação de uma prótese... O que importa é que ele terá, além de efeitos simbólicos, expressão social e material. Ela poderá permitir que o sujeito seja reconhecido como pertencente a determinada identidade; que seja incluído em ou excluído de determinados espaços; que seja acolhido ou recusado por um grupo; que possa (ou não) usufruir de direitos; que possa (ou não) realizar determinadas funções ou ocupar

determinados postos; que tenha deveres ou privilégios; que seja, em síntese, aprovado, tolerado ou rejeitado.

Os limites e as dificuldades na compreensão das categorias de sexo-gênero-sexualidade parecem estar atrelados ao próprio processo cultural dominante, que privilegia uma concepção binária do sexo. O que é considerado como natural/normal é que as pessoas se desenvolvam e vivam apenas em duas identidades possíveis: homem ou mulher, masculino ou feminino, sem muitas alternativas de combinação: o homem (macho) tem que assumir uma identidade masculina e a mulher (fêmea) tem que assumir uma identidade feminina. E ainda: ambos, homens e mulheres, devem desenvolver uma atração/desejo pelo sexo oposto. A tentativa de classificar os seres humanos em categorias mutuamente excludentes – heterossexuais e homossexuais seria uma simplificação demasiada para descrever a natureza da sua experiência sexual, pois as tendências homossexuais podem ser apenas um estágio no desenvolvimento de um grande número de pessoas.

[...] preferência sexual e comportamento sexual nem sempre são a mesma coisa. Entre os extremos da heterossexualidade exclusiva e da homossexualidade exclusiva há uma sequência de atitudes sexuais e de condições que não podem ser expressas com exatidão pelo uso unívoco do termo comportamento homo (igual) ou hétero (diferente) sexual (GALLAGHER, 1990, p. 14).

Outra questão importante, que ainda divide opiniões e causa conflitos e preconceitos, é o entendimento sobre o que chamamos de “orientação sexual”, frequentemente confundida com “opção sexual” ou “preferência sexual”. Esse entendimento pode trazer interpretações diversas, já que muitos autores defendem a identidade de gênero como uma construção social, desenvolvida ao longo da vida. A concepção mais aceita atualmente na comunidade científica pode ser resumida pelo que está descrito no Manual LGBT da Organização SOMOSGAY<sup>7</sup>:

Orientación sexual: Término apropiado para referirse a la atracción física y emocional hacia personas del mismo sexo y/o del sexo opuesto. Es la capacidad de cada persona de sentir una profunda atracción emocional, afectiva y sexual por personas del sexo opuesto al suyo (heterossexual), de su mismo sexo (gay o lesbiana), o de más de un sexo (bisexual), así como la capacidad de mantener relaciones íntimas y sexuales con estas personas. La orientación sexual no es una opción, no puede ser elegida ni cambiada a voluntad, y tampoco depende del sexo biológico ni de la identidad de género de la persona. (Nota Importante: Evite usar el término “preferencia sexual”, que se utiliza generalmente para sugerir que el ser gay o lesbiana es una opción y puede cambiarse) (SOMOSGAY, 2014, p. 11).

---

<sup>7</sup> Site oficial da organização SOMOSGAY: <http://somosgay.org/>.

Segundo Reis (2018), existem basicamente três orientações sexuais preponderantes: pelo mesmo sexo/gênero (homossexualidade), pelo sexo/gênero oposto (heterossexualidade) ou pelos dois sexos/gêneros (bissexualidade). Estudos comportamentais de 1948, como os realizados em *Sexual Behavior in the Human Male*<sup>8</sup>, demonstram que as características da orientação sexual variam de pessoa a pessoa. Assim, podem existir outras orientações sexuais além das três preponderantes mencionadas acima.

A concepção binária dos sexos e gêneros configura-se como um processo de tirania, impondo um destino inexorável; uma determinação compulsória da sexualidade. É o que, de forma simplificada, chamamos de concepção heteronormativa<sup>9</sup>. Nessa concepção não existe abertura para a diversidade sexual.

Quer seja um mal ou um bem, a diversidade, assim como o multiculturalismo, é um desdobramento do processo de globalização e está em toda parte, afetando cada setor da sociedade moderna. A diversidade traz cada vez mais desafios, afinal a multiplicação de possibilidades e de novos modos de ser e de fazer as coisas traz o novo, o diferente. A diversidade sexual, por sua vez, pode ser entendida como o novo paradigma da cultura sexual contemporânea. Segundo, Milskolci (2017), lidar com as diferenças e com as divergências é um processo democrático, mas exige enfrentar as assimetrias e hierarquias das relações sociais. O reconhecimento das diferenças é fundamental para se questionar as desigualdades, o que pode criar conflito. Porém, esse mesmo conflito vai propiciar consenso na necessidade de mudanças nas relações de poder, pelas quais muitos foram historicamente subalternizados.

No contexto da diversidade sexual contesta-se a ideia de que as pessoas se dividam apenas em heterossexuais e homossexuais. Para dizer da complexidade em torno das concepções binárias, podemos afirmar que esse outro binarismo se apresenta como desafio a ser superado: o hétero-homo. É importante lembrar quão grande se encontra o espectro daqueles que não se enquadram no modelo heteronormativo, assim como em nenhuma das letras do que o movimento social

---

8 KINSEY, A. C; POMEROY, W. B; MARTIN, C. E. *Sexual Behavior in the Human Male*. Philadelphia; London: W. B. Saunders Co., 1948.

9 A heteronormatividade seria a ordem sexual do presente, na qual todos são criados para ser heterossexual – mesmo que não venham a se relacionar com pessoas do sexo oposto – para que adote o modelo da heterossexualidade em sua vida (MISKOLCI, 2017, p. 15).

chama de LGBT - lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (MISKOLCI, 2017).

A realidade social contemporânea nos convida a perceber o caráter plural das identidades e das relações afetivas e sexuais e nos permite reconhecer que existe uma diversidade sexual mesmo no âmbito da heterossexualidade. Poderíamos dizer que existem diferentes heterossexualidades. Segundo Miskolci (2017, p. 29), “as heterossexualidades atuais são muito mais próximas da diversidade sexual, das diferenças e podem até constituir o que os gringos chamam de *hetero-queer*”.

Segundo o Censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a família tradicional burguesa – composta por um homem (pai), uma mulher (mãe) e filhos – deixa de ser maioria, indicando também uma diversidade na composição das famílias. As novas configurações de família se apresentam hoje como monoparentais, pluriparentais, socioafetivas, homoafetivas, dentre outras (DIAS, 2010).

O tema da diversidade em geral está ligado às diferenças e parece reforçar o lugar das “minorias”, daqueles que estão à margem, pois são muito diferentes do padrão/da norma e isso os coloca numa posição subalterna. Por isso fica clara a necessidade de um avanço nas políticas públicas voltadas para a diversidade. Na visão de Miskolci,

As demandas sociais são de reconhecimento da diferença, mas o filtro político as traduz na linguagem da tolerância da diversidade. Tolerar é muito diferente de reconhecer o Outro, de valorizá-lo em sua especificidade, e conviver com a diversidade também não quer dizer aceita-la. Em termos teóricos, diversidade é uma noção derivada de uma concepção muito problemática, estática, de cultura. É uma concepção de cultura muito fraca, na qual se pensa: há pessoas que destoam da média e devemos tolerá-las, mas cada um se mantém no seu quadrado e a cultura dominante permanece intocada por esse Outro (MISKOLCI, 2017, p. 51).

Apesar das questões em torno da pluralidade, do multiculturalismo e das diversidades - inclusive a diversidade sexual - serem tratados como complexidades das sociedades modernas, essa foi uma realidade para muitas culturas antigas. A homossexualidade, por exemplo, existe há séculos e nem sempre foi vista como algo divergente, anormal (diferente da norma) ou antinatural.

### 1.3 A homossexualidade na história

A homossexualidade, denominação mais comum para o quê os estudos atualmente apontam como sendo uma das formas de se viver a diversidade sexual, parece estar presente desde que a humanidade existe. Há muitos registros, dos quais alguns serão apresentados ao longo do texto, indicando que as práticas homossexuais são naturais para várias culturas e civilizações desde a pré-história, Grécia Antiga (3000 a 1400 a.C), China (1122 a 156 a.C.), Mesopotâmia (1700 a.C), Roma (meados de 69 a. C), dentre outras. (REIS, 2018)

Contar a história da homossexualidade é discorrer a respeito da trajetória conceitual do tema. No presente trabalho optou-se pelo termo “homossexualidade” por ser um dos mais frequentes ao longo da história, sobretudo nos estudos e publicações no âmbito da Igreja Católica, também objeto desta pesquisa.

Segundo Gallagher (1990), a primeira dificuldade em tratar da homossexualidade decorre da visão conceitual. O autor indica a diversidade de termos utilizados para abordar as questões relativas aos relacionamentos amorosos e sexuais que fogem do padrão binário e heteronormativo. Dependendo da abordagem e da época, podemos encontrar uma pluralidade de termos tais como “homossexual”, “homossexualismo”, “homossexualidade”, “homoerotismo” ou “homoafetividade”, por exemplo.

De acordo com Gallagher (1990), o termo “homossexual” significa mesmo sexo, podendo ser atribuído tanto à pessoa quanto ao relacionamento entre pessoas do mesmo sexo. De acordo com Rodrigues (2004), o termo foi criado em 1848, período no qual as investigações científicas sobre o tema tiveram início pelo psicólogo alemão Karoly Benkert. Segundo Foucault (1988a), o homossexual como categoria nasceu em 1870, com a publicação do artigo de Carl Westphal, intitulado *As sensações sexuais contrárias*. O autor salienta que esta afirmação não quer dizer que não havia relações homossexuais antes disso.

Segundo Trevisan (2002), a expressão “homossexualismo” só teria sido criada em 1869 pelo médico austro-húngaro Karl Kertbeny. O termo alterou a ideia que se tinha das pessoas homossexuais, instaurando um conceito patológico sobre elas, devido a um dos significados do sufixo “ismo”. “A criação de uma palavra corresponde, nesse caso, à criação de uma essência, de uma doença psíquica e de um mal social” (BADINTER, 1992, p. 102). A ideia foi reforçada por diversas

concepções conservadoras, a maioria de origem religiosa, nas quais a homossexualidade foi considerada doença, transtorno mental, desvio psicológico, crime, pecado mortal, dentre outras. Muitas instituições religiosas e governamentais colaboraram para essa “patologização” da homossexualidade. Conforme Santos (2010, p. 01),

Em 1886, o sexólogo Richard Von Krafft-Ebing listou a homossexualidade e outros 200 estudos de casos de práticas sexuais em sua obra *Psychopathia Sexualis*. Krafft-Ebing propôs que a homossexualidade era causada por uma "inversão congênita" que ocorria durante o nascimento ou era adquirida pelo indivíduo. Em 1952, a Associação Americana de Psiquiatria publicou, em seu primeiro *Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtorno Mentais*, que a homossexualidade era uma desordem [...] a Organização Mundial de Saúde incluiu o homossexualismo na classificação internacional de doenças de 1977 (CID) como uma doença mental.

Até mesmo os ativistas dos movimentos em prol dos direitos dos homossexuais entraram nessa onda, rechaçando o termo “homossexualismo”, sobretudo a partir das declarações de algumas importantes instituições<sup>10</sup> que retiram a homossexualidade do rol das doenças. Porém, muitos autores criticam essa postura como radical e infundada, afinal, os significados dos vocábulos com o sufixo “ismo” são muito diversificados. Segundo Houaiss (2007), a produção desses vocábulos chega a trinta mil no século XIX. Uma das primeiras utilizações do sufixo foi também pela medicina, tendo como exemplo algumas palavras que designam patologias, tais como *alcoolismo*, *ergotismo*, *absintismo*, *hidrargirismo* e *iodismo*. Mas com o tempo surgiram muitas outras palavras com o mesmo sufixo, porém com diversos outros significados, para designar movimentos sociais, ideológicos, políticos, opinativos, religiosos, personativos, dentre muitos outros. Portanto, o termo “homossexualismo” poderia ser usado sem prejuízo de diminuir ou discriminar as pessoas que aí se encaixam ou mesmo para a legitimidade da luta dos movimentos homossexuais por seus direitos.

A homossexualidade pode ser definida como “uma predominante, continuada e exclusiva atração psicosexual por membros do mesmo sexo” (MACMILLAN, 1978, p. 667 *apud* GALLAGHER, 1990, p. 13). Segundo Molina (2011, p. 952),

---

10 Associação Americana de Psiquiatria (1973), Associação Americana de Psicologia (1975), Conselho Federal de Psicologia – Brasil (1985), Organização Mundial de Saúde (1990).

O termo homossexualidade foi utilizado pela primeira vez pelo médico húngaro Karoly Maria Benkert em 1869. Segundo Jeffrey Weeks (1999), a afirmação do termo heterossexualidade foi possível devido à necessidade de definição da homossexualidade, desta forma, passando a assumir uma descrição médico-moral no século XIX, empreendida, pelo alemão Kraft-Ebing, como forma de especificar as identidades sexuais justamente no que se referia a seus tipos e formas.

Quando os autores se referem às relações entre pessoas do mesmo sexo na época da Grécia Antiga, preferem adotar do termo “homoerotismo” pois, além de ainda não existir o termo “homossexualidade” ou “homossexual”, a cultura e os valores eram outros. Os chamados relacionamentos homoeróticos estavam bem estruturados na sociedade, com práticas comuns e saudáveis, sobretudo entre homens. O foco dessas relações estava no princípio do amor, do cuidado, do aprendizado e da inserção dos homens mais novos à maturidade social. (DOVER, 2007)

Já o termo “homoafetividade” é mais recente e ganha espaço no contexto da evolução da família no direito brasileiro. O termo surge em diversos artigos de juristas ligados ao direito da família. Destacam-se aqui as obras *União homossexual: o preconceito e a justiça* de Maria Berenice Dias e o *Manual da homoafetividade*, de Paulo Roberto Lotti Vecchiatti. A inclusão do “afeto” como justificativa para a legitimidade da união de pessoas do mesmo sexo foi necessária para o alcance desse novo direito, afinal a afetividade parecia ser entendida como algo positivo em todas as famílias. Surge, então, a família homoafetiva (COSTA; NARDI, 2015). De acordo com Vecchiatti (2013, p. 53),

A referida terminologia foi criada para justificar a inclusão das uniões entre pessoas do mesmo sexo no âmbito de proteção dos regimes jurídicos da união estável e do casamento civil, e com o intuito de se destacar que as uniões entre pessoas do mesmo sexo são pautadas no mesmo afeto romântico que justifica as uniões entre pessoas de sexo opostos. Isso foi feito por conta do preconceito social que afirmava que as uniões pessoas do mesmo sexo seriam motivadas por mera luxúria ou puro desejo erótico e não pelo sentimento de amor sublime que une duas pessoas de sexo oposto.

Após essa breve familiarização com a terminologia e a contextualização de algumas importantes palavras presentes neste trabalho, dá-se continuidade ao breve relato histórico da homossexualidade. Lembrando que o termo preferencial para utilização aqui será o termo “homossexualidade”. Os demais estarão presentes quando for necessário contextualizar ou ainda quando forem transcritos de uma citação de outro autor.

Segundo Cappellano (2004) na pré-história da humanidade não existia nenhum código de conduta moral sexual nem muita consciência da função sexual e reprodutiva entre homens e mulheres. Existem indícios, por meio de pinturas em cavernas, de que já havia relação bissexual entre os primitivos. O autor aponta alguns registros significativos: No ano 5.000 a.C. surge no Oriente Médio a escrita e, com ela, as leis e os códigos de conduta com algumas referências ao comportamento sexual; 500 anos antes da era de Abraão egípcios praticavam a homossexualidade com naturalidade, inclusive ela aparece entre os deuses *Horus* e *Seth*, por exemplo; algumas práticas cirúrgicas das genitálias ora rechaçam, ora valorizam as práticas homossexuais.

Entre os judeus aparece a circuncisão como um ritual de sacralização, de aliança com Deus – muitos dos circuncidados exerciam função de honra, mesmo sendo homossexuais; os hindus tinham a castração como um ritual que conferia poderes mágicos – os grupos de homens separados (castas) tinham liberdade para usar roupas femininas e se relacionar com outros homens; os gregos, na Antiguidade Clássica, tinham uma visão natural da homossexualidade: em Creta era muito comum o ritual de iniciação entre os homens como passagem da infância para a maturidade adulta; em Atenas, as relações heterossexuais eram valorizadas para a procriação mas, para o prazer, as relações homossexuais eram valorizadas e incentivadas; em Esparta, as relações homossexuais eram vistas com naturalidade entre os companheiros do exército para favorecer vínculos afetivos e de companheirismo (CAPPELLANO, 2004).

Sartec, falando sobre o período da Antiguidade Clássica, afirma que:

Na realidade, as coisas acontecem como se cada indivíduo masculino adulto possuísse uma vida sexual dupla: uma vida privada, orientada para as mulheres, que permanece discreta e jamais merece ser mencionada; e uma vida pública, orientada para os belos rapazes e objeto de todas as atenções e todos os comentários. Salvo exceções, somente esta vida amorosa confere a seus protagonistas prestígio social e reputação brilhante (SARTEC, 1992, p. 49).

No mesmo período, na Mesopotâmia, ao contrário do que acontecia em Israel, parece que havia bastante liberdade para a expressão da homossexualidade, ainda que pela via da prostituição:

Tal situação explica que, ao lado do amor “sujeito” às necessidades sociais, tivesse havido lugar para o que chamei de amor “livre”, praticado por cada um para o seu próprio prazer. (...) Em função dos gostos e das maneiras de ver do tempo e do país, segundo as quais o amor não era necessariamente heterossexual, esses empregados do amor “livre” eram profissionais de ambos os sexos (BOTTÉRO, 1992, p. 19).

A homossexualidade entre mulheres aparece com naturalidade na ilha de Lesbos – lugar onde a poetisa Saffo se instalou com sua corte (composta somente de mulheres). Daí a origem do termo “lésbica”. (CAPPELLANO, 2004)

O volume de registros a respeito da homossexualidade entre homens parece ser maior e mais detalhado. Segundo Andrade (2017) não existe muita precisão nos relatos das relações homoeróticas envolvendo mulheres. Pelo fato de as mulheres terem um histórico de menos valorização na sociedade, a visão da atividade sexual delas está muito pouco relatada pelos autores da época. Por outro lado, relatos e estudos dos relacionamentos homoeróticos entre homens na Grécia Antiga representam um marco na história da homossexualidade. Muitos autores da antiguidade clássica exploraram o tema, tais como Heródoto, Ateneu, Xenofonte e Platão.

É importante lembrar que o termo “homossexual” surgiu somente no século XIX. Os gregos viviam em uma cultura diversa, na qual o significado desses relacionamentos estava muito mais próximo do significado da palavra “eros” – pois concebiam o conceito do Amor relacionado ao mais antigo dos deuses (deus Eros) e que mais traziam benefícios aos homens. Por isso o termo “homoerótico(a)” é o mais adequado para falar destes relacionamentos entre pessoas do mesmo sexo.

De acordo com Dover (2007), a relação homoerótica mais comum entre homens na Grécia Antiga era a *paiderastia* – pederastia (amor de/por garotos). Tratava-se da relação homoerótica entre um homem mais velho (chamado *erastes*) e um mais novo, geralmente adolescente (chamado *eromenos*). Normalmente o homem aos 12 anos tornava-se um parceiro passivo de um homem adulto até por volta dos seus 18 anos – com seu consentimento e aprovação da família. Entre os 25 e 30 anos tornava-se um *erastes*, normalmente assumindo o papel de ativo e com a função de proteger, amar e agir como exemplo para o seu amado (*eromenos*).

Conforme Halperin, Winkler e Zeitlin (1990), o *eromenos* respeitava e honrava o *erastes*, mas não devia desejá-lo sexualmente. O fato de eles (*eromenos*) serem penetrados sexualmente não era motivo de vergonha, pois os protocolos da sociedade grega os protegiam. Nas sociedades guerreiras de Esparta, quando os jovens se envolviam em apuros, eram os *erastes* que se responsabilizavam por eles, e também eram eles (*erastes*) os procurados pelas autoridades, em vez dos pais. Era costume entre os guerreiros de Esparta, entre os 18 e 25 anos, manter um

adolescente como companhia, copulando com eles entre as coxas, pois não havia mulher entre eles no serviço militar. Com o fim do período militar o jovem era presenteado com armas, escudos e lanças, sendo dispensados depois para assumirem uma vida heterossexual e se casarem. Assim a maioria dos jovens gregos passava por uma vida homossexual para depois assumirem um papel heterossexual na sociedade. Para Dover,

[...] a cultura grega diferia da nossa em sua aceitação da alternância de preferência homossexuais ou heterossexuais num mesmo indivíduo, e sua negativa implícita de que esta alternância ou coexistência criasse problemas específicos para o indivíduo ou para a sociedade (DOVER, 2007, p. 13).

Além das práticas pedagógicas ligadas à pederastia, as práticas do serviço militar exerciam um papel importante no desenvolvimento socioeducacional dos cidadãos gregos. Neste sentido, afirma Vecchiatti (2008, p. 44):

Já na cidade-estado de Esparta, cuja sociedade dava mais ênfase ao desenvolvimento militar do que ao cultural, a visão do amor entre homens tinha um enfoque um pouco diferenciado. Era ela estimulada dentro do exército espartano, para torná-lo ainda mais eficiente. Isso se explica por um simples fato: com a existência constante de relacionamentos homoafetivos dentro do exército, quando este ia para a guerra, o soldado estaria lutando não apenas por sua cidade-estado, mas igualmente para proteger a vida de seu amado, o que, obviamente, aumentaria o grau de dedicação do combatente.

De acordo com Dover (2007), o jovem que participava deste processo socioeducacional se tornava um cidadão grego por completo, porém não existem estudos suficientes para afirmar se essa prática era difundida em todas as classes sociais ou se estava reservada apenas à aristocracia.

Os gregos não conheciam os substantivos correspondentes a homossexuais ou heterossexuais, mas simplesmente concebiam que todos os indivíduos respondem a estímulos homo e heterossexuais em momentos diferentes da vida. Eles não distinguem entre desejos e comportamentos sexuais com base no gênero e nos seus participantes, apenas se importando com as normas sociais da sua época, baseadas no gênero, idade e status social (DOVER, 2007).

A sociedade da Grécia antiga não foi a única no passado a considerar as práticas homossexuais como algo natural em sua cultura. Outras sociedades e religiões seguiram tratando o assunto sem preconceito ou rejeição. Do século III ao XIII, ou seja, por mil anos, em que, na China, se fortaleceram o confucionismo, o taoísmo e o budismo, a homossexualidade não era motivo de censura. No universo cultural romano, numa longa fase da história, que vai do séc. I ao V, as relações

entre os sexos tenderam a ser mais harmônicas e mais democráticas. Nessa época, Roma era o centro do mundo, num império que abrangia desde o atual Marrocos à Palestina e desta até Portugal e as ilhas Britânicas. Nesse imenso império reinava a diversidade de povos, raças e culturas e a norma era o cosmopolitismo e a tolerância (CAPPELLANO, 2012).

Roma não esperou a helenização para mostrar indulgência em relação a uma certa forma de amor masculino. O monumento mais antigo que se conservou das letras latinas, o teatro de Plauto, imediatamente anterior à gregomania, está repleto de alusões homófilas de um sabor bastante nativo. No calendário do Estado romano chamado os Fastos de Preneste, o dia 25 de abril é a festa dos prostitutos masculinos, que segue-se imediatamente à festa das cortesãs, e Plauto fala-nos desses prostitutos que esperavam os clientes na Rua da Toscana (VEYNE, 1992, p. 62).

Segundo Cappellano (2004, p. 17), “enquanto subsistiu a ordem e a “pax” romana o sexo gozou de relativa liberdade, sendo regulado apenas pelos princípios éticos e morais dos romanos”. Princípios estes que não viam as relações diversas do padrão heteronormativo com preconceitos nem como algo antinatural.

Artemídeos distingue as “relações conforme a norma” (são suas palavras): com a esposa, com uma amante, com “o escravo, homem ou mulher”(…) e aquelas que são contrárias à natureza: o bestialismo, a necrofilia e as uniões com as divindades. [...]um pederasta não era um monstro, era simplesmente um libertino, movido pelo instinto universal do prazer. O horror sagrado ao pederasta não existia (VEYNE, 1992, p. 61).

Com a chegada da Idade Média (476-1453), os “anos dourados” da liberdade e da igualdade romana chegavam ao fim, emergindo no ocidente uma era de obscurantismo sem precedentes. Essa era, que já foi chamada de “idade das trevas”, “noite dos mil anos” ou até “os mil anos que a humanidade passou sem tomar banho”, levou muitos que pensavam diferentemente do que pregava a Igreja para as fogueiras da Inquisição. Nesse contexto, o sexo foi confinado à função de garantir a procriação, todas as formas de prazer sexual foram condenadas como sendo pecaminosas e o corpo foi considerado como a sede de todos os males (CAPPELLANO, 2004).

A fusão do judaísmo com o estoicismo grego e principalmente o advento das pregações cristãs são os principais responsáveis pela mudança do panorama. Segundo Johan (2017, p. 1), autor da *Revista Lado A*<sup>11</sup>,

---

11 A *Revista Lado A* é a mais antiga revista impressa voltada ao público LGBT do Brasil, foi fundada em Curitiba, em 2005, pelo jornalista Allan Johan e ganhou diversos prêmios.

Durante a Idade Média o mundo mergulhou na ignorância. A vontade de Deus era o argumento para todas as ações, inclusive em situações cruéis. A ascensão do Cristianismo em Roma reverteu os valores da época, caçou hereges e perseguiu os diferentes. O papa passou a ter um poder divino sobre a terra, dividindo com os imperadores e o governo das nações, influenciando como nunca o futuro da humanidade. O conhecimento ficou restrito aos nobres e clérigos. Através do saber manipulou-se os interesses dos homens, a escravidão religiosa gerou uma igreja próspera e de violência generalizada.

Com as pregações oriundas dos apóstolos - muitos deles judeus convertidos - e mediante a força do império romano, que assumiu o Cristianismo como religião oficial, crescem as censuras e as leis de repressão à homossexualidade. Paulo foi um dos principais apóstolos a condenar a homossexualidade em suas pregações de forma mais contundente. No século VII os muçulmanos que invadem a Europa disseminam seus valores, equivalentes aos do judaísmo, que condenam a homossexualidade e a punem com a morte. Na corte de Carlos Magno (séc. VIII), por meio dos ensinamentos e pregações de São Bonifácio, a atividade homossexual é ressaltada como estéril e, por isso, condenada por Deus: a prática sexual fica praticamente permitida somente para a reprodução. No Concílio de Latrão (1179) surge a Lei do Celibato, que ordenava que os padres homossexuais perdessem sua condição clerical e fossem confinados em mosteiros, vitaliciamente, enquanto os leigos homossexuais seriam excomungados (CAPPELLANO, 2004).

Os casos de homossexualidade, que sempre estiveram presentes na história das religiões não serão mais tratados como normalidade. Segundo Johan (2007), alguns papas homossexuais foram expulsos por causa de orgias sexuais. Sabe-se do caso de João XXII, que chegou a ser expulso por esse motivo e teve um fim trágico, sendo assassinado a pauladas, em 964, aos 24 anos, por seu esposo, ao ser flagrado por traição.

A violência, a intolerância e o ódio foram disseminados. Exageros nas punições e normas cada vez mais rígidas surgiam como tentativa de banir os pecados da sodomia e das relações homoeróticas. Alguns desses exemplos nos são relatados por Johan (2007, p. 2):

Em 1123, foi declarada a nulidade de casamentos de padres. Mulheres, animais fêmeas, adolescentes belos e até instrumentos musicais foram proibidos nos mosteiros, a fim de diminuir a tentação aos religiosos. Cantos que misturavam tons muito agudos foram retirados com o pretexto de serem homoeróticos. A pureza da alma agora dependia do sexo e do desejo.

Instituída pelo Papa Gregório em 1231, a Inquisição – Tribunal do Santo Ofício - foi a responsável pela perseguição àqueles que contrariavam as “leis divinas” da época. Hereges, sodomitas e todos que se comportassem contra as normas e valores cristãos eram perseguidos, julgados e condenados, inclusive com a morte. Em Estrasburgo, na Europa, apenas no primeiro ano da Inquisição, mais de 80 homens, mulheres e crianças foram queimados, além de muitos outros atos violentos de punição, extorsões e torturas. No Brasil, os homossexuais foram tão perseguidos que ainda no século XVII foram registradas mais de 4 mil denúncias de sodomia, das quais pelo menos 30 foram condenadas à fogueira. Apesar do contexto da perseguição ser o mesmo da Europa, muitos fidalgos portugueses fugiram para a colônia na esperança de se livrarem da Inquisição (JOHAN, 2007).

Muitos exemplos da crueldade da Inquisição podem ser encontrados nos relatos históricos. A homossexualidade não foi o único motivo, porém está ligada a muitos dos casos de condenação e morte. Uma condenação quase sempre envolvia mais de um “crime” ou “pecado” contra a “lei divina”. Segundo Cappellano (2004, p. 19):

Uma das pessoas que arderam nas labaredas do Santo ofício foi Joana D’Arc, ironicamente canonizada pela Igreja Católica no século XX. Um dos motivos de sua condenação foi o fato de usar roupas masculinas e cabelos curtos, talvez um índice exterior de sua orientação sexual: Para transformar a pena de morte em prisão perpétua, assinou uma abjuração em que prometia, entre outras coisas, não mais vestir roupas masculinas, como forma de demonstrar sua subordinação à igreja. Dias depois, por vontade própria ou por imposição dos carcereiros ingleses, voltou a envergar roupas masculinas. Condenada à fogueira por heresia, foi supliciada publicamente na praça do Mercado Vermelho, em Rouen, em 30 de maio de 1431.

Já no fim da Idade Média, quando o Brasil foi descoberto e colonizado, os europeus encontraram entre os indígenas um cenário de práticas homossexuais. Segundo Trevisan (2004), ocorreu um choque de culturas, pois os nativos tinham códigos sexuais que em nada se assemelhavam ao puritanismo ocidental da época. Os silvícolas brasileiros viviam num verdadeiro pansexualismo, o que levou o historiador Abelardo Romero à indignação, quando os apelidou de “devassos no paraíso”.

Mas entre os costumes devassos dos habitantes desse paraíso tropical, nada chocava mais os cristãos da época do que a prática do “pecado nefando” “sodomia” ou “sujidade” - nomes então dados à relação homossexual que, segundo o pesquisador Abelardo Romero, “grassava há séculos, entre os brasis, como uma doença contagiosa”. Em 1843, Von Martius observava que os descobridores do Brasil ficaram pasmos ante a rudeza dos autóctones “maculados pelo *peccatum nefandum* e pela

antropofagia”, até quase duvidarem de que se tratava de seres humanos. Tal horror era compreensível: para os europeus – católicos ou reformados – a sodomia inscrevia-se entre os quatro *clamantia peccata* (“pecados que clamam ao céu”) da Teologia Medieval. O padre Manoel de Nóbrega foi provavelmente o primeiro visitante a notar esse costume no Brasil quando, em 1549, comentou que muitos colonos tinham índios por mulheres, “segundo o costume da terra”. Em 1587, o português Gabriel Soares de Souza verificava que os tupinambás “são mui afeiçoados ao pecado nefando, entre os quais não se tem por afronta; e o que serve de macho se tem por valente, e contam esta bestialidade por proeza; e nas suas aldeias pelo sertão há alguns que têm tenda pública a quantos os querem como mulheres públicas” (TREVISAN, 2004, p. 65).

Obviamente que o dito puritanismo dos cristãos europeus não era vivenciado nem mesmo por eles. Uma postura hipócrita e preconceituosa que levou à perseguição e morte muitos dos nativos.

Conforme Cappellano (2004), nem mesmo com o surgimento da Reforma Religiosa e das Igrejas Protestantes houve o arrefecimento da caça aos que praticavam a sodomia<sup>12</sup>; pelo contrário. As igrejas reformadas terão posturas mais radicais do que o catolicismo em relação aos “perversos” e envolvidos no “pecado contra a natureza”. Este cenário se deve muito à postura tolerante de alguns papas, durante o Renascimento Cultural e ao Maneirismo – com a ideologia de alguns artistas como Leonardo da Vinci, Michelangelo, Buonarrotti e Caravaggio - identificando a corte dos papas, no imaginário dos reformadores como Lutero e Calvino, ao “vício grego”. Nesse contexto, a Igreja Católica parece dar sinais de menos intolerância frente às mudanças históricas e culturais. Segundo o mesmo autor:

A situação sofrerá ligeira transição a partir do Iluminismo, quando o discurso religioso foi sendo substituído pelo discurso médico e quando a religião cedeu o seu posto à ciência. Neste momento o homossexual, de ambos os sexos, deixou de ser visto como um pecador para passar a ser visto como um doente mental, que precisava ser tratado, ou então isolado em instituições psiquiátricas. A perseguição, alicerçada pelo preconceito e o medo ao diferente, continuará a existir (CAPPELLANO, 2004, p. 22).

Somente em 1821 a Inquisição é extinta no Brasil, colocando fim na pena de morte contra os hereges, sodomitas e todos aqueles que contrariavam as leis divinas, segundo a Teologia Moral da época. Com o Concílio Vaticano I (1870) surge a primeira abertura da Igreja Católica em relação aos desobedientes da lei de Deus, a partir do qual as leis canônicas amenizam suas penalidades para com os

---

12 Segundo Aguiar (1930), “sodomia” é a penetração e ejaculação dentro do ânus - considerada um dos pecados mais graves, com punição até mesmo de morte pelo Santo Ofício, que condenou muitas pessoas em Portugal e no Brasil.

homossexuais. Cem anos depois, com o Concílio Vaticano II (1961), orientação oficial da Igreja Católica reforça o padrão da heteronormatividade. O discurso de toda a moral sexual católica em defesa da família aponta que esta seria constituída pela relação homem x mulher. A homossexualidade ou qualquer outra prática sexual fora deste padrão seguem sendo considerados como um desvio, um pecado e até mesmo uma doença (CAPPELLANO, 2004).

A partir do século XIX, a sociedade começa a se desvencilhar do domínio político e religioso, experimentando um pouco mais de “liberdade”. Afinal, ninguém mais pagaria com a pena de morte por ter uma vida de desobediência para com as leis divinas. Porém, permaneceram o preconceito, a exclusão, a vergonha e todo tipo de ofensas. Em função disso, todos os relacionamentos homoeróticos continuaram a acontecer às escondidas. O descontentamento entre as pessoas homossexuais foi crescendo até o ponto de se iniciar um processo de luta em prol da garantia de direitos iguais. Essas pessoas começaram a ter consciência de que sua condição e/ou orientação sexual não representava uma anormalidade diante da sociedade, ou seja, a mácula da doença e do pecado na homossexualidade não era mais uma concepção hegemônica (CAPPELLANO, 2004).

As lutas sociais acerca das desigualdades tiveram início no século XIX. Segundo Cappellano (2004), o reconhecimento da diversidade sexual ou de gênero teve como embrião o feminismo. O primeiro movimento organizado que chamou atenção para a desigualdade entre os sexos aconteceu no dia 8 de março de 1857, em Nova Iorque, Estados Unidos, e parece ter sido o primeiro registro de um movimento de luta pela igualdade no trabalho das mulheres.

Quando o tema da homossexualidade ingressou nas pesquisas científicas, nas reflexões de pensadores e nos diversos escritos publicados, muita coisa mudou. Novas descobertas foram feitas e a homossexualidade seguia sendo analisada e interpretada como algo cada vez menos “anormal”. Somente no século XX começam a surgir descobertas mais consistentes que resultariam em algumas importantes conquistas diante dos órgãos especializados e do poder público. Os Estados Unidos foram um dos pioneiros neste sentido mas, infelizmente, ainda hoje existem países que adotam políticas radicalmente contra a homossexualidade (SANTOS, 2010).

Ainda segundo Santos (2010), durante o processo de luta pela igualdade de gênero, grupos e comunidades de homossexuais começaram a se organizar e, com eles, muitas reflexões e denominações para identificar as pessoas que não se

sentiam pertencentes ao padrão binário heterossexual. Nos anos 1970 e 1980 muitos movimentos homossexuais surgiram, mas a maioria desapareceu rapidamente, pois parecia não ter uma unidade, o que enfraqueceu a luta. No final da década de 1980 e nos anos da década de 1990, quando da abertura política para com os *gays*, alguns destes movimentos, grupos e comunidades começaram a ser identificados por algumas nomenclaturas e siglas. A sigla LGBT<sup>13</sup> (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros) já vinha sendo usada nos Estados Unidos desde a década de 1980 para promover a diversidade das culturas baseadas em identidades sexuais e de gênero. Com o processo da globalização, aos poucos a sigla se espalha pelo mundo e o movimento ganha unidade e força.

Segundo Facchini (2009), a partir dos anos 1990 cresce a preocupação com as questões sobre sexualidade com a ação de diversos atores políticos e outros segmentos da população em âmbito nacional e internacional. A luta dos movimentos homossexuais começa a ganhar peso juntamente com outros recortes populacionais como a juventude, os negros e as mulheres, sob a luz de reconhecimento de direitos humanos e de questões de saúde pública. A epidemia do HIV/Aids teve grande impacto no processo de retomada, gerando uma nova e significativa demanda de reflexões, estudos e de ações políticas. No Brasil não foi diferente, os movimentos e iniciativas em prol das questões de desigualdade de gênero tiveram mais força a partir desse momento.

Assim, até 1993, o movimento aparece descrito predominantemente como MHB (movimento homossexual brasileiro); depois de 1993, como MGL (movimento de gays e lésbicas); após 1995, aparece primeiramente como um movimento GLT (gays, lésbicas e travestis) e, posteriormente, a partir de 1999, figura também como um movimento GLBT – de gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros, passando pelas variantes GLTB ou LGBT, a partir de hierarquizações e estratégias de visibilização dos segmentos. Em 2005, o XII Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Transgêneros aprova o uso de GLBT, incluindo oficialmente o “B” de bissexuais à sigla utilizada pelo movimento e convencionando que o “T” refere-se a travestis, transexuais e transgêneros. Em 2008, nova mudança ocorre a partir da Conferência Nacional GLBT: não sem alguma polêmica, aprova-se o uso da sigla LGBT para a denominação do movimento, o que se justificaria pela necessidade de aumentar a visibilidade do segmento de lésbicas (FACCHINI, 2009, p. 140).

---

13 Apesar das recentes e controversas atualizações da sigla LGBT, já com uma proposta que chega a 12 caracteres, optou-se nesta dissertação pelo termo LGBT. Em outro momento do texto as variações desta sigla podem aparecer, de acordo com a referência que se fizer a outros textos. Este formato é uma forma de simplificar e deseja que todas as pessoas que se sentem fora do modelo binário, heteronormativo se sintam representadas, mesmo não se enquadrando literalmente como L, G, B ou T, mas que possuem identidades com outras variantes.

No âmbito da produção do conhecimento, da pesquisa e dos estudos sobre a luta LGBT pelos seus direitos civis e reconhecimento, sociólogos e antropólogos inauguram os chamados “Estudos gays e lésbicos”. A sigla GLS (gays, lésbicas e simpatizantes), criada em 1994, foi frequentemente usada no Brasil para definir grupos, espaços, produtos, serviços e locais destinados ao público homossexual. Nesse processo surgem novas demandas por reconhecimento e a sigla LGBT começa a ser questionada, no sentido de não representar outras identidades sexuais e de gênero. Em seguida, multiplicam-se as siglas, surgindo outras como GLBT, LGBTTT, LGBTI, LGBTIQ e LGBTIQ+. Adota-se então uma nova perspectiva, levando o tema da homossexualidade a ser tratado como diversidade sexual, no qual se apresentam as expressões “orientação sexual” e “identidade de gênero” (MUSSKOPF, 2013, p. 164)

Em termos de avanços políticos algumas conferências e documentos se destacam no Brasil e no mundo. Destaca-se aqui a importância da Conferência Internacional de População e Desenvolvimento, realizada no Cairo em 1994, e da IV Conferência Mundial sobre a Mulher, em Pequim, em 1995, fundamentais para a consolidação de uma terminologia relacionada aos “direitos sexuais”. As primeiras políticas públicas brasileiras com foco nos homossexuais surgem no combate à epidemia do HIV/Aids no início dos anos 1990.

No Brasil, o primeiro documento oficial que reconhece publicamente os homossexuais no campo da promoção dos direitos humanos é o Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH), elaborado em 1996. Com a criação do Conselho Nacional de Combate à Discriminação (CNCD), em 2001, e a elaboração do PNDH II, em 2002, são incluídas algumas ações direcionadas à comunidade LGBT.

A partir de 2003, a articulação entre LGBT e direitos humanos ganha novo impulso com a criação da Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH), que passa a ter status de ministério e incorpora o CNCD como instância de participação e controle social. Nessa mesma época, dá-se a designação de um grupo de trabalho para elaborar um plano de combate à homofobia, gerando o “Brasil Sem Homofobia – Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e de Promoção da Cidadania Homossexual” (DANILIAUSKAS, 2009).

A homofobia tem se tornado uma das lutas mais sofridas para a comunidade LGBT e para toda a sociedade. No contexto da diversidade sexual, este problema também ganhou certa diversificação em relação ao preconceito e suas

consequências, o que levou ao surgimento dos termos “LGBTfobia”, “LGBTIfobia”, dentre outros. Segundo Reis,

A LGBTIfobia pode ser definida como o medo, a aversão, ou o ódio irracional a todas as pessoas que manifestem orientação sexual ou identidade/expressão de gênero diferente dos padrões heteronormativos, mesmo pessoas que não são LGBTI+, mas são percebidas como tais. A LGBTIfobia, portanto, transcende a hostilidade e a violência contra LGBTI+ e associa-se a pensamentos e estruturas hierarquizantes relativas a padrões relacionais e identitários de gênero, a um só tempo sexistas e heteronormativos. Consiste em um problema social e político dos mais graves, mas que varia de intensidade e frequência, de sociedade para sociedade (REIS, 2018, p. 35).

Esse conceito diversificado tem sido utilizado para representar o variado leque de fenômenos e problemas sociais relacionados ao preconceito, à intolerância, à discriminação e à violência contra as pessoas LGBT. Estes fenômenos, mais comuns em relação aos gays (homofobia), lésbicas (lesbofobia), bissexuais (bifobia) e travestis e transexuais (transfobia), exigem muito mais que uma terapia ou tratamentos com antidepressivos - como no caso de outras fobias, torna-se necessária uma mudança cultural e política de punição e educação (ABGLT, 2010).

As consequências da LGBTIfobia são desastrosas e vergonhosas. O Brasil é o país que mais mata pessoas LGBTIs, segundo o pesquisador Eduardo Michels do Grupo Gay da Bahia - GGB. Só no ano de 2017 foram registradas 445 vítimas (gays, lésbicas e travestis); o que corresponde a uma morte a cada 19 horas. Em 2018, até 30/11/18 foram 372 casos fatais<sup>14</sup>. Apesar de ser uma das mais graves consequências da LGBTIfobia, essas mortes são apenas a ponta do iceberg. Além de todas as formas de discriminação disseminadas na sociedade, muitos são levados ao suicídio pela cultura do preconceito e intolerância.

A falta de políticas públicas deixa de contemplar não somente os direitos das pessoas LGBT, mas toda a comunidade; o preconceito e a discriminação atingem também os locais de trabalho, a escola, a igreja, o espaço público e as unidades de saúde (ABGLT, 2010).

Apesar dos acalorados debates e promessas políticas, continuamos sem segurança jurídica de fato, ameaçados constantemente com projetos de lei retrógrados e vedação de leis que tragam igualdade às pessoas LGBTI+. Por isso, cada nova iniciativa de contestação é uma conquista, uma vitória

---

14 Relatórios de 2017 e 2018 disponíveis no site: <https://homofobiamata.wordpress.com/>. Este site, que completou oito anos de existência, é um levantamento estatísticos de vítimas fatais do terror homotransfóbico no Brasil, e hospeda os Relatórios anuais do GGB – Grupo Gay da Bahia (mais antiga associação de defesa dos direitos da população LGBT no Brasil) com atualização diária, é o único e maior banco de dados sobre esta pesquisa no país.

daqueles que cansaram de viver à margem da sociedade e decidiram erguer suas vozes, que compreenderam a necessidade e urgência de seguir uma luta maior que os próprios indivíduos LGBTI+: uma luta por direitos individuais e ao mesmo tempo de toda uma coletividade marginalizada e excluída por um pensamento social conservador (REIS, 2018, p. 55).

Os estudos e as lutas em torno da questão da diversidade sexual têm apresentado uma ‘cara’ nova, com uma proposta de mudança de cultura mais profunda. A morosidade do reconhecimento e das iniciativas por parte do governo leva a uma maior organização e capacitação dos leigos no que diz respeito à construção de uma produção científica específica e de uma nova teoria com iniciativas populares de conscientização para a garantia dos direitos humanos. Todo esse esforço tem culminado no que ultimamente conhecemos como Teoria Queer.

#### 1.4 Teoria Queer

Os estudos da teoria tiveram início a partir de três dos chamados novos movimentos sociais: os movimentos pelos direitos civis da população negra dos Sul dos Estados Unidos, o movimento feminista da chamada segunda onda e o então chamado movimento homossexual. Foi o início de um entendimento no qual essas questões iam além de um uma luta privada, necessitando de uma intervenção política, pois a desigualdade não se dá apenas no plano econômico. Nesse sentido, surge também uma consciência de que o corpo, o desejo e a sexualidade têm sido objeto de relações de poder (MISKOLCI, 2017).

Originalmente a Teoria Queer se apresentava muito dispersa, pouco explorada, e esse espírito crítico em termos políticos começou a se tornar realidade graças a alguns importantes teóricos. Segundo Miskolci (2017, p. 22),

Dentre os precursores da Teoria Queer, é importante citar Guy Hocquenghem, pensador francês que, no início dos anos 1970, publicou *Le désir homosexuel* (O desejo homossexual), um livro sobre o papel do medo da homossexualidade na definição da ordem político-social do presente e alguns artigos da antropóloga feminista Gayle Rubin, em especial seu ensaio *Thinking Sex* (Pensando sobre sexo, 1984).

Esses estudos, aliados à epidemia do HIV/Aids, tiveram significativas contribuições para um avanço histórico das questões sociais e políticas acerca da sexualidade, ressaltando a importância da união do Estado aos movimentos em prol da homossexualidade.

A mudança de concepção presente na Teoria Queer atinge não somente a causa dos homossexuais, mas de todos aqueles movimentos que deram origem a ela. De maneira geral o foco deixa de ser o reconhecimento ou garantia de direitos de um determinado grupo, para uma concepção que vai exigir uma unidade no combate às desigualdades.

A luta feminista pela contracepção sob o controle das próprias mulheres, dos negros contra os saberes e práticas racializadores e dos homossexuais contra o aparato médico-legal que os classificava como perigo social e psiquiátrico tinham em comum demandas que colocavam em xeque padrões morais. Assim, em termos políticos, o queer começa a surgir nesse espírito iconoclasta de alguns membros dos movimentos sociais expresso na luta por desvincular a sexualidade da reprodução, ressaltando a importância do prazer e a ampliação das possibilidades relacionais (MISKOLCI, 2017, p. 22).

Apesar de tantas mudanças na expressão de novas formas de se viver a sexualidade, a maioria das pessoas parece viver ainda num modelo conservador e até mesmo preconceituoso de conceber a diversidade sexual. O termo “queer” expressa bem esta ideia, definindo como a maioria da sociedade considera as pessoas que assumem uma identidade diversa do padrão heterossexual. O significado do termo, uma palavra da língua inglesa, nos ajuda, neste sentido, conforme nos apresenta Louro (2016, p. 7),

Queer é tudo isso: é estranho, raro, esquisito. Queer é também o sujeito da sexualidade desviante – homossexuais, bissexuais, transexuais, travestis, *drags*. É o excêntrico que não deseja ser “integrado” e muito menos “tolerado”. Queer é um jeito de pensar e de ser que não aspira ao centro nem o quer como referência; um jeito de pensar e de ser que desafia as normas regulatórias da sociedade, que assume o desconforto da ambiguidade, do “entre lugares”, do indecível. Queer é um corpo estranho, que incomoda, perturba, provoca e fascina.

Segundo Miskolci (2017), quando traduzimos “queer”, percebemos que se trata de um tratamento pejorativo, de um xingamento, uma injúria e até mesmo um palavrão na língua inglesa. Foi a partir da chamada *Queer Nation* que a palavra começou a ser usada nesse sentido, para afrontar a nação anormal, a nação esquisita, a nação bicha.

A ideia por trás do *Queer Nation* era a de que parte da nação foi rejeitada, foi humilhada, considerada abjeta, motivo de desprezo e nojo, medo e contaminação. É assim que surge o queer, como reação a resistência a um novo movimento biopolítico instaurado pela AIDS (MISKOLCI, 2017, p. 24).

Miskolci (2017) continua sua reflexão afirmando que o foco da Teoria Queer está na crítica à heteronormatividade e à ideia do binarismo hetero-homo. A

heteronormatividade, como norma sexual que impera na sociedade, gera uma heterossexualidade compulsória como sistema que orienta e “obriga” a todos a adotarem o seu modelo, como se todos nascessem para ter a mesma identidade e orientação sexual. A Teoria Queer quer ir além desse sistema conservador da heterossexualidade compulsória. Não basta admitir que existam pessoas homossexuais: a crítica aponta para o binarismo hetero-homo e não somente para o binarismo homem-mulher/masculino-feminino, pois existe uma diversidade de sexo e de gênero que vai além de pessoas heterossexuais e homossexuais.

Alguns movimentos homossexuais acabaram assumindo e se identificando com o termo “queer” como oposição e contestação, não se importando com todo o peso de seu significado original de deboche e de humilhação. Esta oposição deseja ser uma crítica que vai além da heteronormatividade compulsória. Queer, para estes movimentos e para os estudiosos da teoria, “representa claramente a diferença que não quer ser assimilada ou tolerada, e, portanto, sua forma de ação é muito mais transgressiva e perturbadora” (LOURO, 2016, p. 39). A perspectiva da Teoria Queer é a de não aceitar a norma vigente para a vivência da sexualidade, bem como não aceitar simplesmente uma “tolerância” por parte da sociedade heteronormativa. Uma reviravolta epistemológica se faz necessária, para responder a questões mais profundas, que propicie propostas verdadeiramente justas e inclusivas. Segundo Louro (2016, p. 48),

Para ensaiar respostas a tais questões, é preciso ter em mente não apenas o alvo mais imediato e direto da teoria queer – o regime de poder-saber que, assentado na oposição heterossexualidade/ homossexualidade, dá sentido às sociedades contemporâneas -, mas também considerar as estratégias, os procedimentos e as atitudes que ela implica. A teoria queer permite pensar a ambiguidade, a multiplicidade e a fluidez das identidades sexuais e de gênero, mas, além disso, também sugere novas formas de pensar a cultura, o conhecimento, o poder e a educação.

Essa mudança é uma demanda que se faz urgente e deve ser profunda, trazendo novos paradigmas que envolvam todas as faces da sociedade. No próximo capítulo encontraremos uma abordagem a respeito da influência da cultura religiosa na sociedade – com foco na doutrina da Igreja Católica; um aspecto muito significativo para entender a postura da sociedade contemporânea diante da diversidade sexual.

## **2 IGREJA CATÓLICA E HOMOSSEXUALIDADE**

A religião faz parte da cultura dos povos e, além de atender a uma necessidade espiritual, orienta a conduta de grande parte da população, mesmo aquela não assumida como confessional. A Igreja Católica é uma dessas instituições de tradição e de peso ainda atuantes nas sociedades contemporâneas, apesar de não comungar o suficiente das mudanças advindas com a modernidade. A homossexualidade é um dos elementos que tem passado por rápidas mudanças nos últimos tempos, mas que por influência da cultura cristã católica ainda é um tema polêmico e considerado tabu na sociedade.

### **2.1 Igreja Católica: tradição, poder e conservadorismo**

A Igreja Católica se tornou uma das maiores referências religiosas dos últimos dois milênios. Sua presença tem sido significativa nas sociedades que a acolheram. Seus preceitos e ações têm valores simbólicos, mantidos por uma tradição que atua na esfera interna e externa dos grupos, fazendo com que a religião seja, ainda na modernidade,

[...] um dispositivo ideológico, prático, simbólico, pelo qual se constitui, se alimenta e se desenvolve o sentido individual e coletivo que pertença a uma linha particular de crença. Por meio da tradição de crenças, estabelece-se a identificação que opera internamente no grupo e externamente o distingue dos outros. Cria-se uma cadeia de crenças, que se organiza, se preserva e se reproduz (LIBÂNIO, 2002, p. 91).

Segundo Küng (2002), não existe outra igreja que represente o cristianismo com tanto sucesso quanto a Católica. Além de ser a mais antiga, com mais de 2000 mil anos de história e acentuada admiração pela sua organização e vitalidade, foi global antes mesmo de se falar em globalização. Obteve eficácia na esfera local por sua hierarquia, solidez de seus dogmas e tradição de culto, sem falar de sua rica contribuição cultural, que influenciou principalmente o Ocidente, mas também com repercussão na história da maioria das sociedades no mundo. Desde a sua fundação, com o cristianismo, a maioria das sociedades foram influenciadas em vários aspectos. A cultura cristã católica influenciou o calendário com suas festas tradicionais e feriados, a arquitetura e a arte com as construções, esculturas e pinturas sacras, o planejamento urbano com a concentração de povoados ao redor das igrejas e a própria nomeação dos locais e ruas com nomes de santos.

Os valores e crenças católicos desde o início exerceram poder sobre a cultura, a religião, a política e a economia. Esta influência se torna evidente quando nos lembramos da histórica aliança que se deu entre Igreja e Estado<sup>15</sup>. Ainda na contemporaneidade os efeitos desta aliança se fazem presente. O “bem comum” da sociedade, que muito depende de normas e leis, mas também das tradições e valores, ainda parece ser regido por grandes influências que vêm de um poder político-religioso, no qual uma instância tem influência sobre a outra.

O poder da Igreja Católica já não é mais uma imperatividade atrelada ao Estado, mas tem grande peso na tradição e nos valores evangélicos. O poder doutrinador das instituições religiosas, incluindo muitas escolas confessionais, está presente mesmo no seio das famílias que já não se consideram católicas. É um poder simbólico que, mesmo sem punições e condenações, não deixa de limitar a liberdade de expressão das pessoas, limitando também o avanço da sociedade como um todo. Essa posição conservadora e retrógrada da Igreja Católica em relação às demandas da modernidade é evidente e produz conflitos nas relações entre as pessoas e sociedade. Segundo Küng (2002, p.19),

Quase nenhuma das grandes instituições em nossa era democrática trata de forma tão vil críticos e pessoas de outras opiniões em suas próprias fileiras, e nenhuma discrimina tanto as mulheres – proibindo contraceptivos, o casamento de padres e a ordenação das mulheres. Nenhuma polariza tanto a sociedade e os políticos do mundo inteiro por posições rígidas em questões ligadas ao aborto, ao homossexualismo e à eutanásia, posições sempre investidas de uma aura de infalibilidade, como se fossem a vontade do próprio Deus.

Hans Küng (2002) descreve o quanto a Igreja Católica se colocou em oposição à modernidade. Durante anos na história, ela demonstrou morosidade em reconhecer os avanços científicos e seus benefícios para a sociedade. Com poucos avanços e muitos retrocessos até o período da Reforma e da Contra-Reforma mas, sobretudo, até o Concílio Vaticano II (1959-1962) a Igreja Católica parecia fechada num medieval paradigma antimoderno. Segundo Küng (2002, p. 184):

---

15 Com a criação do Sacro Império no ano 800 da era cristã, formou-se uma aliança da Igreja com as classes governantes representadas na figura do imperador ou dos reis e príncipes cristãos e, assim a Igreja organizou sua presença sacramental na sociedade civil. Esta presença, como autoridade máxima, começou com a oficialização do cristianismo por Constantino, fato que foi repetindo-se em outros povos e em outras épocas. O estado, a partir de então, usará da Igreja para justificar sua dominação e em troca as instituições eclesiais serão mantidas ou beneficiadas por ele. Por seu lado, a Igreja aproveitará do Estado para expandir sua ação pastoral. Este modelo de Cristandade somente entrará em crise com triunfo da burguesia na passagem da Idade Média para a Idade Moderna. Fonte: <https://www.a12.com/redacaoa12/historia-da-igreja/alianca-entre-igreja-e-estado-civil-possibilitou-a-ocupacao-co-continente-latino-americano>. Acesso em 13/06/2019.

Não surpreende, então, que as inovações e os efeitos da modernização paradigmáticos na sociedade, na igreja e na teologia em geral não fossem encontrados na incontestada esfera do poder romano. O paradigma católico romano, que inicialmente foi tão inovador na Idade Média, estava sendo cada vez mais metido numa camisa-de-força medieval, ainda que o sistema romano continuasse funcionando como um efetivo instrumento de poder em países católicos. Desde o Concílio de Trento, a igreja se fechava cada vez mais ao “baluarte” do qual, nos séculos seguintes, atacava com armas antigas como condenações, vetos a livros, excomunhões e suspensões aos cada vez mais numerosos “inimigos da igreja” que a estavam tomando de assalto.

Somente na segunda metade do século XX a Igreja Católica deu sinal de abertura aos tempos modernos. Por meio do memorável Papa João XXIII deu-se o Concílio Vaticano II: uma assembleia de toda a liderança católica que teve um cunho ecumênico (1958-63). Os ventos da modernidade começaram a entrar com mais vigor pelas janelas da Igreja Católica. Considerado um dos maiores acontecimentos do século XX para os cristãos católicos, o Concílio representou uma virada irrevogável, contrariando e enfrentando o sistema medieval romano por seu caráter ecumênico e de integração de características fundamentais da Reforma e do Iluminismo. Em relação ao ritmo que as mudanças costumam ocorrer na Igreja Católica, o Concílio foi inovador, trouxe significativos avanços; fez jus ao nome, com propósitos de fato ecumênicos. Várias mudanças favoreceram a relação com as outras religiões, numa visão tolerante em relação à liberdade religiosa.

Segundo Küng (2002) os principais pontos de mudança do Concílio Vaticano II foram em torno do ecumenismo e da reforma da liturgia – por meio da qual o povo começou a se sentir mais ativo nas celebrações e cultos. A forma de se relacionar com os fiéis durante os rituais de culto se tornou mais acolhedora e inclusiva – as missas começam a ser realizadas nas diversas línguas, em vez do latim e os padres não celebram de costas para a assembleia – forma cultural utilizada até então. A hierarquia eclesiástica perde força, o poder do papa é menos autoritário em relação aos bispos e padres, fazendo também com que o leigo pudesse estar mais próximo, com mais voz e maior participação.

O paradigma moderno penetrou as portas da Igreja Católica também com a afirmação da liberdade de consciência e de direitos humanos em geral. Uma postura de maior acolhida e respeito à diversidade se inicia com mais diálogo e um novo olhar para a liberdade de religião e a outras diferenças de etnia. Apesar de ainda conservador em vários aspectos, o Concílio Vaticano II foi um precursor em alguns pontos fundamentais da conquista dos direitos e garantias fundamentais. No Brasil,

muitos desses direitos só começaram a ser assegurados na Constituição Federal de 1988, no seu artigo 5º<sup>16</sup> (KÜNG, 2002).

## 2.2 A homossexualidade para a doutrina católica

Muito do que a Igreja Católica tem pregado e ensinado para seus membros vem dos primórdios do Cristianismo, bem como de alguma tradição religiosa anterior. Os ensinamentos e valores cristãos adotaram muito da tradição judaica, presentes no chamado Antigo Testamento, ou seja, aqueles que já existiam muito antes do Cristianismo. O Antigo Testamento já era considerado a lei suprema, dada pelo próprio Deus. Na Bíblia, Jesus muitas vezes retoma os ensinamentos dos profetas do Antigo Testamento para ensinar o que ele mesmo considera ser lei ou mandamento: “Não penseis que vim abolir a Lei e os profetas. Não vim para abolir, mas para cumprir” (MATEUS 5,17)<sup>17</sup>. Por outro lado, algumas vezes Jesus deixa um ensinamento que ele mesmo chama de “novo mandamento”. “Ouvistes que foi dito: ‘Amarás o teu próximo e odiarás o teu inimigo!’ Eu, porém, vos digo: Amai os vossos inimigos e orai por aqueles que vos perseguem!” (MATEUS 5, 43-44)<sup>18</sup>. Já no Evangelho de João Jesus parece ser ainda mais claro: “Eu vos dou um novo mandamento: amai-vos uns aos outros. Como eu vos amei, assim também vós deveis amar-vos uns aos outros!” (JOÃO 13, 34)<sup>19</sup>.

Assim foi construída a doutrina da Igreja Católica e também a sua teologia moral: uma mistura de credos, valores, leis e normas presentes no judaísmo, associadas aos ensinamentos deixados por Jesus e por aqueles que conviveram com ele. Inicialmente os autores dos textos cristãos são os discípulos, posteriormente esta tarefa fica a cargo do clero e dos teólogos. Segundo Chrispim (2010), a teologia moral vai unir razão e fé para tratar dos princípios que devem nortear a relação do agir e do ser das pessoas como caminho da felicidade e da salvação.

---

16 Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade... (BRASIL, 1988).

17 BÍBLIA DE JERUSALÉM. 2ª edição. São Paulo: Paulus, 2002. Mat. 5, 17.

18 Idem. Mt. 5, 43-44.

19 Ibidem. Jo. 13, 34.

Segundo Lima (2008), a moral cristã passou por um processo de transformação dentro de princípios heurísticos fundamentais para orientar a práxis cristã: a continuidade entre criação e redenção e a lei natural. A sistematização do pensamento cristão se deu no encontro da racionalidade grega com a fé cristã, na qual o Logos estava associado ao próprio Deus, na pessoa de Jesus Cristo. Passando por diversas escolas de pensamento ao longo da história, tais como o estoicismo e a escolástica, a lei natural e o discurso moral se radicaram basicamente no mandamento de Deus.

Como toda a base da revelação da vontade e dos mandamentos de Deus vem da Bíblia, não podemos nos furtar de entender que existem diferentes formas de se interpretar os textos bíblicos. Segundo Helminiak (1998), um primeiro modo é o considerado fundamentalista, que interpreta os textos de forma literal e outro que analisa o contexto das Escrituras, conhecido como método histórico-crítico de interpretação. Os documentos produzidos pela Igreja Católica surgem desse contexto, no qual a interpretação pode se apresentar ora fundamentalista, ora considerando de forma crítica o contexto histórico.

Uma das passagens bíblicas mais utilizadas para apontar a homossexualidade como algo contrário ao mandamento de Deus é a história de Sodoma, contido no livro de Gênesis:

E vieram os dois anjos a Sodoma à tarde, e estava Ló assentado à porta de Sodoma; e vendo-os Lot, levantou-se ao seu encontro e inclinou-se com o rosto à terra; E disse: Eis agora, meus senhores, entrai, peço-vos, em casa de vosso servo, e passai nela a noite, e lavai os vossos pés; e de madrugada vos levantareis e ireis vosso caminho. E eles disseram: Não, antes na rua passaremos a noite. E porfiou com eles muito, e vieram com ele, e entraram em sua casa; e fez-lhes banquete, e cozeu bolos sem levedura, e comeram. E antes que se deitassem, cercaram a casa, os homens daquela cidade, os homens de Sodoma, desde o moço até ao velho; todo o povo de todos os bairros. E chamaram a Lot, e disseram-lhe: Onde estão os homens que a ti vieram nesta noite? Traze-os fora a nós, para que os conheçamos. Então saiu Lot a eles à porta, e fechou a porta atrás de si, e disse: Meus irmãos, rogo-vos que não façais mal; Eis aqui, duas filhas tenho, que ainda não conheceram homens; fora vo-las trarei, e fareis delas como bom for aos vossos olhos; somente nada façais a estes homens, porque por isso vieram à sombra do meu telhado. Eles, porém, disseram: Sai daí. Disseram mais: Como estrangeiro este indivíduo veio aqui habitar, e quereria ser juiz em tudo? Agora te faremos mais mal a ti do que a eles. E arremessaram-se sobre o homem, sobre Lot, aproximaram-se para arrombar a porta. Aqueles homens, porém, estenderam as suas mãos e fizeram entrar a Lot consigo na casa, e fecharam a porta; E feriram de cegueira os homens que estavam à porta da casa, desde o menor até ao

maior, de maneira que se cansaram para achar a porta (GÊNESIS, 19, 1-11)<sup>20</sup>.

O objetivo desta dissertação não é fazer uma análise mais detalhada desse trecho bíblico, mas apresentar a forma mais comum de interpretação para o texto, na qual se apoia a moral cristã em relação à homossexualidade. Por esta história o pecado de Sodoma ficou associado à condenação da homossexualidade.

A partir de uma interpretação literal, o termo “sodomita” passa a referenciar aquelas pessoas que praticam relações anais e o pecado da sodomia fica associado ao ato homogenital masculino. Analisando o contexto cultural da época, pode-se concluir que o pecado da sodomia na verdade se refere ao abuso, à ofensa e à falta de hospitalidade para com o viajante estrangeiro. O relato do livro de Gênesis deixa claro que não está preocupado com o sexo em si; não tem como foco a ética sexual, mas a desobediência de uma regra básica da sociedade de Lot, ou seja, oferecer hospitalidade aos viajantes (HELMINIÁK, 1998).

Segundo o mesmo autor, outros textos bíblicos deixam claro que o pecado da sodomia não tem nada a ver com a homossexualidade:

O profeta Ezequiel (16:48-49) define o caso de maneira inequívoca: “O crime de tua irmã Sodoma era este: opulência, glotoneria, indolência, ociosidade; eis como vivia ela, assim como suas filhas, sem tomar pela mão o miserável e o indigente”. O pecado dos sodomitas foi o de recusarem a receber os viajantes necessitados... De acordo com Sabedoria 19:13, o pecado de Sodoma foi “um excessivo ódio pelo estrangeiro” e “reduzir à escravidão hóspedes que tinham sido benfeitores” (HELMINIÁK, 1998, p. 44).

Mesmo no Evangelho de Mateus podemos encontrar uma referência do próprio Jesus em relação ao pecado de Sodoma, que também indica uma clara falta de acolhida e hospitalidade aos viajantes estrangeiros. Nessa passagem (MATEUS 10:5-15)<sup>21</sup> Jesus envia os discípulos em missão e os adverte para o risco de não serem bem tratados nas cidades e aldeias por onde passarem. A comparação aqui com o crime de Sodoma é o coração fechado para com os viajantes em missão e a maldade daqueles que não são capazes de dar boas-vindas aos discípulos de Jesus (HELMINIÁK, 1998).

Segundo ainda o mesmo autor, outra interpretação questionável ou até mesmo equivocada para designar os atos homossexuais como contrários à Lei de Deus está na palavra “abominação”. Muitos preferem entender uma referência à

---

20 BÍBLIA DE JERUSALÉM. 2ª edição. São Paulo: Paulus, 2002. Gn. 19, 1-11.

21 Idem Mt. 10, 5-15.

homossexualidade no texto de Ezequiel (16:48-49)<sup>22</sup>, bem como no livro do Levítico (18:22)<sup>23</sup>: “Não te deitarás com um homem, como se fosse uma mulher: isso é uma abominação”. As associações dessa palavra com outros textos que referenciam o pecado da sodomia acabam levando a uma interpretação que justifique a condenação da homossexualidade.

Mas nas Escrituras hebraicas a palavra “abominação” é usada para designar muitas coisas. As abominações em questão aqui são as do “adultério” e “prostituição” de Jerusalém, e estas palavras são utilizadas simbolicamente. Elas não se referem a atos sexuais, mas sim à idolatria, à infidelidade de Israel ao Senhor Deus, e ao sacrifício e assassinato de crianças. Apesar de o versículo 50 mencionar as “coisas abomináveis” e se referir a Sodoma, o versículo 49 diz exatamente quais foram estas coisas abomináveis. Ao afirmar categoricamente qual foi o pecado de Sodoma, o sexo entre homens simplesmente não é mencionado. Fica claro que o capítulo 16 de Ezequiel trata de outras coisas (HELMINIAK, 1998, p.44).

Assim, se tomamos o método histórico crítico de interpretação, descobriremos que a preocupação desses textos não está na moral sexual.

Segundo Gasperi (2017), a moral cristã que trata da sexualidade teve sua base formada na Idade Média com grande influência de teólogos como Santo Agostinho e Tomás de Aquino. A concepção de ambos sobre a relação sexual era a mesma: o ato sexual era considerado impuro e não deveria ser permitido para o prazer, mas somente para a procriação e, mesmo assim, dentro do matrimônio. As condutas sexuais, em sua maioria, foram classificadas como irracionais, fazendo prevalecer na moralidade sexual uma concepção impura e pecaminosa do sexo.

Por muito tempo a maioria das sociedades ocidentais viveu em uma cultura predominantemente cristã, na qual era comum uma estrutura de vida pautada na moral cristã, que formava os valores fundamentais da civilização. A teologia moral passou a preocupar-se não tanto em proporcionar uma visão lógica da estrutura do viver cristão, mas em distinguir os pecados segundo sua gravidade. Surge uma visão particular do Sacramento da Penitência ou Confissão, que se torna um ato muito mais moralista e repressor que propriamente um espaço de perdão e acolhida evangélica (CHRISPIM, 2010).

Mesmo com todo o reconhecido avanço do Concílio Vaticano II, parece que a teologia moral ficou como que estagnada numa concepção focada muito mais no pecado do que nas virtudes evangélicas, principalmente em relação às questões

---

22 BÍBLIA DE JERUSALÉM. 2ª edição. São Paulo: Paulus, 2002. Ez. 16, 48-49.

23 Idem Lv. 18, 22.

sexuais. É impressionante como há um nítido silêncio dos documentos do Concílio Vaticano II em relação a essas questões polêmicas, como se não houvesse nenhuma demanda social no campo da moral sexual. Muito por influência da doutrina católica, os antigos tabus da sexualidade chegam à contemporaneidade sem muitas mudanças significativas.

A partir da década de 1970 a teologia moral católica e os documentos oficiais da Igreja Católica começam a tocar de forma pontual nos assuntos sobre a homossexualidade. Mesmo assim, o discurso sempre termina com especial ênfase na preservação dos valores da família. Os homossexuais são acolhidos como pessoas que merecem respeito por serem quem são, mas que devem manter a castidade, não podendo viver o que de fato são no campo da sexualidade. O contexto geral dos documentos oficiais do magistério católico parece não sair muito do discurso heteronormativo, reconhecendo somente as relações sexuais entre homem e mulher, bem como o matrimônio entre eles para a constituição do núcleo familiar. Família e matrimônio são instituições naturais e agradáveis a Deus somente num modelo heteronormativo.

Na Declaração *Persona Humana* (1975) - documento pontifício da Congregação para a Doutrina da Fé - podemos perceber o rigor no texto em favor da rejeição à homossexualidade. No item 8, o texto afirma que:

Segundo a ordem moral objectiva, as relações homossexuais são actos destituídos da sua regra essencial e indispensável. Elas são condenadas na Sagrada Escritura como graves depravações e apresentadas aí também como uma consequência triste de uma rejeição de Deus. Este juízo exarado na Escritura Sagrada não permite, porém, concluir que todos aqueles que sofrem de tal anomalia são por isso pessoalmente responsáveis; mas atesta que os actos de homossexualidade são intrinsecamente desordenados e que eles não podem, em hipótese nenhuma, receber qualquer aprovação.

O documento apresenta uma distinção entre a homossexualidade como “tendência transitória” – em princípio reversível pela pedagogia ou terapia - e outra como sendo de “condição definitiva, por força de uma espécie de instinto inato ou de uma constituição patológica considerada incurável”. Aponta esta dicotomia como sendo uma contribuição das ciências sociais, fazendo distinção entre ser e agir, o que seria um avanço no campo moral e jurídico. Neste caso o julgamento moral pesa não sobre a pessoa, mas sobre o agir, no caso dos homossexuais que optem por exercer sua sexualidade no plano homogenital.

Onze anos depois, quando a cultura do “orgulho gay” começa a ganhar força no Brasil, a Congregação para a Doutrina da fé lança a *Carta aos bispos da Igreja Católica sobre o atendimento pastoral das pessoas homossexuais* (1986). O documento levanta a preocupação com a dignidade da pessoa homossexual e com a defesa dos direitos humanos básicos, ressaltando a necessidade de proteger a todos contra o preconceito e a violência. Por outro lado, insiste na defesa do padrão heteronormativo, defendendo o matrimônio como único contexto lícito para o uso da faculdade sexual. O documento (item 7) afirma também que:

A atividade homossexual não exprime uma união complementar, capaz de transmitir a vida, e, portanto, contradiz a vocação a uma existência vivida naquela forma de autodoação que, segundo o evangelho, é a essência mesma da vida cristã. [...] Como acontece com qualquer outra desordem moral, a atividade homossexual impede a autorrealização e a felicidade porque é contrária à sabedoria de Deus. [...] Uma pessoa que se comporta de modo homossexual age imoralmente.

O *Catecismo da Igreja Católica* (1992), que vigora até o presente momento, reconhece que “a homossexualidade se reveste de formas muito variáveis ao longo dos séculos e das culturas”. Traz um discurso pautado na misericórdia e na acolhida, “com respeito, compaixão e delicadeza” (item 2358). Afirma que se deve evitar “todo sinal de discriminação injusta” para com as pessoas homossexuais. Porém, novamente o tema é tratado com a distinção entre o ser e o agir, evidenciando a necessidade de uma renúncia aos contatos físicos homossexuais. Estes são definidos como “intrinsecamente desordenados” (...) “contrários à lei natural” (...) “fecham o ato sexual ao dom da vida” (...), “não procedem de uma complementaridade afetiva e sexual verdadeira” (item 2357). Todo este discurso culmina na exortação e convite para que as pessoas homossexuais pratiquem “virtudes de autodomínio, educadoras da liberdade interior”, pois elas “são chamadas à castidade”. Desta forma elas “podem e devem se aproximar, gradual e resolutamente, da perfeição cristã” (item 2359).

Outro importante e atual documento eclesial vem do Pontifício Conselho de Justiça e Paz: é o *Compêndio da Doutrina Social da Igreja* (2004). Nas breves linhas em que aborda o tema da homossexualidade, reforça a legitimidade da união somente entre homem e mulher e menciona as uniões homoafetivas como problemáticas e imorais. Afirma que somente uma antropologia que corresponda à verdade do homem revela “como é incongruente a pretensão de atribuir uma realidade conjugal à união entre pessoas do mesmo sexo”. Conclui dizendo que “é

só na união entre duas pessoas sexualmente diferentes que se pode realizar o aperfeiçoamento do indivíduo, numa síntese de unidade e de mútua complementação psicofísica” (Item 228).

O documento traz também o tom de acolhida e misericórdia quando afirma que “a pessoa homossexual deve ser plenamente respeitada na sua dignidade humana”. Porém, volta com o discurso de que a pessoa homossexual deve ser “encorajada a seguir o plano de Deus com um empenho particular no exercício da castidade” (Item 228). E continua ressaltando que

O respeito que se lhes deve não significa legitimação de comportamentos não conformes com a lei moral, nem tampouco o reconhecimento de um direito ao matrimônio entre pessoas do mesmo sexo, com a conseqüente equiparação de tal união à família (Item 228).

Concluindo, o documento afirma que, se do ponto de vista legal, o matrimônio entre duas pessoas de sexo diferente for considerado apenas como um dos matrimônios possíveis, o conceito de matrimônio sofrerá uma alteração radical, “com grave prejuízo para o bem comum”. Caso o Estado coloque a união homossexual num plano jurídico análogo ao do matrimônio ou da família, estará se comportando de modo arbitrário, entrando em contradição com os próprios deveres (item 228).

Do Papa Francisco temos um documento bem atual que aborda o tema; a Exortação Apostólica intitulada “A alegria do amor” (2017). Ele trata das diretrizes para a vivência do amor e da moral nas relações familiares católicas. O tom de abertura, integração e acolhimento para com os homossexuais e divorciados se faz presente, assim como uma exortação a uma atitude pastoral de menos julgamentos e mais compreensão. Porém, ainda reforça os pontos da doutrina conservadora com base no padrão heteronormativo, no qual o ideal de amor conjugal é a união entre pessoas de sexos opostos. Segundo a Exortação Apostólica,

A Igreja conforma sua atitude ao Senhor Jesus, que em um amor sem limites se ofereceu para cada pessoa sem exceção. Com os Padres Sinodais, levei em consideração a situação das famílias que vivem a experiência de ter pessoas com tendência homossexual, uma experiência que não é fácil para pais ou filhos. Portanto, queremos antes de mais nada reiterar que toda pessoa, independentemente de sua orientação sexual, deve ser respeitada em sua dignidade e acolhida com respeito, com o cuidado de evitar “toda marca de discriminação injusta” e particularmente todas as formas de agressão e violência. No que diz respeito às famílias, é uma questão, em vez de garantir um acompanhamento respeitoso, para que aqueles que manifestam a tendência homossexual possam ter a ajuda necessária para compreender e realizar plenamente a vontade de Deus em

suas vidas. No decorrer do debate sobre a dignidade e missão da família, os Padres Sinodais observaram que "no que se refere aos projetos de equacionamento do casamento de uniões entre pessoas homossexuais, não há fundamento para assimilar ou estabelecer analogias, nem mesmo remotas, entre uniões homossexuais e o plano de Deus para o casamento e a família "; e é inaceitável "que as Igrejas locais sejam sujeitas a pressões nesta matéria e que as organizações internacionais condicionem a ajuda financeira aos países pobres à introdução de leis estabelecendo" casamento "entre pessoas do mesmo sexo" (Itens 250-251).

Ao tratar do tema "família", no mesmo documento do Papa Francisco, ele inevitavelmente menciona as novas configurações familiares, o que mostra a postura da Igreja Católica em relação aos relacionamentos homoafetivos:

Já não está claro que apenas a união exclusiva e indissolúvel entre um homem e uma mulher cumpre uma função social plena, sendo um compromisso estável e possibilitando a fertilidade. Devemos reconhecer a grande variedade de situações familiares que podem oferecer uma certa regra de vida, mas as uniões de facto ou do mesmo sexo, por exemplo, não podem ser equiparadas de maneira simplista ao casamento. Nenhuma união precária ou fechada à transmissão da vida nos garante o futuro da sociedade (Item 52).

Quando o documento defende apenas a união heterossexual como legítima, ele não está simplesmente dizendo da impossibilidade de uma união sacramental e religiosa de um casal homossexual, mas afirmando que não existe amor, afetividade ou benefício algum para os cônjuges nem para a sociedade.

### **2.3 A caminho de uma nova moral sexual?**

Com o avanço de pesquisas científicas, de uma abertura da academia para a discussão dos assuntos em torno da homossexualidade e dos direitos civis das pessoas que aí se enquadram, constata-se um significativo progresso nas últimas décadas. A Organização Mundial de Saúde - OMS desde 1993 retirou a homossexualidade do rol de doenças e o Conselho Federal de Psicologia no Brasil, em 1999, proclamou que a homossexualidade não constitui doença, nem distúrbio e nem perversão, proibindo a prática da "cura" da homossexualidade pelo psicólogo (FURTADO, 2010). Uma das mais importantes contribuições advindas da biologia, da medicina e da psicologia deu-se ao considerar que a homossexualidade pode ser o resultado de diversas causas, inclusive de fatores biológicos. A princípio, para a Igreja Católica, esses avanços científicos não parecem muito significativos, pois assimilam parte deles, absorvendo basicamente a palavra da ciência quando afirma que a pessoa, de modo geral, não escolhe ser homossexual.

Se considerarmos os pronunciamentos e declarações não oficiais do Magistério Católico, na pessoa de bispos e padres, e a influência de renomados moralistas e teólogos, ainda que de outras denominações cristãs, perceberemos um apelo por uma moral sexual mais justa, acolhedora e inclusiva. Este processo não deixa de criar tensões e conflitos. O teólogo e padre católico Marciano Vidal foi alvo de uma notificação oficial da Congregação para a Doutrina da Fé (2001), na qual foi questionado por alguns de seus escritos, num processo que durou de dezembro de 1997 a junho de 2000. O processo passou por um longo período de discussões entre os bispos da Congregação para a Doutrina da Fé, o padre Marciano Vidal e os superiores da Congregação do Santíssimo Redentor – na qual o teólogo e padre estava inscrito. No fim deste processo, o teólogo e padre acatou as contestações e se comprometeu a reelaborar os textos de acordo com a doutrina oficial católica. A notificação traz a seguinte afirmação:

Consequencial ao modelo moral assumido é a atribuição de um papel insuficiente à Tradição e ao Magistério moral da Igreja, que são filtrados com frequentes opções e preferências do Autor. Do comentário à Encíclica *Veritatis Splendor*, de modo especial, resulta uma lacunosa concepção da competência moral do Magistério eclesiástico. O Autor, embora diga aos leitores qual é a doutrina da Igreja, afasta-se criticamente da mesma na solução que apresenta a vários problemas de moral especial (CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ, 2001).

O texto da referida notificação é uma demonstração da postura do magistério da igreja e da complexidade no campo da moral sexual católica que vacila entre o acolhimento e a rejeição da homossexualidade em um discurso ambivalente que, de fato, desorienta mais do que indica um caminho para quem se vê nessa condição. Vale a pena trazer aqui mais um breve trecho do documento, referenciando a questão da homossexualidade:

O Autor é da opinião que a doutrina da Igreja sobre a homossexualidade tem uma certa coerência, mas carece de suficiente fundamento bíblico e se ressentem de importantes condicionamentos e ambiguidades. Nela se encontram os defeitos que estão presentes «em todo o edifício histórico da ética sexual cristã». Na apreciação moral da homossexualidade — acrescenta o Autor — há que «adoptar uma atitude de provisoriidade», e depois «deve-se formular em chave de pesquisa e de abertura». Tratando-se de um homossexual irreversível, o juízo cristão coerente «não passa necessariamente através da única via de saída de uma moral rígida: passagem à heterossexualidade ou abstinência total». Tais juízos morais não são compatíveis com a doutrina católica, segundo a qual existe uma avaliação precisa e firme sobre a moralidade objectiva das relações sexuais entre pessoas do mesmo sexo. O grau de imputabilidade moral subjectiva que tais relações podem ter em cada caso individual é uma questão que não está aqui em discussão (CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ, 2001).

Recentemente outro fato polêmico na perspectiva da moral católica foi noticiado pelo repórter do portal G1, Igor Jácome, no dia 30 de julho de 2017. O bispo de Caicó, Dom Antônio Carlos Cruz Santos, um dos principais líderes da Igreja Católica no Rio Grande do Norte, afirmou que "o evangelho por excelência é evangelho da inclusão. O evangelho é porta estreita sim, é um amor exigente, mas é uma porta sempre aberta". E o repórter continua relatando a fala do bispo:

Deus nunca fecha porta para ninguém. Por isso, talvez, seria momento, assim como fomos capazes de dar um salto, na sabedoria do evangelho, de vencer a escravidão; não está na hora de a gente dar um salto, na perspectiva da fé, e superar preconceitos contra os nossos irmãos homoafetivos? (SANTOS, 2017)<sup>24</sup>.

Concluindo o noticiário, conforme Igor Jácome, o bispo de Caicó traz à tona a polêmica afirmação: a homoafetividade é um dom de Deus. "Se não é escolha, se não é doença, na perspectiva da fé só pode ser um dom".

Apesar da forma ainda acanhada e conservadora, a era do Papa Francisco surge como sinal da busca por uma nova moral sexual católica. Afirmações como as que fez durante entrevista que concedeu à repórter Ilse Scamparini, que o acompanhava no voo de volta à Itália, depois da visita de uma semana ao Brasil, em 29 de julho de 2013, trazem um viés renovador. Sobre os homossexuais ele afirmou à repórter: "Se uma pessoa é gay, busca Deus e tem boa vontade, quem sou eu para julgá-la?" (FRANCISCO, 2013)<sup>25</sup>

Posteriormente o Papa Francisco foi protagonista de mais um evento que demonstra abertura da Igreja Católica em relação à acolhida para com as pessoas LGBT. Pelo que foi divulgado em algumas mídias<sup>26</sup>, no dia 24 de janeiro de 2015 o Papa Francisco recebeu em audiência privada uma pessoa transgênero, Diego Neria Lejárraga, que nasceu com o sexo feminino e passou por uma cirurgia de mudança de sexo. Este episódio revela a postura da Igreja, que demonstra abertura, mas também deixa claro toda sua dificuldade em abordar o tema, pois não tratou a audiência como algo oficial, não se pronunciando abertamente a respeito do que foi tratado no encontro. Parece que a relação da Igreja com

---

24 SANTOS, A.C.C. **Bispo diz que homossexualidade é dom de Deus e gera polêmica entre fiéis.** Portal G1. Rio Grande do Norte. 2017.

25 FRANCISCO. **Papa Francisco fala sobre gays e ganha manchetes pelo mundo.** Jornal Nacional, Portal G1. Edição de 29/07/2013.

26 Alguns exemplos de mídias de divulgação da notícia:

a) [https://oglobo.globo.com/sociedade/religiao/papa-francisco-recebeu-transsexual-no-vaticano-diz-jornal-da-espanha-15160927\\_0](https://oglobo.globo.com/sociedade/religiao/papa-francisco-recebeu-transsexual-no-vaticano-diz-jornal-da-espanha-15160927_0)

b) <https://observador.pt/2015/01/28/papa-recebe-transsexual-no-vaticano-deus-aceita-te-como-es/>

c) <https://www.terra.com.br/noticias/mundo/europa/papa-francisco-faz-convite-e-recebe-transsexual-no-vaticano,077298ec7a62b410VgnVCM10000098cceb0aRCRD.html>

as pessoas LGBT tem tomado um caminho de maior acolhida, porém ainda numa postura extraoficial.

### 2.3.1 Algumas experiências de grupos católicos LGBT no Brasil

Os indivíduos de hoje são fruto do pluralismo cultural e religioso. Mais reflexivos, eles parecem estar mais conscientes dos limites da interferência eclesiástica na vida privada e mais independentes em relação aos dogmas e imposições morais que não se coadunam com suas práticas cotidianas. Como já afirmava Pierucci (1978, p.7)

Ser católico (mesmo praticante) e desobedecer às normas da Igreja não são realidades que se excluem mutuamente; colidem muitas vezes, mas se misturam sempre, em uma grande variedade de modos, na vida e no auto reconhecimento dos diferentes grupos de fiéis.

Harmonizar o discurso com a prática é o grande desafio. A Igreja Católica tem aprendido na prática, com a disseminação do conhecimento e com o sofrimento das pessoas. Esse processo lento - mas progressivo - de respeito e acolhida para com os pertencentes aos grupos LGBT, tem se configurado em experiências pioneiras e animadoras.

Grupos de católicos que representam a diversidade sexual já estão surgindo com o conhecimento, mas ainda acanhada autorização, das autoridades eclesiais. O objetivo desses grupos, que tratam da diversidade sexual, é semear atitudes não preconceituosas na Igreja. As iniciativas, que enfrentam oposição por parte das autoridades eclesiais, não deixam de ser conquistas importantes, dado o aumento dos participantes e a volta de alguns católicos LGBT afastados da igreja.

Antes de citar algumas experiências de grupos específicos, vale a pena contextualizar o movimento católico LGBT no Brasil. A partir da segunda década dos anos 2000 surgem movimentos contra hegemônicos dentro das igrejas convencionais, com a presença de leigos, padres e freiras, atuando nas esferas religiosa, política e social. Inspirados por iniciativas católicas internacionais e pelo movimento LGBT<sup>27</sup>, os grupos coletivos floresceram no contexto da pluralidade do

---

27 Na chamada terceira onda do movimento LGBT, a partir da década de 1990, surgem diferentes atores. Entre esses novos atores, estão os religiosos LGBT, preocupados com a discriminação religiosa por parte das igrejas hegemônicas (FACCHINNI, 2005).

catolicismo e se estruturam para além da Igreja Católica e suas instituições oficiais (BAJARAS 2016; STEIL, 2001).

O chamado movimento católico LGBT brasileiro começa a ter expressão nas décadas de 1980 e 1990 com iniciativas de padres e religiosos que começam a dar abertura para discussões em relação à presença do homossexual na Igreja e na sociedade. Nesta mesma época surgem diversas publicações católicas na busca de uma teologia inclusiva, inspiradas na teologia da libertação e numa teologia de perspectiva LGBT, com releituras bíblicas em que a homossexualidade não está associada ao pecado ou doença.

Segundo Lima (2010), alguns padres se destacam na esfera social, com alguns trabalhos pastorais que atendiam diretamente as pessoas LGBT. O padre José Transferretti, de Campinas (SP), ficou conhecido nacionalmente por atender homossexuais, transexuais e travestis com serviços religiosos e sociais. Ele chegou a propor uma “pastoral<sup>28</sup> para homossexuais”. O padre jesuíta Luís Corrêa Lima também foi responsável por discussões sobre o tema quando ingressou como docente na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-RJ. Em 2006 chegou a criar o Grupo de Pesquisa Diversidade Sexual, Cidadania e Religião, ligado ao Departamento de Serviço Social da universidade (LIMA, 2010).

O primeiro grupo leigo LGBT na Igreja Católica foi o Diversidade Católica (DC/RJ), fundado em 2006 no Rio de Janeiro. O grupo ainda está ativo e atua fornecendo subsídios teológicos e pastorais que ajudam a conciliar o antagonismo de se viver as identidades de cristãos católicos e LGBT. Desde 2007 o grupo atua também pela internet com site próprio (<https://www.diversidadecatolica.com.br>). A partir do DC/RJ, outras iniciativas análogas surgiram pelo Brasil. Em São Paulo, no ano de 2010, o coletivo católico LGBT se organizou num grupo denominado Grupo de Ação Pastoral da Diversidade (GAPD).

Segundo Silva (2018), a primeira pastoral criada para atender homossexuais foi criada nos EUA, na década de 1980. No Brasil, os grupos com o mesmo propósito surgem somente no final da década de 2000 por iniciativas de leigos,

---

28 O termo “pastoral” é utilizado para denominar os grupos que trabalham em uma comunidade católica com o objetivo de fazer acontecer a missão evangelizar deixada por Jesus, o “bom pastor” (João, 10,11). Esta missão foi confiada aos discípulos de Jesus na pessoa do apóstolo Pedro. Jesus faz o pedido ao discípulo, repetindo por três vezes a expressão: “cuida das minhas ovelhas” (João 21,15-17).

principalmente. Em julho de 2014 acontece o I Encontro Nacional de Grupos Católicos LGBT, na cidade do Rio de Janeiro. Um dos frutos desse encontro é a criação de uma organização em nível nacional.

A Rede Nacional de Grupos Católicos LGBT (RNGCLGBT), organização criada em 2014, engloba todos os coletivos e pastorais do Brasil e, após o encontro de julho, vem propondo uma pauta conjunta com os grupos na busca de ganhar visibilidade e tornar-se uma representante legítima do movimento católico LGBT brasileiro. A Rede, como é chamada pelos membros, tem objetivos religiosos e políticos, entre eles se fazer presente no espaço público reafirmando a compatibilidade em professar a fé católica e viver sexualidades ditas não normativas (SILVA, 2018, p. 5).

Um dos recentes trabalhos da Rede (RNGCLGBT) foi uma pesquisa (TABELA 1) realizada para mapear os grupos LGBT no Brasil. Foram identificados 16 núcleos católicos LGBT no território nacional, predominantemente em centros urbanos. A maioria não se identifica como pastoral oficial de uma comunidade paroquial, ou seja, não está inserida na estrutura de grupos oficiais que atuam em nome da Igreja Católica. Tornar-se de fato um grupo de pastoral oficial da comunidade católica é ser reconhecido como tal na instituição Igreja Católica. Mas não parece ainda a realidade desses grupos, ainda que estejam praticando ações pastorais ou tenham adotado em algum momento o nome de “pastoral”.

Alguns dos grupos se encontram em cidades como o Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, São Paulo, Belo Horizonte, Fortaleza, Campinas, Mossoró, Brasília e Curitiba

**TABELA 1: Núcleos católicos LGBT no Brasil**

<b>Nome do grupo</b>	<b>Local</b>	<b>Ano de criação</b>
Diversidade Católica	Rio de Janeiro (RJ)	2006
Grupo de Ação Pastoral da Diversidade	São Paulo (SP)	2010
Diversidade Cristã	Brasília (DF)	2013
Grupo Católico de Acompanhamento de pessoas LGBT	Curitiba (PR)	2014
Diversidade Católica	Ribeirão Preto (SP)	2014

Filhos de Davi	Iguatu (CE)	2014
Arco da Aliança	Maringá (PR)	2015
Diversidade Cristã	Teresina (PI)	2016
Grupo Diversidade Cristã	Mossoró (RN)	–
Diversidade Católica	Fortaleza (CE)	–
Pastoral da Diversidade Sexual – Santuário São Judas Tadeu	Belo Horizonte (MG)	2016
Pastoral da Diversidade Sexual – Paróquia de São Francisco das Chagas	Belo Horizonte (MG)	2016
Pastoral da Diversidade Sexual – Belo Horizonte	Belo Horizonte (MG)	–
Pastoral da Diversidade Sexual – Nova Iguaçu	Belo Horizonte (MG)	–
Diversidade Católica	Campinas (SP)	2018
Movimento Pastoral LGBT Marielle Franco	São Paulo (SP)	2018

Fonte: SILVA, 2018.

O terceiro capítulo será dedicado ao estudo de caso, no qual será apresentada com mais detalhes a experiência de um dos referidos grupos de católicos LGBT de Belo Horizonte. Com este estudo de caso pretende-se conhecer como tem sido a experiência do grupo e como ele anseia em caminhar para se tornar de fato uma pastoral da diversidade sexual na Igreja de Belo Horizonte.

Parece que tal experiência é mais um exemplo da nova moral sexual católica que vem despontando. Esta almejada postura mais aberta da Igreja, que tem no Papa Francisco um dos símbolos mais significativos, revela uma suposta, porém tardia revisão da Igreja sobre as configurações contemporâneas da família, nas quais a diversidade de sexo e de gênero tem lugar.

### 3 A PASTORAL DA DIVERSIDADE SEXUAL EM BH

O grupo objeto desta pesquisa foi fundado em 2016 na cidade de Belo Horizonte (MG). Ainda que a coordenação do grupo tenha solicitado que esta pesquisa mantivesse o anonimato, essa é uma tarefa difícil, pois muitas notícias e publicações identificaram e mostraram com detalhes a experiência do grupo.

O objetivo do grupo, como o da maioria dos núcleos que funcionam no Brasil, é encontrar um lugar de acolhimento para as pessoas LGBT dentro da Igreja Católica, na esperança de contribuir para o fim do preconceito, discriminação e violência para com todos os que ainda sofrem com isso. Para os outros grupos de Belo Horizonte não é diferente; apesar de terem sido criados em bairros distintos da cidade, com experiências também distintas, devido ao tipo de vínculo que têm com a comunidade eclesial local trabalham com os mesmos objetivos e sonhos.

Apesar de todas as experiências iniciadas em Belo Horizonte existirem com o conhecimento das autoridades da Igreja, apenas um dos 3 grupos chegou a ter nome de Pastoral da Diversidade Sexual, sendo aceito pelos padres e comunidade paroquial como tal. Esse momento do grupo foi de muita visibilidade e um dos padres que o acompanhava chegou a falar do grupo em alguns jornais. Em uma das entrevistas ao *Jornal Estado de Minas*<sup>29</sup>, o padre afirmou que o objetivo do grupo, apesar de tratar de apenas um dos temas mais polêmicos da moral sexual católica, é ser uma semente para acabar com qualquer preconceito dentro da Igreja. Disse ainda que a iniciativa enfrentou oposição no início, mas tem demonstrado que é uma conquista importante. O pároco afirmou:

Assim como a nova postura do papa, a Pastoral da Diversidade Sexual causou reações na Igreja. Chegou a constar como denúncia em um site internacional católico. Apesar disso, os resultados do grupo são sensíveis. Tenho visto famílias voltando para a Igreja, se reconciliando, e para ver o fruto desse trabalho vale a pena toda crítica e todo desentendimento (FREITAS, 2017).

Mas esse lugar conquistado pelo grupo não foi garantido por muito tempo, sendo rechaçado pelo arcebispo da Arquidiocese de Belo Horizonte. Na manhã do dia 28 de novembro de 2018, após a reunião do Conselho Presbiteral da Arquidiocese de BH, o arcebispo Dom Walmor Oliveira de Azevedo divulgou a seguinte determinação: “Não existe na Arquidiocese de Belo Horizonte pastoral da

---

29 FREITAS. A. N. Santuário São Judas Tadeu tem primeira Pastoral da Diversidade Sexual. **Estado de Minas**. Edição de 12/06/2017.

diversidade sexual”<sup>30</sup>. No seu discurso, o bispo foi direto e taxativo, solicitando aos padres apoiadores que obedecessem a tal determinação, a fim de não incorrerem nas sanções cabíveis.

O grupo pesquisado teve início com o apoio de alguns padres e religiosos, que também participavam de algumas de suas reuniões. Aos poucos, ele foi ganhando visibilidade e adeptos. A participação dos membros em eventos e missas da paróquia, bem como a divulgação nas redes sociais fez com que o grupo crescesse. As reuniões aconteciam com uma frequência de 2 vezes por mês e chegou a contar com um número de mais 50 pessoas. As missas organizadas pelo grupo da diversidade sexual passaram a contar com um número grande de pessoas LGBT, haja vista que a paróquia ficou conhecida como um lugar público de confissão católica que estaria aberto para acolher a todos, sem preconceito, julgamento ou condenação.

Os encontros costumam acontecer, na maioria das vezes, nas dependências da paróquia e às vezes em locais fora, cedidos por alguma congregação religiosa. Alguns encontros aconteceram em conjunto com os outros grupos de Belo Horizonte, quando o número de pessoas costumava ser ainda maior. Além dos encontros ordinários do grupo são realizados eventos maiores, como retiros, fóruns e outros eventos lúdicos e de confraternização. Esses eventos maiores geralmente acontecem com a participação de pessoas dos três núcleos que funcionam em Belo Horizonte.

O perfil dos participantes é bem eclético, representando bem a diversidade de sexo e de gênero; nos encontros é comum a presença de gays, lésbicas, bissexuais, transexuais, travestis e heterossexuais. Representando as novas configurações das famílias, participam também casais homoafetivos, gays e lésbicas, com a participação de seus filhos. Uma presença muito interessante se destaca: as mães de pessoas LGBT.

O conteúdo e forma dos encontros do grupo da diversidade sexual buscam uma harmonização entre a espiritualidade católica e uma militância política e social. Além de orações, reflexões teológicas e celebrações de missas, os encontros propiciam estudo e formação em temas ligados ao universo LGBT. O grupo costuma

---

30 AZEVEDO, Walmor Oliveira. Nesta Arquidiocese não existe Pastoral da diversidade sexual, nem ideologia de gênero, exorta arcebispo de BH. **Jornal O Povo**. 2018.

trazer palestrantes capacitados para o aprofundamento de temas variados, tais como a teologia LGBT, teoria queer, homofobia, desafios e conquistas dos direitos LGBT, dentre outros. Os testemunhos de pessoas gays, lésbicas, travestis, transexuais, casais homoafetivos e pais e mães de pessoas LGBT são comuns e trazem muita força para os que sofrem ainda os preconceitos e violências de uma sociedade homofóbica.

Outras formas da presença significativa do grupo acontecem, muitas vezes, em eventos oficiais da programação da comunidade paroquial, como encontros do conselho pastoral, romarias, eventos promovidos pela pastoral da família e da pastoral da cultura, festas juninas e missas. Algumas celebrações de missas foram preparadas sob a responsabilidade do grupo da diversidade sexual. Algumas vezes o destaque para o grupo foi bem evidente, com homilias de apoio e acolhimentos das pessoas LGBT. Em uma dessas missas o padre chegou a dar destaque para uma benção específica em uma celebração de aniversário de casamento de um casal de lésbicas.

O grupo funciona também com uma interação em nível regional e nacional, por meio dos encontros promovidos pela Rede (RNGCLGBT), o que garante a troca de experiência com os outros grupos espalhados pelo Brasil. (Vide TABELA 1)

Nos últimos meses, o número de participantes reduziu bastante; consequência imediata da declaração do Arcebispo de Belo Horizonte em 28 de novembro de 2018. A partir desse momento, o número médio de participantes nos encontros do grupo diminuiu para aproximadamente 8 a 10 pessoas. Sem o apoio e a autorização da oficialidade da Igreja, os encontros não puderam mais ser divulgados como antes, apesar de o grupo poder continuar a utilizar uma sala da paróquia para se encontrar. Também nas celebrações das missas o número de pessoas LGBT reduziu consideravelmente.

### **3.1 A experiência dos participantes**

A escolha dos entrevistados aconteceu de comum acordo com a coordenação do grupo. Um levantamento feito pela coordenação listou aproximadamente 20 pessoas frequentes nos últimos seis meses. Mas o número de participantes por encontro tem ficado próximo de 10 pessoas no máximo. O universo pesquisado se restringiu a esses 20 participantes frequentes. As entrevistas aconteceram com 08 pessoas desse universo.

Todas as entrevistas foram muito bem acolhidas pelos participantes que concordaram em colaborar nas condições previamente informadas. O anonimato foi acordado e todas as conversas foram gravadas para melhor aproveitamento, já que o pesquisador não precisaria anotar as respostas no ato da audição. Posteriormente as gravações foram transcritas para facilitar o processo de análise.

Para orientar as entrevistas, foi elaborado um roteiro (cf. apêndice) contendo perguntas básicas que auxiliassem no levantamento das informações sobre a identidade do entrevistado (sexo, gênero, orientação sexual, idade, religião), sua experiência como pessoa LGBT (se for o caso), sua motivação para participar do grupo e suas impressões, expectativas e perspectivas futuras sobre ele. O objetivo foi deixar o entrevistado bem à vontade para responder ou não alguma questão que não lhe coubesse ou não lhe deixasse confortável. A flexibilidade na condução das entrevistas foi uma estratégia para se aproveitar o melhor possível do relato de cada entrevistado.

Diante desse quadro, procurou-se entrevistar pessoas que pudessem representar a diversidade sexual presente nos encontros. O grupo de entrevistados ficou, de certa forma, restrito aos atuais participantes e àqueles indicados pelos próprios membros. A atual realidade do grupo é de poucos participantes, haja vista a dispersão da maioria, após uma determinação do Arcebispo de Belo Horizonte, rechaçando a iniciativa do grupo.

Para as entrevistas o anonimato será mantido, a pedido da coordenação do grupo e das pessoas entrevistadas. Para identificar os entrevistados serão utilizados nomes fictícios. Mas são revelados outros dados interessantes de seu perfil: a idade, a religião professada, a identidade de gênero e a orientação sexual.

Das oito pessoas entrevistadas, todas se identificaram como católicas e a faixa etária está entre 29 e 61 anos de idade: um de 29 anos, três de 30 anos, um de 31 anos, um de 40 anos, um de 60 anos e um de 61 anos. Todas se identificaram como “cisgênero”<sup>31</sup>, sendo cinco do sexo feminino e três do sexo masculino. Uma pessoa se identificou como bissexual, três como homossexual, três como heterossexual e uma preferiu não revelar a orientação sexual. Duas pessoas

---

31 “Cisgênero” ou sua abreviação “Cis” é um termo utilizado por alguns para descrever pessoas que não são transgênero (mulheres trans, travestis e homens trans). “Cis” é um prefixo em latim que significa “no mesmo lado que” e, portanto, é oposto de “trans”. Refere-se ao indivíduo que se identifica, em todos os aspectos, com o gênero atribuído ao nascer. (REIS, 2018, p.27)

entrevistadas se identificaram como mãe de uma pessoa LGBT – uma é mãe de um gay e a outra mãe de uma lésbica. Por fim, uma pessoa se identificou como religioso(a) e outra como ex-seminarista.

A maioria dos entrevistados participa do grupo há mais de dois anos e presenciou momentos em que o grupo tinha uma participação muito expressiva em quantidade e diversidade. A divulgação na mídia (jornais e televisão) e também nas redes sociais (facebook, instagram, whatsapp) foi o motivo que levou alguns dos entrevistados para o grupo. Alguns foram por meio do convite de amigos ou de familiares. Muitos dos pais e mães que participam ou participaram do grupo o fizeram por meio do convite dos próprios filhos.

A partir da questão 6 do roteiro de entrevista (cf. apêndice) se inicia uma análise de cunho mais qualitativo, numa perspectiva de testemunho pessoal em relação à participação no grupo. No item 6, por exemplo, os relatos são a respeito da experiência que cada pessoa teve ou tem em relação à identidade de pessoa LGBT, ou seja, como e quando se reconheceu como tal, quais as dificuldades na aceitação, tanto de si próprio como dos familiares e da sociedade.

Para Rosa (31 anos), que se identifica como mulher bissexual, a aceitação de sua própria identidade não foi um problema. Atualmente ela é professora universitária, está casada com uma mulher há 5 anos e, juntas, adotaram uma menina. Ela declara que desde os 18 anos se assume como bissexual e vive como tal, e que naquela idade já namorava com mulheres também. Rosa disse que se reconhecer atraída por uma pessoa do mesmo sexo nunca foi problema. Antes de assumir uma identidade ela já tinha assumido sua orientação sexual com naturalidade. Atualmente, casada com uma mulher, ela está mais esclarecida e segura a ponto de assumir quem é em todos os ambientes que frequenta: família, amigos, trabalho, etc.

Luiz (29 anos), que se identifica como gay, deixou a vida religiosa há pouco tempo, está solteiro, mora atualmente com amigos e trabalha como professor. Ele relatou que teve mais dificuldade em se assumir e se aceitar e atribui essa dificuldade por ter morado em uma cidade de interior por toda sua adolescência. Sua visão sobre pessoas gays ou homossexuais não era muito clara, era estereotipada, sustentada pela ideia de que uma pessoa homossexual necessariamente teria que ser afeminada ou travestida. Nesse contexto ele pensava: “Nossa, então eu vou ter que ser assim, mas como é que eu vou ser assim”? Após mudar para Belo Horizonte

sentiu-se mais à vontade por perceber que na cidade grande as pessoas já enxergam a homossexualidade com mais tranquilidade. Esse processo de se assumir se iniciou há 4 anos e atualmente não se considera totalmente assumido, pois ainda não conseguiu falar claramente a respeito desse assunto com sua família.

No caso do entrevistado João (30 anos), que se identifica como homossexual não assumido, o processo de auto aceitação parece ter sido bem complexo. Ele está solteiro e mora com os pais. João relata que apenas há 2 anos conseguiu perceber que sua orientação sexual não representava uma anormalidade ou doença. Sua dificuldade está muito ligada ao seu envolvimento com a doutrina católica, pois declarou que era muito forte o medo de estar se afastando de Deus por causa da postura da Igreja em relação aos homossexuais, por entender que a instituição não aceita tais pessoas. João relatou um pouco daquilo que parece ser outra razão de tanta dificuldade: o bullying:

Sempre foi aquela coisa escondida. Mas eu sofri muito na escola; bullying, preconceito. Assim; não pelo fato, porque acho que afeminado eu nunca fui, acho que pelo fato da minha religião, das coisas que eu seguia, então eu tinha amigos que participavam (da Igreja) também, com isso eu acabei sofrendo muito bullying, muito preconceito na escola.

As maiores dificuldades no processo de aceitação parecem começar e residir no âmbito familiar. Para todos os entrevistados os relacionamentos com os familiares são os mais conturbados nesse processo de descoberta e aceitação da própria identidade. Essa dificuldade fica clara na fala de Rosa:

Foi difícil, eu tive uns dois anos aí de muita turbulência, com minha mãe, meu pai, meu irmão, foi muito complicado mesmo, porque eles não aceitavam [...] a minha relação principalmente com a minha mãe ficou muito estremecida, a gente era muito próxima, aí de repente a gente ficou se falando muito pouco, só o necessário, e aí depois de 2 anos é que a minha mãe começou a aceitar mais.

Rosa ainda nos relatou que a maior dificuldade da mãe estava na questão da vivência da fé e dos valores cristãos católicos. Sua mãe dizia: “mas eu não vou ver você entrando na Igreja, não vou ver você casar, não vou ter neto e o que as pessoas vão pensar disso?” Sua mãe dizia ter medo de conversar com os padres a esse respeito com medo de ser recriminada. Rosa afirma que os argumentos da mãe estavam sempre numa perspectiva da fé católica que a mãe tinha. O receio da mãe era o de estar pecando e ser recriminada pelo próprio Deus por aceitar a filha como homossexual.

Para Marcos (30 anos), que resolveu se assumir para a família somente após 4 anos de auto aceitação e vivência como gay, o sofrimento maior foi com a aceitação da mãe. Atualmente ele trabalha como enfermeiro, mora sozinho e está em um relacionamento de namoro. Ele afirma que o pior do processo foi pensar que estaria sendo causa de sofrimento para a mãe. Disse que ela demorou a entender e aceitar porque tinha medo do casamento acabar quando o pai também soubesse. A mãe temia que o marido a culpasse pela homossexualidade do filho. Apesar de toda a tensão vivida nesse processo, sua mãe conseguiu conversar com o pai de Marcos, que acolheu a situação com alguma dificuldade, aceitando de certa forma, mas ainda mantém certa distância, preferindo não falar do assunto.

A experiência de Luiz com sua mãe foi marcante e trouxe distanciamento entre eles, causado por uma visão estereotipada da mãe. Luiz afirmou:

Eu lembro da minha mãe, quando minha mãe falava de alguém gay, falava num tom pejorativo, num tom de ridicularizar, num tom assustado. E eu lembro que quando a minha mãe falava da questão homossexual, ela imaginava que era um homem que estava abusando sexualmente de um outro homem, fazendo o outro de mulher. Isso era muito recorrente na fala da minha mãe.

O estereótipo é um problema sério quando se trata da diversidade, seja ela de gênero, raça ou cor. Os estereótipos estão intimamente ligados aos preconceitos e ao processo de aceitação do diferente. Segundo Bhabha (2001, p. 117),

O estereótipo não é uma simplificação porque é uma falsa representação de uma realidade. É uma simplificação porque é uma forma presa, fixa, de representação que, ao negar o jogo da diferença, constitui um problema para a representação do sujeito em significações de relações psíquicas e sociais.

No caso de João, o processo de aceitação da família é uma incógnita e até mesmo uma causa de inquietação, pois ele ainda não teve coragem de se assumir para eles. Toda sua fala demonstra a presença de preconceitos, de estereotipagem e de homofobia. Nas palavras dele percebemos o motivo de toda sua dificuldade para lidar com isso:

Porque infelizmente a minha família é homofóbica; minha mãe por causa da religião e por causa das coisas que ela acredita, e tem aquela mente bem antiga, não aceita. Então assim, é difícil para a minha família.

A experiência de Joana (61 anos) demonstra um pouco de uma visão muito comum de uma mulher que é católica e mãe de uma pessoa LBGT. Ela está aposentada e mora atualmente com o marido; seus filhos já saíram de casa. Joana conta que o filho, que é gay, se assumiu para ela aos 25 anos de idade e que a

atitude dele foi de falar e fugir de sua presença pelo medo de sua reação. Mesmo ela acolhendo-o e dizendo que não se importava com o que ele “escolhesse”, que ela continuaria sendo sua mãe, amando-o do mesmo jeito, ele se afastou um pouco também por medo da reação do pai e dos outros familiares. Apesar da primeira reação de acolhida de Joana, ela confessa que teve que buscar se informar melhor sobre o assunto e também teve que procurar ajuda psicológica e orientação dos padres, pois necessitava do aval da Igreja Católica, já que sempre foi muito católica.

Para Ivone (60 anos) esse processo de descoberta e aceitação de um filho LGBT foi um pouco mais traumático. Atualmente ela não trabalha e mora com o marido. Uma filha está casada e o outro filho mora fora do país. Na sua fala, podemos perceber o nível de dificuldade e sofrimento que toda a família passou com a descoberta da homossexualidade da filha. Ela relatou:

Não aceitei, durante 8 anos eu chorei pelo sofrimento, na verdade pela ignorância, eu tinha um sentimento de culpa muito grande, porque eu achava que a culpa era minha por ela ser homossexual e como eu fui sempre assim dentro da religião católica e movida a muita culpa, aí ficou mais difícil para mim a aceitação. E isso me causou um sofrimento muito grande durante esses 8 anos, eu até já disse isso em várias palestras, eu literalmente chorei 8 anos todos os dias, até que um dia ela falou para mim que ela daria conta de matar um leão por dia na rua com a rejeição que sofria, mas não conseguiria matar meio em casa, se fosse assim ela preferia morrer, e daí eu pensei “que mãe sou eu? Que tipo de mãe eu sou?”, se eu falo que a coisa mais importante da minha vida são os meus filhos e na hora que os meus filhos precisam mais de mim eu nego. E aí eu comecei até ter vergonha de mim mesma e foi muito sofrido, esse período foi muito sofrido, tanto para mim quanto pra ela, acho que provavelmente muito mais pra ela.

O processo de aceitação das pessoas em relação à orientação sexual fora do padrão heteronormativo é complexo e geralmente tem um histórico muito denso de preconceitos, discriminação, “bullying”, homofobia e violência. A homofobia, pelo seu próprio conceito, enquanto medo e aversão à homossexualidade, parece estar no início desse processo, originando os demais comportamentos homofóbicos. Dessa forma, preconceitos, discriminação, “bullying” e violência podem ser considerados um resultado da homofobia. Em última análise, a dificuldade na aceitação da homossexualidade torna-se também um resultado da homofobia.

A homofobia pode se manifestar em todas as pessoas, inclusive nas pessoas homossexuais. A homofobia em si pode não ser um mal, já que ela pode se apresentar simplesmente como um medo ou dificuldade em lidar com o diferente, em termos de orientação sexual. O problema, como toda limitação humana, não é a limitação, mas sim o que fazemos com ela. A homofobia pode fazer com que uma

pessoa discrimine alguém ou seja violento a ponto de cometer um assassinato, como pode fazer com que ela não se aceite como homossexual, passando por diversas situações de sofrimento e até cometa suicídio. Mas a homofobia pode ser entendida como uma limitação, dificuldade ou até mesmo um processo doentio, passíveis de correção ou tratamento.

No relato de Luiz, quando questionado sobre a questão da homofobia em sua trajetória de auto aceitação e de se posicionar como homossexual perante a sociedade, percebemos esse aspecto interessante da homofobia. Ele afirma:

Acho que o grande desafio meu, na minha vida com relação a homofobia, foi muito a homofobia que eu praticava comigo mesmo, no sentido de não me assumir, de procurar me esconder, me esquivar do assunto o tempo todo; é negar muito daquilo que você é como pessoa.

A partir da pergunta de número 9 do roteiro, os entrevistados falam dos motivos que os levaram ao grupo. A motivação para buscar ou permanecer no grupo também é revelada quando eles falam daquilo que mais gostaram nos encontros. As respostas tocam muito na questão da acolhida das pessoas LGBT pela Igreja Católica e também do sofrimento gerado pela falta dessa mesma acolhida.

Para o entrevistado Luiz, participar de um grupo como esse representa a possibilidade de ver conciliadas duas dimensões importantes da sua identidade: sua orientação sexual e sua confissão religiosa, ou seja, ser um sujeito LGBT e católico ao mesmo tempo. Ele revela que ficou muito animado e feliz com a ideia de não ter que se anular como pessoa LGTB para praticar sua fé católica de forma integral. Luiz afirma que a iniciativa do grupo representa um grande avanço.

Lucimar (30 anos), que se identificou como religioso(a) e prefere não revelar sua orientação sexual, afirma que admira e deseja lutar pelas pessoas que, apesar de discriminadas pela Igreja Católica, não desistem de pertencer a ela. Lucimar afirma:

[...] o que me motivou a participar foi o desejo de estar presente nesse “gérmen” de um novo tempo para o cristianismo, de estar junto com aqueles e aquelas que, apesar sofrerem tanta segregação por parte da Instituição Igreja Católica Apostólica Romana, ainda assim não desistem dela, insistem em amá-la e lutar para ser parte dela e fazê-la mais próxima da proposta de Jesus. Inclusive essa capacidade de resiliência em permanecer católicos, mesmo diante da exclusão, para mim é uma das coisas que mais me chamou a atenção no grupo.

A motivação de Rosa vai nessa mesma linha de acolhida da diversidade dentro da Igreja. Ela fala da conquista e da manutenção por um espaço de acolhida das famílias diferentes do padrão heteronormativo. Rosa usa as palavras “demarcar

esse espaço” para expressar a necessidade de permanecer e não desistir dessa conquista. Em resumo, ela define sua motivação como

A possibilidade de você ter um espaço para ser quem você é dentro da igreja. Porque muitas e muitas vezes eu entrei na igreja com medo que as pessoas descobrissem que eu não era hétero, que eu não era como a maioria delas, ou com medo dos olhares [...] e o grupo foi a oportunidade de eu ser eu, de eu poder entrar - na época que eu conheci o grupo eu já era casada com minha esposa, e assim, a gente entrava como casal na igreja, mesmo ainda com toda questão que a gente enfrentou e ainda enfrenta de preconceito.

Já para Alice (40 anos), que se identifica como uma mulher heterossexual, a motivação para se juntar ao grupo foi um exercício da alteridade. Ela está solteira, é formada em Letras e mora com 2 irmãs. Alice afirma que se identificou com a causa, interessou-se pelo tema da diversidade e pela possibilidade de poder ajudar no alívio do sofrimento de muitas pessoas LGBT. Sua sensibilização com a causa do grupo veio por ouvir de padres amigos sobre o sofrimento de muitas pessoas que, em confissão, abriam seu coração e pediam ajuda para enfrentar tantas situações de preconceito, de aceitação, de falta de sentido para a vida e até mesmo de situações de suicídio. Essa proximidade com a comunidade cristã católica a fez sentir forte o apelo da realidade de famílias que enfrentam as dificuldades de aceitação, seja por parte da própria pessoa LGBT ou por parte dos familiares.

Quando os entrevistados falam do tema motivação em estar no grupo, eles falam ao mesmo tempo de dois aspectos: da busca e do por que permaneceram. Assim, eles relatam o que os motivou a conhecer e participar do grupo, revelando suas expectativas, mas também aquilo que encontraram de bom e que os fizeram ficar. Uma das palavras que mais se repetem nesses relatos é “acolhida”. Na entrevista de Rosa, que faz parte da coordenação do grupo, ela conta:

A pastoral abre a possibilidade de eu poder ser católica dentro da igreja, me sentir inserida. Foi quando também a minha mãe veio para a pastoral, então trabalhou não só com a minha família, com a família que eu estava formando, mas com a minha família de origem também. Então foi um espaço que sempre me possibilitou sentir acolhida, me sentir acolhida dentro da igreja católica. Acho que isso foi o principal.

Marcos descreve um pouco daquilo que mais lhe chama atenção nos relacionamentos do grupo e que acaba sendo o principal motivo de estar nele. Conta que o espírito de acolhida é muito forte, que a empatia entre as pessoas faz com que elas se sintam à vontade para falar, pois percebem que cada um também tem uma história muito semelhante. Ele afirma: “então esse espírito de acolhida é inexplicável, é surreal, sobrenatural”.

Ivone chega a fazer uma comparação do acolhimento do grupo com a acolhida de alguns padres. Respondendo à pergunta sobre o que havia lhe chamado mais atenção no grupo ela disse: “Foi o acolhimento, sabe”. E foi em seguida contando que antes havia procurado vários padres para falar a respeito da homossexualidade da filha e para se confessar, mas disse que não foi bem recebida. Ela afirma isso porque diz que os padres diziam para ela rezar mais, que talvez a sua casa não fosse um lugar de muita oração, que deveria ter mais Deus na vida da família para que ela se livrasse desse problema.

Lucimar afirma que o grupo foi a melhor experiência pastoral que já viveu, pois se percebeu diante de pessoas que verdadeiramente sabem acolher como Jesus de Nazaré. Mesmo sofridas, as pessoas do grupo são capazes de receber e amar qualquer pessoa que se aproxime delas, como a um(a) irmã(o), independente do gênero, orientação sexual, religião, opinião política, etc.

O tom das entrevistas continua na linha do sentimento de acolhida e do que eles percebem serem os benefícios trazidos pelo grupo para eles e para a sociedade como um todo. Muitos dos entrevistados lamentam que o grupo não possa ser nesse momento um grupo de pastoral oficial da Igreja Católica, acolhido, apoiado e abraçado como essência da missão evangelizadora.

De acordo com Alice, a contribuição do grupo para a sociedade é grande, no sentido de quebrar preconceitos, levando as pessoas a uma abertura de coração para com o diferente. Ele se torna importante na medida em que propicia conscientização das pessoas para o cuidado com a vida, que passa pelo conhecimento, valorização, aceitação e convivência sadia com o diferente. Afirma ainda ser inconcebível a Igreja não adotar essa postura.

Para Marcos, o grupo é um exemplo que deve ser seguido por outras pessoas e comunidades cristãs. Ele afirma:

Eu acho que é um exemplo. Muitas pessoas já chegaram pra gente dando depoimentos do exemplo que a gente estava dando, um exemplo positivo que a gente estava dando para várias pessoas, que muitas vezes estavam dentro da igreja, queriam ficar, queriam continuar no lugar que é deles, mas pra isso elas viviam dentro de um armário. E ter esse exemplo, a pastoral se mostrar como essa possibilidade para essas pessoas, é uma grande vantagem que eu vejo para a sociedade em geral, para que possamos perceber que nós, pessoas LGBT, também somos cristãos, como as pessoas heterossexuais também são. Então nós podemos sim estar dentro da igreja, nós podemos louvar, nós podemos adorar, sendo quem somos, isso não interfere, não altera.

Na opinião de Rosa, o grupo tem uma função social de fortalecer os vínculos familiares, independentemente de se ter um filho ou filha homossexual, transexual dentro de casa. Relatou que o grupo atendeu muitas mães de pessoas LGBT, muitos filhos que desejavam contar para os pais que eram gays. Participando dele, esses filhos podiam falar para os pais: “mãe, eu sou gay, mas estou dentro da igreja”. Rosa afirma que isso já ajudava e inclusive levava os pais para conhecer o grupo. Ela relata:

A gente teve casos de mães que não aceitavam de jeito nenhum e aí aqui virava uma catarse, tinha alguns dias que era “super” emocionante, às vezes a mãe chegava e a gente não conseguia falar nada, a mãe falava, falava, falava, chorava, chorava, chorava, e ela saía daqui mais calma, sabendo que tinha um espaço, que o filho dela não ia ser engolido pelo demônio, que ele ia ter um espaço dentro da igreja, que existiam famílias também assim. Infelizmente ainda existe essa ligação da questão da sexualidade não normativa com a questão da promiscuidade e tal... de “ah o meu filho vai ser gay, a minha filha vai ser lésbica, ele nunca vai ter uma família, nunca vai ter um filho” e a gente aqui tem famílias com filhos. Acho que isso tudo trouxe uma esperança a mais para esse caos do preconceito, principalmente dentro das famílias, por isso eu acho que esse é um papel social muito forte que a gente tem.

Luiz, que se identifica como ex-religioso, relata o quanto é significativa a experiência religiosa e fundamental a vivência de uma espiritualidade. Segundo ele, para a maioria das pessoas que foram criadas num ambiente religioso e de fé se torna muito doloroso o momento em que elas se descobrem como pessoas LGBT. Nesse momento o conflito se instala, pois quando as pessoas começam a se perguntar sobre o que a Igreja fala ao respeito do assunto elas se deparam com discursos do tipo: “é pecado”, “ele é coisa do demônio”, “ele não é de Deus”. A maioria se vê num beco sem saída: “como vou lidar com isso?” Na fala de Luiz percebemos o tom de desânimo pelo fato de o grupo não ter o reconhecimento como pastoral oficial:

E a pastoral quando traz (o grupo agora não chama mais pastoral) essa resposta, de forma que existem pessoas se reconciliando com a própria história, se afirmando em um outro espaço, que é o espaço eclesial, que é o espaço da igreja, que em toda a vida da igreja foi negada essa dimensão da homossexualidade, então você vê as pessoas se reconhecendo, se identificando. A gente tenta muito prezar pelo estreitamento dos laços entre os membros do grupo, vira e mexe a gente busca muito priorizar temas, ou da espiritualidade mesmo, da vida da igreja, momentos de oração e tudo mais. E também tem duas dimensões que eu particularmente gosto muito do grupo; uma que é a inserção social, como é que a gente pode enquanto cristão, católico, LGBT, a gente pode levar uma contribuição também pra luta LGBT de forma geral.

Luiz continua falando da dimensão religiosa das pessoas LGBT e relata um caso interessante de uma travesti que participou de um evento na Igreja:

Ela fez uma performance e cantou uma música gospel e aí todo mundo ficou assustado, “mas como é que uma travesti vai dublar uma música gospel?”, aí a travesti falou: “não, ninguém tem o direito de roubar Deus de mim. As igrejas fazem isso com a gente, tiram Deus da gente. Mas eu não preciso que alguém tire Deus de mim. Não, eu sou mais do que uma estrutura religiosa”. Então a vida da igreja [...] parece que nega Deus à pessoa, nega a espiritualidade. E o grupo tem essa proposta: “fazer a pessoa resgatar essa dimensão espiritual”, mesmo ela estando numa parcela LGBT da população, ela tem direito a fé, tem direito a estar na comunidade, tem direito a ocupar esse espaço, aquilo não é negado pra ela.

Outra entrevistada que lamenta a determinação do Arcebispo de Belo Horizonte em relação à inexistência do grupo como pastoral é a Ivone. Ela afirma que “esse grupo infelizmente não pode ter o nome de pastoral [...] que de todos os grupos, esse é um grupo que jamais poderia faltar”. Sua fala, como a da maioria é muito carregada de emotividade e de pesar. Por isso, se torna significativo citar tantas falas de forma direta. Ivone continua sua fala com um desabafo:

As pessoas desconhecem o sofrimento do homossexual, desconhece o sofrimento dos pais dos homossexuais, da família das homossexuais e dos homossexuais diante da sociedade, porque as pessoas fazem vista grossa, sabe? E a gente cansa de escutar: “ah eu não tenho preconceito, desde que não seja o meu filho. Eu não tenho preconceito, desde que não seja na minha casa, não seja um parente. Eu não tenho preconceito se for com os outros, longe de mim”, mas no fundo têm, porque a gente sempre escuta piadinhas, e sempre piadas homofóbicas. E esse grupo veio a calhar, porque ele mostrou que lá é um lugar em que você pode ser você. Você não tem que ficar pensando assim “ai se alguém souber que eu sou?”, não, você é, você é acolhido da forma que você é. A gente fala de Deus da mesma forma que qualquer heterossexual falaria de Deus, porque a questão não é essa, porque muita gente pensa que a Igreja não pode ter uma participação dessa, porque a gente está blasfemando, a gente está denegrindo a imagem da igreja, e na verdade lá é um grupo para se falar de amor, e eu acho que amor não tem sexo. Então, esse grupo não pode deixar de existir, esse grupo já acolheu várias mães em depressão, vários filhos transexuais que já tentaram suicídio e que lá foram acolhidos e que se refizeram. Então é muito importante, é um grupo que eu acho que é uma questão de vida. Para resumir, é uma questão de vida.

Lucimar, que representa a participação no grupo de alguém de dentro da instituição católica, trata o grupo como Pastoral da Diversidade Sexual (PDS), defendendo a iniciativa como sendo um progresso, uma nova proposta da Igreja Católica Apostólica Romana (ICAR):

A pastoral da diversidade sexual é uma porta aberta que jamais poderá ser fechada, uma luz acesa que pode ser enfraquecida, mas jamais apagada. Esse é o início de novas propostas eclesiais, e por isso ainda seja tão “Igreja das Catacumbas”, mas é inevitável pensar que o futuro nos reserva o progresso, pois a PDS faz um bem imenso à sociedade. A PDS é o ‘abraço

de mãe' que a ICAR deveria ser para aqueles e aquelas que a sociedade ainda segrega, machuca. A PDS é abrigo, ponte entre Jesus e aqueles que se afastaram dele porque foram julgados por seus seguidores.

A postura da Igreja em relação ao grupo aparece em muitos momentos nas falas dos entrevistados, pois tratam de um aspecto central desta pesquisa. Ao falar da situação atual do grupo, a maioria dos relatos traz à tona o contexto da falta de reconhecimento e de apoio. Alguns entrevistados reconhecem o início de uma mudança com a presença do Papa Francisco, que tem demonstrado mais abertura ao diálogo e mais acolhida para com as pessoas LGBT. Em seu depoimento, Rosa afirma que o grupo não teria existido sem a voz do Papa Francisco. Mas, em geral, o clima é de decepção e desânimo, porém também de esperança e de vontade de persistir na luta pela sobrevivência e crescimento do grupo.

Na opinião de Joana, que demonstra muito otimismo, a Igreja não tem muita opção, vai ter que ceder, já que a abertura aos grupos LGBT é uma realidade que não tem retrocesso. Ela afirma que as dificuldades são muitas ainda, mas que percebe uma maioria de padres a favor, sobretudo os que estão alinhados com a visão do Papa Francisco. Joana comenta que a sociedade está se abrindo e a Igreja também deve seguir esta linha. Percebe que existe uma ala conservadora e uma progressista na Igreja, mas acredita que a tendência é uma abertura para acolher a diversidade.

Luiz relata um pouco da trajetória do grupo lembrando que no início todos começaram muito animados com a conquista do espaço público e com a presença na mídia. Eventos eram realizados em instituições de peso como a PUC Minas e a presença de membros da imprensa para entrevistas era um lugar interessante para divulgar o trabalho do grupo. Luiz também atribui esse avanço ao ambiente favorável criado pelo Papa Francisco. Mas ele não deixa de expressar certa decepção quando afirma: "a gente achava que estava avançando".

Para todo o grupo, o momento atual é marcado pela sensação de abandono e pela falta de acolhida. A determinação do Arcebispo de BH, em novembro de 2018, não reconhecendo a existência de uma pastoral da diversidade sexual em Belo Horizonte, foi recebida com tristeza e indignação por todos os grupos católicos LGBT que aqui funcionam. Essa determinação foi um divisor de águas, trazendo decepção, desânimo, divisão e dispersão.

Falando dessa determinação do Arcebispo de BH, Alice expressa sua opinião:

Eu acho que foi uma postura infeliz, impensada, talvez até precipitada, mas não deixa de ser ao mesmo tempo irresponsável e violenta, porque a fala dele acaba incitando a violência e deixando confortável as pessoas que são homofóbicas. Então eu acho que de maneira alguma foi, assim, favorável [...] porque foram vidas que passaram por ali, foram histórias que foram acolhidas, o respeito que as pessoas depositaram, o carinho, o acolhimento, a experiência que elas tiveram em relação ao conforto de ter padres, inclusive que apoiaram a história de cada uma delas. Então foi muito negativo o que ele falou. E isso também causou além de um desconforto, uma indignação em relação às pessoas, porque ele sabia sim da existência, mesmo que pelo fato de ter tido provocações, o medo de outras pessoas que estavam cobrando uma posição da igreja em relação a isso, eu acho que poderia tudo ter terminado de uma forma mais amena. Porque, se por um lado ele calou essas pessoas que estavam jogando pedras em relação à Igreja, por outro lado ele jogou um balde de água fria naquelas pessoas que estavam voltando para a Igreja e que foram desconsideradas. Então eu não vejo coerência nesse sentido do projeto de evangelização, que ele tanto fala de proclamar a palavra sendo amor, acolhida a todos, sendo que o todo, na verdade, não é o todo!

As críticas ao posicionamento do Arcebispo de Belo Horizonte e à forma como aconteceu esteve presente na fala de muitos entrevistados. As críticas passam pelo ataque à estrutura de poder da Igreja e chegam a pontuar a falta de esclarecimento do Arcebispo em relação ao grupo e o que se entende por ideologia de gênero. Na entrevista com Luiz, ele lamenta:

A gente tá percebendo uma inflexão nessa abertura. Não é à toa que a gente chamava pastoral, e a gente divulgava esse nome claramente. No final do ano passado a gente recebeu com muita surpresa um áudio do bispo, um comunicado, comunicado indireto, porque a gente não foi comunicado oficialmente enquanto grupo. Foi numa reunião e em um áudio que circulou assim, de uma hora para outra, falando que em Belo Horizonte não existe pastoral da diversidade sexual e o que pra mim foi pior do que isso, na questão do nome, duas coisas: uma parece que não nos conhecia, não sabia quem éramos, se a gente estava presente o tempo todo e associar a gente com a tal da ideologia de gênero.

Para Lucimar, a Igreja Católica mantém uma postura instável e omissa diante dos avanços necessários. A sua fala revela que a indignação está também nos membros de dentro da estrutura eclesial, pois declara que a Igreja,

Por vezes, abaixa a cabeça para a linha tradicionalista e volta atrás à porta aberta anteriormente; haja vista a postura do arcebispo de Belo Horizonte no último ano. Tanto os bispos quanto o clero ainda são extremamente omissos diante dessa realidade, os poucos padres que ousam acolher e apoiar são inibidos por instâncias superiores a serem mais discretos possíveis em relação à Pastoral da Diversidade Sexual (PDS).

A repercussão da determinação do Arcebispo foi considerada desastrosa pela maioria, que associa o fato a uma estrutura eclesial equivocada de autoridade e de poder. Segundo Alice, o poder exercido pela instituição Igreja Católica, com toda sua estrutura hierárquica, engessa o processo de evangelização e o torna

contraditório. Para Marcos, o motivo da maioria das pessoas abandonar o grupo está diretamente associado a esse poder exercido pela autoridade eclesial. A dispersão pós-determinação do Arcebispo foi tanto dos padres e religiosos apoiadores, quanto de fiéis leigos (pessoas LGBT e apoiadores da causa) que estavam se reaproximando da Igreja.

Ivone fala dessa contradição evangélica e lamenta a postura da Igreja quando afirma:

A gente sabe que tem um ou outro padre que se sensibiliza com a causa, que tem interesse em trazer essas pessoas para dentro da igreja, em acolher essas pessoas dentro da igreja, mas eu acredito que também para eles isso é um problema. Porque a maioria não faz. Eu lamento muito porque se prega o tempo todo Deus, se prega o tempo todo amor e acolhida, mas se rejeita, então que Deus é esse? Eu me pergunto que Deus é esse que vão para o altar pregar? Porque, pelo o que me conste, Cristo foi a favor dos rejeitados, foi da prostituta, foi do leproso, foi pelos que sofriam preconceito. E é isso que eu espero que a Igreja faça. Eu ainda tenho esperança que ela mude.

O grupo, de acordo com Luiz e de outros que estão participando da coordenação, se encontra em um momento de repensar novas estratégias para resistir, não deixar de existir e voltar a crescer. O momento é também caracterizado pela dispersão e pela desmotivação com o não apoio da Igreja. Luiz disse sentir falta de ouvir frases de elogio e incentivo dos participantes e dos visitantes, tipo: “que legal, gente! Olha, a Igreja está avançando! Olha que diferente, que ousado, que novo, que positivo”. Ele reclama dos últimos encontros, fechados num salão da paróquia, sem poder divulgar, sem poder sair e ir a outros ambientes falar que o grupo funciona com o apoio da Igreja. A maioria dos entrevistados lamenta o bem que estão deixando de fazer, o bem que está sendo negado pela postura da Igreja Católica nesse momento em relação ao grupo.

Para Marcos, o apoio e o acolhimento do grupo e do seu trabalho como pastoral representa missão da Igreja; isso seria uma demonstração do verdadeiro seguimento dos ensinamentos de Jesus. Segundo ele,

A postura ideal da igreja, como uma igreja cristã, seria seguir de fato aquilo que Cristo pregou na vida dele, e Cristo pregava o acolhimento, a união, e amor ao próximo independente de quem seja esse próximo. Jesus, se você for ler todos os evangelhos, todos os livros que contam a história de Jesus, não há nenhuma menção à exclusão das pessoas homossexuais; não há essa citação de que não deve ter, de que não pode, que não devemos acolher essas pessoas não. Ele fazia justamente o movimento contrário do que todos os grandes sacerdotes daquela época, ele sentava junto com os mendigos, as prostitutas, os leprosos, as pessoas que eram marginalizadas naquela época, ele sentava junto dessas pessoas e chamavam essas pessoas para seguir. Ele não chegava em nenhuma pessoa e fala “mude quem você é e me siga”, ele simplesmente falava “me siga” e a pessoa ia

pelo amor. E eu acho que a Igreja deveria sim seguir esse exemplo, que é o nosso maior exemplo, que é Cristo, que é o amor incondicional às pessoas que estão do nosso lado. Amar sem olhar a quem, sem olhar o porquê, simplesmente amar, acolher ao próximo.

Para finalizar as entrevistas, as respostas ficaram em torno das perspectivas de futuro e do desejo de que o grupo resista a todas as dificuldades e se consolide como uma pastoral da Igreja Católica. Nesse momento novamente se misturam os sentimentos e emoções que se alternam entre a tristeza e o otimismo, o desânimo e a esperança, a vontade de retomar, de resistir e de conquistar o que aparentemente se perdeu.

Rosa afirma que já não está tão otimista, mas que deseja manter a postura de resistência para manter o que conquistaram. Apesar de tudo, de tanta incerteza, ela acredita que o retrocesso é passageiro. Ela afirma que já conquistaram muito, afinal o grupo já tem uma história de quase 3 anos. Nesses anos aconteceram muitas coisas, o grupo teve muita visibilidade, muito reconhecimento. Rosa afirma:

Enquanto a gente puder, a gente vai fazer essa força, essa resistência de que sim, nós estamos aqui, nós somos LGBT e somos católicos, e queremos viver nossa fé dentro da Igreja, as nossas famílias também merecem o respeito de outras famílias.

A fala final de Ivone resume o que o grupo representa para ela e quais são suas perspectivas de futuro:

Eu acho que não posso falar pastoral, porque a pastoral “não existe”, mas para mim é, porque nós somos ali umas ovelhas e existe um pastor que é Deus, e a gente está em nome dele, então para mim aquilo é uma pastoral, no sentido maior da pastoral. Para mim, eu vou continuar sempre dando o nome de pastoral, pelo sentido real da palavra. Agora eu acho que para ela existir e permanecer, nós temos que resistir. Porque não é fácil, não é fácil. Às vezes tem até algumas perseguições. Mas eu acho que a causa é maior e o bem é muito maior, então eu acho que as pessoas que participam têm que ser mais presentes, mais participativos, as pessoas têm mesmo que participar das reuniões com frequência, oferecer o melhor que podem lá, porque sempre tem alguém novo chegando e precisando exatamente da acolhida, que é a função maior que a pastoral exerce e eu acho que ela é fundamental. Para mim é assim, é uma mudança de vida. Foi o melhor acolhimento que eu tive.

A indecisão e a impotência aparecem como resumo do que muitos têm experimentado. Luiz relata um pouco dessa sua experiência:

Hoje a gente é oficialmente assim, a gente participa da paróquia e tudo mais, todo mundo sabe que a gente existe, mas a gente não pode divulgar, a gente não pode falar sobre, não pode por medo do que vão dizer, como é que isso vai chegar, como é que isso não vai chegar. Então é meio que uma clandestinidade talvez hoje. O grupo acontece, a reunião acontece, mas a gente não pode falar sobre externamente. Estamos vendo, estamos avaliando quais as perspectivas. E agora? Recuar? Na verdade, não pensamos em acabar com o grupo. Mas que caminhos, ou em que lugar a

gente quer em estar? Queremos estar ali mesmo dentro de uma paróquia, queremos estar dentro de uma oficialidade da igreja ou vamos procurar um outro caminho para firmar essa identidade de católicos e LGBT'S? [...] Às vezes a gente bater em uma mesma tecla, pode desgastar o grupo, desgastar os membros, gerar até mais sofrimento, então vamos encontrar uma outra saída, uma outra possibilidade.

A visão de Marcos vai na mesma linha da maioria; percebe as dificuldades e o desafio que o grupo tem pela frente, mas guarda a esperança e a vontade de não desistir. Ele afirma:

Vejo um momento muito conturbado daqui para frente, um caminho difícil de percorrer, que vai nos desafiar muito e não consigo ter um vislumbre de quando vai começar a melhorar. Mas vejo também, pelas pessoas que ainda restam, que ainda estão caminhando juntas, uma vontade de continuar seguindo, independente dessas dificuldades, desses obstáculos que a gente está passando. Vejo que essas pessoas querem e, por causa disso, sinto que ainda vamos continuar, mesmo que não tanto com a mesma intensidade que a gente fazia anteriormente, mas vejo que as pessoas têm essa sede, de ter esse lugar, de ocupar esse lugar e não perder. Mas vai ser bem difícil, vai ser doloroso até, mas eu vejo no futuro a gente caminhando de mãos dadas, seguindo em frente.

Muitas outras vozes podem se considerar representadas aqui na fala dos entrevistados, pelo que cada um deles testemunha. Outras tantas falas dos entrevistados poderiam ser reproduzidas, dado ao significativo conteúdo, carregado de experiências fortes. Assim, não citar algumas falas na íntegra, poderia empobrecer e diminuir o significado da presente dissertação.

O eixo central da maioria das entrevistas esteve marcado por temas muito recorrentes nos conflitos familiares e sociais em torno da relação da Igreja e da sociedade com as pessoas LGBT. Dessa forma, foram abordadas experiências carregadas de preconceitos, discriminação, “bullying” e homofobia. Dentre os entrevistados não foram identificados casos de violência mais graves, com ataques físicos, assassinatos ou suicídios. Mas segundo alguns relataram, já passaram pelo grupo famílias com esses tipos de experiências mais traumáticas. A preocupação e o desejo de todos estão voltados para a retomada daquilo que o grupo considera como missão: a acolhida das pessoas que passaram ou passam por experiências similares.

A trajetória do grupo da diversidade sexual tem um viés de militância, que se junta e, às vezes, se confunde com a luta dos movimentos LGBT. O aspecto religioso torna essa luta particular, mas ao mesmo tempo traz uma ligação muito estreita com a luta de muitos outros conflitos sociais; afinal, já foi pontuada neste trabalho a relevância do elemento religioso para toda a sociedade. O que muda, na

maioria dos casos, são os atores. Segundo o pensador e filósofo Honneth (2003), os indivíduos e grupos desejam se inserir na sociedade, mas se eles não se sentem acolhidos e realizados nessa inserção, percebem-se parte de algum conflito social. É justamente esse contexto de conflito que os motiva a entrar numa luta por reconhecimento.

Honneth (2003) afirma que essa é uma luta por um reconhecimento intersubjetivo, que se dá de 3 formas: no amor, no direito e na solidariedade. Essas três dimensões da vida - o âmbito privado do amor e da amizade, as relações jurídicas e a esfera da solidariedade social - explicam a origem das tensões sociais e as motivações morais dos conflitos. Segundo o pensador, a identidade dos indivíduos e dos grupos somente pode ser plenamente formada quando são reconhecidos intersubjetivamente. O início da luta geralmente se dá pelo desrespeito por alguma dessas três formas de reconhecimento.

O estudo de caso do grupo da diversidade sexual, objeto deste trabalho, revela um exemplo dessa luta por reconhecimento. A experiência de desrespeito, retratada na fala dos entrevistados, demonstra essa luta por autoconfiança nas relações amorosas e de amizades. Demonstra ainda uma luta por respeito nas relações jurídicas, pois a garantia de direitos iguais para as pessoas LGBT ainda não acontece. Por fim, a experiência do grupo demonstra também uma luta por autoestima na comunidade social de valores, afinal, percebe que sua identidade está ameaçada por uma ausência de reconhecimento.

## CONCLUSÃO

A dimensão religiosa continua presente na sociedade moderna. Os elementos da religiosidade, que podem ser chamados de espiritualidade por alguns, continuam significativos para a sociedade. Esses elementos fazem parte da construção das identidades e do processo de inserção social. Isso não tem a ver, necessariamente, com um envolvimento direto com uma religião ou igreja, ou seja, as pessoas podem ser afetadas em algum momento de suas vidas pelos valores religiosos, tradicionalmente repassados de geração a geração. Mas muitas pessoas continuam sendo religiosas de forma confessional e praticante, com a necessidade de vínculo com um grupo específico.

O grupo analisado representa essa realidade na medida em que as pessoas que o buscam revelam esses dois aspectos - elas sentem a necessidade de pertencimento a uma certa comunidade religiosa ou demonstram, por meio de conflitos pessoais e até mesmo do seu sofrimento, o quanto os valores e crenças religiosas afetaram ou afetam suas vidas. Em ambos os aspectos, no caso do grupo pesquisado, está em jogo o conflito entre a moral sexual católica e a vivência de pessoas e famílias que, de alguma forma, têm uma ligação com as identidades LGBT.

A existência desse conflito nos dias de hoje demonstra que a Igreja Católica se encontra num processo lento de modernização. Sua tradição conservadora e sua fama de morosidade para avaliar, julgar e modificar questões morais são constatadas, apesar de alguns sinais de abertura e renovação trazidos pelo atual Papa Francisco. O poder dos dogmas, valores tradicionais e culturais da Igreja Católica ainda podem ser sentido na vivência dos fiéis praticantes e nas suas atividades pastorais. A relação entre autoridade, poder e hierarquia ainda se faz presente nas tomadas de decisão da Igreja Católica contemporânea. A postura da Igreja Católica em relação à diversidade sexual se mantém conservadora, com pouco espírito de acolhida, reforçando preconceitos e alimentando uma cultura de opressão e sofrimento.

A diversidade sexual pode ser considerada ainda um tabu para as sociedades contemporâneas. Infelizmente a trajetória da Igreja Católica, assim como de outras igrejas cristãs, contribuiu muito para esse contexto, no qual as dificuldades em torno da aceitação da diversidade sexual se apresentam como um problema

social. As soluções para esse problema passam por um amadurecimento urgente na visão da Igreja e da sociedade. Enquanto isso, a comunidade LGBT segue sofrendo as consequências dessa realidade, que se traduzem em preconceito, discriminação, LGBTfobia, violência, etc.

Muitos profetas da modernização estão surgindo e com discursos e obras progressistas têm demonstrado a necessidade de mudanças. Esses profetas surgem no meio do povo, mas também dentro da instituição Igreja Católica. Temas em torno da diversidade sexual, da teoria queer, das uniões homoafetivas e da homofobia têm sido recorrentes nos discursos e nas publicações acadêmicas, quer seja por leigos, teólogos ou religiosos. A maioria desses atores está presentes nos vários grupos e movimentos em prol da causa LGBT.

De uma forma ou de outra, a maioria dos entrevistados demonstrou a importância e o apoio à luta LGBT como um todo, mas também não deixou de salientar o quanto valorizam o vínculo dessa luta à fé católica. A maior parte do grupo vem de uma família tradicional católica, prezando pelos valores cristãos e pela cultura católica. Muitos demonstram o interesse em criar os filhos sob os mesmos valores; outros fazem questão de participar da vida ritual da Igreja por meio do batismo, missas e demais celebrações e atividades.

Outro aspecto dessa valorização e busca pela vivência da fé pelas pessoas LGBT pode ser considerado como confirmação de uma das hipóteses apresentadas no início dessa pesquisa. Trata-se do fato de que as pessoas assumidamente LGBT e desejosas desse vínculo com a fé e prática católica têm procurado viver essa relação sem se importar com a palavra oficial da Igreja Católica ou mesmo com a falta de acolhida. Essas pessoas continuam indo às missas, batizando seus filhos, buscando uma benção eclesial para as uniões homoafetivas, participando de encontros, retiros ou demais atividades das paróquias. Elas continuam desejando estar dentro da Igreja, apesar de não haver novos documentos oficiais da moral católica que os reconheça com igualdade ou sem discriminação. Muitas dessas pessoas persistem numa mudança e acreditam nela, apesar dos discursos preconceituosos e homofóbicos de alguns bispos, padres, teólogos ou mesmo de alguns membros leigos. É como se fosse questão de tempo, como se não houvesse outra possibilidade, como se esse conflito da moral sexual católica com as questões da diversidade sexual estivesse com os dias contados.

Em um sentido mais amplo, a luta do grupo da diversidade sexual em questão se configura na busca por reconhecimento das identidades LGBT. O desejo de se tornar um grupo de pastoral reconhecido oficialmente pela Igreja Católica demonstra uma parcela dessa luta, ou seja, a ocupação de um dos vários espaços públicos na sociedade. Ser aceito como parte da estrutura pastoral da Igreja é uma conquista na igualdade de direitos que vai além da dimensão religiosa. Essa conquista abre portas para a liberdade de viver a fé católica sem abrir mão da identidade LGBT, mas também desencadeia um processo de maior aceitação da diversidade sexual nas outras instâncias da sociedade, como a familiar e a profissional, por exemplo.

A luta por uma pastoral da diversidade sexual em Belo Horizonte faz parte de um sonho e de um projeto legítimo para as sociedades contemporâneas que buscam o bem comum. O grupo pesquisado demonstrou um pouco desse sonho de se tornar semente para um futuro de mais igualdade. Ele chega como prova de que as mudanças estão acontecendo, contribuindo para acolher e cuidar daqueles que sofrem as sequelas das desigualdades de um passado não muito distante, para não dizer do presente. Oxalá essa experiência germine e se multiplique, independentemente de raça, cor, credo, sexo, gênero, orientação sexual ou ideologia. Oxalá este trabalho de dissertação seja apenas um dos muitos instrumentos de disseminação e inspiração para o estudo tão importante para o novo e desejado paradigma da sexualidade humana. Esse paradigma deve tratar a diversidade sexual não como conflito social que traz segregação, dor e morte, mas como riqueza de uma cultura.

## REFERÊNCIAS

ABGLT – Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. **Manual de Comunicação LGBT**. Curitiba: ABGLT, 2010.

AGUIAR, Antônio Asdrúbal. **Crimes e delitos sexuais em Portugal na época das ordenações**. Arquivo de Medicina Legal, v. III, março 1930.

ANDRADE, Tiago S. M. **O relacionamento homoerótico na Grécia Antiga**: uma prática pedagógica. Em: Faces da História, Assis-SP, v.4, nº 42, p. 58-72, Jun.-Dez., 2017.

AROCENA, Felipe. **La mayoría de las personas son otras personas**: um ensaio sobre multiculturalismo em ocidente. Montevideo: Estuário Editora, 2012.

AZEVEDO, Walmor Oliveira. Nesta Arquidiocese não existe Pastoral da diversidade sexual, nem ideologia de gênero, exorta arcebispo de BH. **Jornal O Povo**. 2018. Disponível em: <http://blogs.opovo.com.br/ancoradouro/2018/11/29/nesta-arquidiocese-nao-existe-pastoral-da-diversidade-sexual-com-apoio-da-igreja-exorta-arcebispo-de-bh/>. Acesso em: 05 de abril de 2019.

BADINTER, E. **XY: sobre a identidade masculina**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

BARAJAS, Karina Barcenas. **Iglesias para la diversidad sexual y de género en México y Brasil**: sus programas de modernidade y el proceso de transnacionalización religiosa. Debates do NER, Porto Alegre, v. 29, n. 17, p. 238-288, jun. 2016.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

BÍBLIA DE JERUSALÉM. 2ª ed. São Paulo: Paulus, 2002.

BILAC, Doriane Braga Nunes. **Transformação da Intimidade**: Homens e mulheres da contemporaneidade na perspectiva da estruturação de Giddens. Travessias. V. 6. N.2., 2012.

BOTTÉRO, Jean. **Tudo começou na Babilônia**. In: Amor e Sexualidade no Ocidente. Edição Especial da revista L'Histoire/Seuil. Porto Alegre: L&PM, 1992.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988)**. Organizado por Cláudio Brandão de Oliveira. Rio de Janeiro: Roma Victor, 2005.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas Públicas e Saúde. Coordenação Nacional de DST e Aids. **Guia de prevenção das DST/AIDS e cidadania para homossexuais**. Brasília: Ministério da Saúde, 2002.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Censo demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em: 18 de maio de 2019.

BUTLER, Judith P. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 15ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

CAPPELLANO, Luiz Carlos. **Breve histórico da homossexualidade humana**. 2004. Disponível em: <https://sites.google.com/site/lucappellano/breve-historico-da-homossexualidade-humana> (acesso em 09/06/2018)

CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA. 1992. Disponível em: [http://www.vatican.va/archive/cathechism\\_po/index\\_new/prima-pagina-cic\\_po.html](http://www.vatican.va/archive/cathechism_po/index_new/prima-pagina-cic_po.html). Acesso em 08/05/2018.

CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ. **Persona humana: declaração sobre questões de ética sexual**, 1975. Disponível em: [http://www.vatican.va/roman\\_curia/congregations/cfaith/documents/rc\\_con\\_cfaith\\_doc\\_19751229\\_persona-humana\\_po.html](http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_con_cfaith_doc_19751229_persona-humana_po.html). Acesso em 08/05/2018.

CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ. **Carta aos bispos da Igreja Católica sobre o atendimento pastoral das pessoas homossexuais**, 1986. Disponível em: [http://www.vatican.va/roman\\_curia/congregations/cfaith/documents/rc\\_con\\_cfaith\\_doc\\_19861001\\_homosexual-persons\\_po.html](http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_con_cfaith_doc_19861001_homosexual-persons_po.html). Acesso em 08/05/2018.

CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ. **Notificação sobre alguns escritos do R.P. Marciano Vidal, C.Ss.R.**, 2001. Disponível em: [http://www.vatican.va/roman\\_curia/congregations/cfaith/documents/rc\\_con\\_cfaith\\_doc\\_20010515\\_vidal\\_po.html](http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_con_cfaith_doc_20010515_vidal_po.html). Acesso em: 08/05/2018.

COSTA, A. B; NARDI, H. C. O casamento “homoafetivo” e a política da sexualidade: implicações do afeto como justificativa das uniões de pessoas do mesmo sexo. **Estudos Feministas**, 23(1): 312, janeiro-abril/2015.

CHRISPIM, Afonso. **Teologia Moral**. Escola Diaconal Santo Efrém (EDSE). Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://teologiamoral.blogspot.com> Acesso em 27/05/2019.

DANILIAUSKAS, Marcelo. **Considerações preliminares sobre as concepções e conceitos norteadores das políticas públicas de educação para a igualdade de gênero e diversidade sexual**. In: Seminário Corpo, Gênero, Sexualidade. FURG, Rio Grande, 2009.

DIAS, Maria Berenice. **Manual do Direito das Famílias**. 6. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

DOVER, Kenneth James. **A homossexualidade na Grécia Antiga**. Trad. Luís Sérgio Krausz. São Paulo: Nova Alexandria, 2007.

ENNE, Ana Lúcia S. Conceito de rede nas sociedades contemporâneas. **Comunicação e Informação**, V. 7, nº 2: p. 264 - 273. - jul./dez. 2004.

EXORTAÇÃO APOSTÓLICA PÓS-SINODAL. **A alegria do amor** – sobre o amor na família. 2016. Disponível em: [http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/apost\\_exhortations/documents/papa-francesco\\_esortazione-ap\\_20160319\\_amoris-laetitia.html](http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/apost_exhortations/documents/papa-francesco_esortazione-ap_20160319_amoris-laetitia.html). Acesso em 25/10/2017.

FACCHINI, Regina. Entre compassos e descompassos: um olhar para o “campo” e para a “arena” do movimento LGBT brasileiro. **Bagoas**. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. v. 3, n. 4, 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2300/1733>. Acesso em 14/06/2018.

FREITAS. A. N. Santuário São Judas Tadeu tem primeira Pastoral da Diversidade Sexual. **Estado de Minas**. Edição de 12/06/2017. Disponível em: [https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2017/06/12/interna\\_gerais.875818/santuario-sao-judas-tadeu-tem-1-pastoral-da-diversidade-sexual-de-bh.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2017/06/12/interna_gerais.875818/santuario-sao-judas-tadeu-tem-1-pastoral-da-diversidade-sexual-de-bh.shtml). Acesso em 11/05/2018.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade**: a vontade de saber. Vol. I. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 9. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988a.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1988b.

FRANCISCO. **Papa Francisco fala sobre gays e ganha manchetes pelo mundo.** Jornal Nacional, Portal G1. Edição de 29/07/2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2013/07/papa-francisco-fala-sobre-gays-e-ganha-manchetes-pelo-mundo.html>. Acesso em 08/05/2018.

FURTADO, Maria C.S; CALDEIRA, Angela C. G. P. Cristianismo e diversidade sexual: conflitos e mudanças. **Fazendo Gênero** – Diásporas, Diversidades, Deslocamentos. n.9, ago. 2010.

GALLAGHER, Raphael. **Compreender o homossexual.** Trad. Victor Hugo Silveira Lapenta. São Paulo: Santuário, 1990.

GASPERI, André Alexandre. A sexualidade frente a moral cristã: condutas e influências levadas ao Brasil colônia. Vale do Itajaí. **DERIVI – Revista de Divulgação Interdisciplinar**. Vol.5, n.1.2, 2017

**GÊNERO e diversidade na escola:** formação de professoras/es em Gênero, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais. Livro de conteúdo. Versão 2009. – Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: SPM, 2009.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade.** São Paulo: Editora da Unesp, 1991.

GIDDENS, Anthony. **A transformação da intimidade:** sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Editora da Unesp, 1993.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6a. ed. São Paulo: Pioneira, 1999.

GIL, Antônio Carlos. **Estudo de caso.** São Paulo: Atlas, 2009.

HALPERIN, David; WINKLER, John; ZEITLIN, Froma. **Before sexuality.** Princeton University Press, 1990.

HALL, Stuart. **Da Diáspora:** identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

HELMINIAK, Daniel A. **O que a Bíblia realmente diz sobre a homossexualidade.** São Paulo: Edições GLS, 1998.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento:** a gramática moral dos conflitos sociais. Trad.: Luiz Repa. São Paulo: Ed. 34, 2003.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário de Língua Portuguesa Houaiss.** Rio de Janeiro, Objetiva: 2007.

JOHAN, Allan. A homossexualidade na História – Da antiguidade ao século XIX. Em: **Revista Lado A**, 2007. Disponível em: <https://revistaladoa.com.br/2007/11/noticias/homossexualidade-na-historia-antiguidade-ao-seculo-xix/>. Acesso em 18/02/2019.

KÜNG, Hans. **A igreja católica.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

LARRAÍN, Jorge. **¿América Latina moderna?** Globalización y identidad. Santiago: LOM Ediciones, 2005.

LIBÂNIO, João Batista. **A religião no início do milênio.** São Paulo: Loyola, 2002.

LIMA, Luís Corrêa. A cidadania LGBT e a Lei Natural. **Revista O Social em questão** Ano 11, n. 20 – 2/2008. Editora PUC Rio, 2008. Disponível em: <http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm>. Acesso em 27/05/2019.

LIMA, Luis Corrêa. Homossexualidade e Contra-hegemonia no Catolicismo. In: COSTA, Horácio. **Retratos do Brasil homossexual:** fronteiras, subjetividades e desejos. São Paulo: EDUSP e Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2010. p. 423-430.

LOPES, Denílson. **O homem que amava rapazes.** Rio de Janeiro: Aeroplano, 2002.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho:** ensaios sobre sexualidade e teoria queer. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

MARCONI, Marina. A.; LAKATOS, Eva M. **Fundamentos de metodologia científica.** 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças**. Belo Horizonte: Autêntica/ UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto, 2017.

MITCHELL, J.C. **Social Network in Urban Situations**. Manchester University Press, 1969.

MOLINA, L. P. P. A homossexualidade e a historiografia e trajetória do movimento homossexual. **Antíteses**, v. 4, n. 8, p. 949-962, jul./dez. 2011 Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antíteses>. Acesso: 25/04/2019.

MUSSKOPF, André S. A relação entre diversidade religiosa e diversidade sexual: um desafio para os direitos humanos e o Estado laico. **Estudos de Religião**, v. 27, n. 1. P. 157-176. Jan-jun/2013. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.15603/2176-1078/er.v27n1p157-176>. Acesso em: 11/06/2018.

PIERUCCI, Antônio Flávio de Oliveira. Igreja: Contradições e Acomodação – Ideologia do Clero Católico sobre a Reprodução Humana no Brasil. Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP) **Cad.30**. São Paulo: Brasiliense, 1978.

PONTIFÍCIO CONSELHO JUSTIÇA E PAZ: **Compêndio da Doutrina Social da Igreja**, 2004, Capítulo V, item 228. Disponível em: [http://www.vatican.va/roman\\_curia/pontifical\\_councils/justpeace/documents/rc\\_pc\\_justpeace\\_doc\\_20060526\\_compendio-dott-soc\\_po.html](http://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_councils/justpeace/documents/rc_pc_justpeace_doc_20060526_compendio-dott-soc_po.html). Acesso em 09/05/2018.

REIS, T.(org.) **Manual de Comunicação LGBTI+**. Curitiba: Aliança Nacional LGBTI / GayLatino, 2018.

RODRIGUES, Humberto. **O amor entre iguais**. Mythos, 2004.

SANTOS, A.C.C. **Bispo diz que homossexualidade é dom de Deus e gera polêmica entre fiéis**. Portal G1. Rio Grande do Norte. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/no-rn-bispo-diz-que-homossexualidade-e-dom-de-deus-e-gera-polemica-entre-fieis.ghtml> Por Igor Jácome, G1 RN, 04/08/2017 16h39. Atualizado 04/08/2017 20h17. Acesso em 07/05/2018.

SANTOS, Fábio. **A homossexualidade não é doença segundo a OMS: entenda**. 2010. Em: <https://www.terra.com.br/vida-e-estilo/saude/ha-21-anos-homossexualismo-deixou-de-ser-considerado-doenca-pela-oms,0bb88c3d10f27310VgnCLD100000bbcecb0aRCRD.html>. Acesso em 22/02/2019.

SARTEC, Maurice. **A homossexualidade na Grécia Antiga**. In: Amor e Sexualidade no ocidente. Edição especial da Revista L'Histoire/Seuil, Porto Alegre: L&PM, 1992, p.49.

SILVA, J.B. **Procissão, marcha e passeata**: o ativismo católico LGBT nas ruas da capital paulista. In: 31ª Reunião Brasileira de Antropologia, Dez/2018, Brasília/DF

SOMOSGAY. **Manual LGBT Paraguayo**. Assunção, Paraguai: SOMOSGAY, 2014. Disponível em: <<http://somosgay.org/publicaciones/manual-LGBT-paraguayo>>. Acesso em: 10/05/2019.

STEIL, Carlos A. Pluralismo, Modernidade e Tradição: Transformações do Campo Religioso. **Ciencias Sociales e Religión**/ Ciências Sociais e Religião, Porto Alegre, v. 3, p.115-119, 2001.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no paraíso**: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. Rio de Janeiro: Record, 2004.

VECCHIATTI, Paulo Roberto Iotti. **Manual da Homoafetividade**: da possibilidade jurídica do casamento civil, da união estável e da adoção por casais homoafetivos. São Paulo: Método, 2008.

VECCHIATTI, Paulo Roberto Iotti. **Manual da Homoafetividade**. São Paulo: Método, 2013.

VEYNE, Paul, **A Homossexualidade em Roma**. In: Amor e Sexualidade no Ocidente. Edição Especial da revista L'Histoire/Seuil, Porto Alegre, L&PM, 1992,

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

## Apêndice

### Roteiro para entrevista

1. Nome (Facultativo no caso de anonimato)
2. Idade
3. Religião
4. Sexo
5. Gênero e orientação sexual – Como você se identifica?
6. Caso você se identifique dentro do grupo de pessoas LGBTQI+:
  - a. Você assume a identidade?
  - b. A partir de quando?
  - c. Teve dificuldades para se assumir, para viver sua identidade?
  - d. Quais as maiores dificuldades enfrentadas? Como foi o processo de descoberta, aceitação...?
  - e. Você já sofreu preconceitos, homofobia ou algo do gênero?
7. Como você conheceu o grupo da Pastoral da diversidade sexual?
8. Participa desde quando?
9. O que te motivou a participar do grupo?
10. O que mais chamou sua atenção no grupo? O que você mais gostou no grupo?
11. O grupo atendeu suas expectativas?
12. O que você acha que falta no grupo?
13. Quais os benefícios da pastoral para a sociedade?
14. O que você pensa da postura da Igreja em relação ao grupo?
15. Como você percebe o apoio do clero para as atividades da pastoral?
16. Qual seria uma postura ideal da Igreja para com a pastoral?
17. Como você vê o futuro da pastoral, quais as perspectivas para o grupo e quais as consequências do posicionamento da Igreja em relação à pastoral?